

# EM TEMPO

EM TEMPO 95 • Ano III • Edição de fim de ano • 20/12/79 à 10 de janeiro de 1980

## 1979

As greves se espalham por todo o país e surge o Partido dos Trabalhadores

**ESPECIAL**  
32 páginas  
Cr\$ 30,00  
Com esta edição especial encerramos o ano de 1979, e tiramos férias. Estaremos de volta nas bancas no próximo dia 10 de janeiro. Até 80.

# A CLASSE OPERÁRIA ARROMBA AS PORTAS DA POLÍTICA



## Veja nesta edição

- Delfim, os pelegos e o Partidão querem dividir o movimento sindical
- Depois da abertura: Onde estão os torturadores?
- Entrevistas exclusivas com Apolônio de Carvalho, José Ibrahim, Paulo Skromov, João Paulo Vasconcelos, Paul Singer e Oposições Sindicais Metalúrgicas do Rio e de São Paulo.
- Um balanço das greves de 1979
- O movimento operário na década dos 70
- Nicarágua: A revolução aos domingos
- 1979: A explosão da imprensa nanica
- FFAAs uruguaiais tramam massacre de presos políticos

## janeiro

— O que é que vocês querem que eu diga? Que é verdade? É isso que vocês querem? Se quiserem publicar isso, publiquem. (Resposta do delegado Pedro Seelig, do DOPS gaúcho, ao saber que havia sido apontado como um dos participantes do sequestro dos uruguaios, pelo filho de Lilian Ceilberti, dia 4).

— Eu espero que o general Figueiredo coloque em prática as propostas de conciliação e não fique apenas no gesto da mão estendida. (Thales Ramalho, então secretário-geral do MDB, dia 3).

— O governo agiu de acordo com a lei. Se é uma atividade essencial e existe greve, o governo tem que promover a tranquilidade pública. (Petrônio Portella, ainda senador, justificando a repressão à greve dos motoristas e cobradores de ônibus do Rio de Janeiro, dia 19)

— O MDB deve ser a mãe dos novos partidos. (Leonel Brizola, dia 30)



## fevereiro

— O movimento grevista hoje também já existe, e, desde que não ultrapasse os limites da ordem deverá receber o mesmo tratamento reservado para as manifestações estudantis. (Otávio Gonzaga Júnior, secretário de Segurança de São Paulo, dia 1º)

— A mão estendida tem que vir com propostas (Ulysses Guimarães, dia 21)

## março

— Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos — término de um longo período autoritário de exceção, de que não houve como eximir-se a nação (Geisel na reabertura do Congresso, dia 1º)

— Repressão não. Vamos usar a tática da exaustão. (Murilo Macedo, na sua posse, dia 15 de março).

## abril

— É evidente que Lula hoje é apenas operário e tem de se convencer disso, mas está tendo um comportamento de ativista. É um ativista. (Murilo Macedo, dia 25)



Maluf e Tancredo

— Eu fui um dos poucos a observar, sempre, o programa da Arena. Mas até o pacote de abril. (Senador Teotônio Vilela, dia 25, ao assinar sua ficha de filiação ao MDB)

— Governador Paulo Salim Maluf: queira aceitar meus sinceros cumprimentos pela retumbante vitória de nosso partido nas eleições para prefeitos das estâncias desse estado. (Telegrama do general Figueiredo, dia 30)

## maio

— A Convergência Socialista é um par de meninos que não teria condições sequer de mobilizar quinhentas pessoas. (Cláudio Marques, o que entregou Vlado Herzog, comentando as declarações do governo de infiltrações nas greves, dia 9)

— Não haverá policiamento, a menos que os próprios estudantes solicitem policiais do Detran para controlar o tráfego na área. (Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, sobre o Congresso de Reconstrução da UNE, dia 21)

— Quem sabe se voltando eu não poderei ajudar um dia o Lula a chegar a presidente da república? (Márcio Moreira Alves, comentando a anistia, dia 22)

— Não se combate a inflação com "pacotes". (Mário Henrique Simonsen, então minis-



Brizola

tro do Planejamento, 31 de maio)



General Milton

## junho

— O "trem da alegria" foi a melhor invenção que eu tive. (Paulo Maluf, dia 13)

— O Partido Independente será uma barca da Cantareira, com gente entrando por todos os lados. (Senador Tancredo Neves, dia 20)

O objetivo da política agrícola do governo é a constituição de uma sólida classe média rural. (Delfim Netto, então ministro da Agricultura, dia 18)

## julho

— Dever não é vergonha e emprestar não é crime. (Camilo Penna, ministro da Indústria e Comércio, ao justificar o aval do governo num empréstimo de 100 milhões de dólares para a Copersucar, dia 26)

— Em geral esses que vão para os sanatórios, depois, quando saem para o exterior, verifica-se efetivamente que são loucos. (Luis Carlos Prestes, em entrevista à televisão, comentando os dissidentes na URSS, dia 2)

— Ninguém muda de imagem. Eu sou o que sou e o que estou mostrando agora. (Figueiredo num jantar, dia 18)

## agosto

— Lula está fazendo o papel dele, tem de defender os interesses da classe que representa — assim como o meu papel é representar o meu papel... (Delfim Netto, dia 20)

— O governo está disposto a aplicar a Lei de Segurança Nacional para fazer voltar a reinar a calma no país. (Murilo Macedo, dia 15)

— Quando a revolução foi feita não passou pela cabeça de nenhum de seus chefes militares que se iria estabelecer uma ditadura militar. (General Milton Tavares, Comandante do II Exército, dia 3)

— O futuro? Jogar biriba. (Simonsen, no dia em que caiu do ministério, dia 10)

— Foi chato, muito chato, mas temos que sustentar o governo Figueiredo. (Prisco Viana, secretário-geral da Arena ao votar a anistia restrita, dia 22)

## setembro

— Como perdoar os traidores e vendilhões da pátria que sem mostrar nenhum remorso, teimam em difundir here-sias cívicas? (General da reserva Sylvio Frota, ao receber o título de cidadão em Sobral, no Ceará, dia 4)

— Os exilados que retornam com o espírito revanchista de 68 e 69 estão sendo recebidos como heróis, de uma forma que nem os pracinhas da FEB o foram. (Jarbas Passarinho, líder do governo no senado, dia 4)

— Ninguém vai incendiar este país. (Walter Pires, ministro do Exército, dia 5)

— Eu estou disposto até a conversar com os radicais do MDB. (Figueiredo, em um jantar com prefeitos paulistas — inclusive do MDB — dia 18)

— Este presidente que aí está tem o coração bom e já sofreu muita coisa na pele. (Maria Bezerra, mulher do líder do PCB, Gregório Bezerra, dia 20)

## outubro

— O Congresso Nacional não é cocheira do Planalto e os parlamentares não são seus cavaleiros. (Ulysses Guimarães, comentando o projeto da reforma partidária, dia 22 de outubro)

— Foi defendendo a classe operária com seu próprio corpo que Santo morreu. (Dom Paulo Evaristo Arns, sobre o assassinato de Santo Dias da Silva, dia 31)

— Os parlamentares vão ter com que se divertir durante muito tempo. (General Golbery do Couto e Silva, comentando a reforma partidária, 18 de outubro)



Simonsen

## novembro

— Se depender de mim nós nunca teremos eleições diretas para presidente da república no Brasil. Eu sou a favor das eleições indiretas. (Figueiredo em sua viagem a Venezuela, dia 8)

— Ao governar São Paulo cuido do maior e mais rico pedaço do Brasil. Por que vou querer também governar a parte mais pobre? (Paulo Maluf, ao desmentir uma possível candidatura sua à presidência da república, dia 9)

— A Convenção não foi o túmulo do partido. (Ulysses Guimarães, na Convenção Nacional do MDB, dia 4)

## dezembro

— É só botar cavalo para puxar arado e andar a pé. (Figueiredo, a respeito do aumento da gasolina, dia 3)

# Os saldos de uma década

No início da década, o movimento operário praticamente inexistia como tal. Hoje, num avanço quase inacreditável, ele é a peça chave dos desdobramentos, mesmo imediatos, da cena política nacional. Aqui, um apanhado da década operária.

Por Eder Sader

## Muitas conquistas e novos desafios

Olhando o curso da década o movimento operário pode constatar um avanço quase inacreditável. No seu início ele inexistia enquanto tal, já que a classe operária estava submetida ao silêncio e estavam reduzidíssimos grupos isolados e perseguidos. Enfrentando as mais difíceis condições, ele passa das atividades mais elementares até as lutas abertas e hoje já vincula suas reivindicações imediatas a projetos de transformação política que podem marcar o limiar de uma nova etapa em sua história. Tão grandes são esses avanços em tão curto espaço de tempo que podem até ofuscar seu real significado: ou impedindo que se compreenda suas extraordinárias projeções sobre toda a sociedade, ou ignorando as condições crônicas de atraso que ainda buscam frear ou liquidar esse movimento social que desconcerta as tradições mais retrógradas da nossa história.

### Embrião de uma democracia classista

A ofensiva reacionária que se seguiu ao Ato 5 culminou a obra de abril de 64 na imposição de uma nova disciplina no interior das empresas. (ver L.F. Rainho «Os Peões do Grande ABC»). O despotismo dos chefes — que é antigo e é mesmo a forma mais «natural» da existência das fábricas capitalistas — imperou sem contrastes. Sufocados seus meios de organização e submetidos aos ritmos mais embrutecedores de trabalho, como reagiram os operários? A massa dos trabalhadores — mais indefesa — procurou se proteger individualmente: com as horas extra, com o trabalho da mulher e dos filhos, com o aumento da produção para agradar os chefes, com cursos noturnos de especialização para subir de posto. Os operários mais conscientes tiveram que enfrentar todo o espírito de concorrência e individualismo que a própria opressão capitalista gerava num primeiro momento no interior da classe.

Mas também, na medida em que o regime optou por silenciar todos os canais de expressão, na medida em que calou todas as concessões, obrigou a classe a criar suas próprias formas de organização. Esvaziados os sindicatos, a vida sindical resurgiu do interior das empresas. Uma organização de base, que fez renascer embriões de um sindicalismo democrático e autenticamente classista viu a luz do sol.

Mas esta realidade, que é a marca mais importante da nova conjuntura sindical, está longe de

ter-se generalizado. Inclusive porque ela enfrenta até hoje a mais dura repressão patronal. O peso dos piquetes nas últimas greves mostra as desigualdades de organização nas empresas e a necessidade de novas lutas capazes de mobilizar o conjunto dos trabalhadores para estender essa organização.

### A vocação das lideranças sindicais

Já falamos das enormes diferenças que cruzam nossas classes trabalhadoras, do nordeste ao sul, das grandes metalúrgicas às pequenas tecelagens, da moderna indústria às obras de construção civil.

Pois as características da acumulação capitalista recente só reforçaram essas diferenças. A relação entre o salário mínimo e o salário médio na indústria, que era de 1 para 1,7 em 1964, havia passado para 2,9 em 1970 e em 1977 continuava aumentando: 3,8.

Muito se especulou com a possibilidade de «cooperação» dos operários das grandes indústrias modernas, onde a produtividade era muito maior e os salários também. Nem era uma especulação fora de propósito. O reforçamento de sindicatos combativos, apolíticos, dispostos a disputarem por aumentos de produtividade por empresa e abandonando

as negociações mais unitárias, poderia indicar o nascimento de uma «aristocracia operária» e um sindicalismo a la americana. Não foi essa no entanto a vocação das lideranças operárias desses setores. Eles não foram «aristocracia operária» mas simplesmente vanguarda operária.

E no entanto é evidente que as diferenças objetivas ainda existem e pesam, podendo ser instrumentalizadas por diferentes projetos das classes dominantes. Estender as lutas comuns para construir a unidade da massa trabalhadora é outra tarefa colocada para o movimento.

### Independência política

Quando várias das lideranças mais expressivas das recentes lutas operárias lançaram a idéia do partido dos trabalhadores, exprimiram a necessidade de dar uma formulação global — política — ao conjunto de suas mobilizações. Mais ainda: responderam aos diferentes projetos surgidos no interior das esferas dominantes (alguns por líderes combativos de oposição) com um projeto radicalmente diferente, um projeto de baixo, um questionamento global de toda essa «transição por cima».

O projeto do PT, que surge do bojo das lutas sindicais, vem assim com a marca de uma luta concreta contra a exploração e marca, por isso, a vontade de ligar os movimentos sociais ao quadro político, transformando assim sua qualidade. Mas ele é também a possibilidade de realizar a unidade e autonomia necessárias ao processo de emancipação dos trabalhadores.

Porque a simples luta sindical — por ser naturalmente uma luta para valorizar a força de trabalho de cada categoria (ou na melhor das hipóteses do conjunto das categorias empregadas) não incorpora uma enorme massa popular sob uma forma estável. A conformação de um bloco histórico que solde as aspirações dos operários, do sub-proletariado, dos camponeses e da massa trabalhadora em geral, exige a constituição de um movimento político. O que não quer dizer que ele possa surgir da noite pro dia. Já são patentes as dificuldades de transferir as disposições de luta econômica para a esfera da organização e mobilização políticas. Mas esse é o objetivo. Do arrocho, disposição de luta, lucidez política e persistência organizatória dependem que a próxima década assista ao surgimento de um movimento político dos trabalhadores que expresse seus profundos interesses de libertação social.



1º de maio

### 1970-1973: a opressão

Esses foram os anos mais difíceis: bastava qualquer desconfiança para que os chefes chamassem a polícia. O «milagre econômico» se fez com a intensificação do ritmo de trabalho, os salários baixos e as horas extras. É mesmo em 1970 que Olavo Hansen — distribuindo panfletos do 1º de Maio — é preso e assassinado pela polícia política em S. Paulo.

Enquanto nas ruas a polícia e o exército caçavam e matavam impunemente, dentro das fábricas reinava a mais cínica tirania. Foi o ponto mais baixo da resistência sindical. O jornal «Voz Operária» havia registrado apenas 1 greve na Grande São Paulo em 1971, 11 em 72 e 31 em 73. Era um lento e difícil recomeço. Um papel de destaque tiveram os operários qualificados das empresas mais modernas, como bem anota Celso Frederico em livro que acaba de publicar: «Durante o período do «milagre brasileiro» os fermenteiros se beneficiaram indiretamente com as migalhas que lhes sobram da política econômica de concentração de renda. Nesta época, as expectativas de ascensão social foram cuidadosamente instigadas pela máquina de propaganda governamental e pela liberalização dos créditos. A facilidade em obter empréstimos bancários para adquirir casa própria, trocar de carro, comprar um apartamento em Santos, etc., amorteceu por algum tempo a combatividade dos fermenteiros. Quando a crise do «milagre» pôs um ponto final nessas aspirações através de um drástico rebaixamento nos salários, eles se puseram à frente do movimento operário desencadeando uma série de greves e paralisações em 1973/4». (C. Frederico, «A Consciência Operária» pag. 114).

É também já em 1972 que as oposições sindicais se apresentam nas eleições dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e Rio com nítida posição classista.

## A trajetória da retomada

### 1974-1977: o recomeço

As primeiras lutas não superaram a situação de isolamento e dispersão. A reação principal dos trabalhadores à super-exploração ainda consistia em medidas individuais que reforçam a concorrência entre eles e desvalorizam ainda mais o valor da força de trabalho.

Mas foi também o período de violentas explosões, quebra-quebras e depredações. Em março de 74, 600 operários da construção em Salvador se revoltam por atraso no pagamento; em janeiro de 75 são 500 operários de obras de São Paulo pelas condições de trabalho e refeição; em dezembro de 75 são 800 da construção da Convap em Vitória por atraso; em fevereiro de 76 são os operários da Saadem S. Caetano do Sul.

Finalmente, são esses anos que se alastram as «pequenas lutas difíceis» dentro das fábricas, como são caracterizadas em recente folheto «Contribuição para análise das greves de maio/78»: «As formas de luta mais comuns desse momento foram: operação tartaruga, pequenas paradas, recusa de fazer horas extras, abaixo-assinados por melhorias de refeição, condução, banheiros, etc., ação judicial de forma coletiva e mesmo greve por atraso de pagamento» (pag 21). Elas se dão principalmente em São Paulo, principalmente nas grandes metalúrgicas e a partir dos operários mais qualificados. É a partir dessas pequenas lutas que vão se conformando as comissões e grupos nas fábricas que dará impulso às oposições sindicais (ver o debate com militantes operários na revista «Cara a Cara» n° 2).

Esse período é inegavelmente marcado pelas mudanças na conjuntura política que vêm surgir e crescer uma oposição democrática ao regime militar. A grande votação do MDB nas eleições de 74 — tanto mais significativa quanto ela foi

maior nas principais concentrações operárias — serviu ao menos para revelar a dimensão do descontentamento social e mostrar aos operários combativos que eles não estavam sós. Era preciso apenas romper o isolamento.

Não era uma tarefa fácil, sobretudo porque a repressão sobre a classe operária não havia mudado quase nada. Em janeiro e fevereiro de 74 ocorrem prisões em massa de membros da oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Nesse ano ainda, de uma só feita, 200 operários da Volkswagen são presos. Na Mercedes, na Philips, na Villares, só para falar em S. Paulo, os patrões reagem à resistência operária mandando prender sem vacilar. Em 1976, nas dependências do exército a repressão mata o operário Manuel Fiel Filho. Aí então, dada a situação política geral, a reação ao fato termina custando o posto ao comandante do II Exército. O fato é que das pequenas lutas se vão forjando laços de solidariedade e confiança entre uma nova vanguarda da classe.

É o grande marco, que permitiu um novo salto, foi a campanha pela reposição salarial em 1977. Ela começou quando a imprensa divulgou um «erro» no cálculo da inflação de 1973, que teria sido de 22,5% e não de 14,9% que era o dado oficial. Queria dizer que a ditadura não contente de decretar uma política de arrocho salarial ainda falsificava o índice. Os sindicatos mais combativos puxaram uma luta pela reposição dos salários que haviam sido surrupiados pela manipulação dos números. Em São Bernardo, o sindicato dos metalúrgicos chegou a reunir até 10 mil trabalhadores. Aproveitando as brechas da estreita legalidade militar, surgia um novo sindicalismo «autêntico», do qual o Lula tornava-se a figura principal.

### 1978-1979: a luta generalizada

As características do movimento operário nestes 2 últimos anos são explicadas seja pelo seu amadurecimento interno, resultado das lutas moleculares a partir dos anos mais difíceis; seja pelo desenvolvimento mais geral da situação política, determinando a crise do regime militar. O quadro político geral fez desses 2 últimos anos um momento decisivo da «transição controlada» da ditadura para algum tipo de democracia autoritária. Isso significou para o movimento operário uma ampliação das condições de ação, na medida em que a burguesia procurava substituir seus mecanismos de dominação, sem ter ainda forjado outros. E por outro lado as experiências das lutas anteriores confluíram para as greves massivas a partir de maio 78 no ABC. Primeiro foi o piquete em São Paulo, depois a generalização pelo país. Primeiro foram os metalúrgicos, depois os peões da construção, os bancários, os tecelões. Primeiro eram lutas econômicas parciais que aproveitavam a conjuntura. Em seguida — com o Movimento pró-PT — suas lideranças mais expressivas levaram o conteúdo dessas lutas para alterar o próprio quadro das disputas políticas. Mas evidentemente o surto grevista apesar de toda sua pujança, não poderia já ter abolido as manifestações de atraso acumulado. É certo que ele ajudou a superar divisões, conformismo, apoliticismo. No entanto o ritmo dos conflitos, da tomada de consciência e dos momentos de decisão não é homogêneo. Vemos isso nas diferentes disposições diante de uma greve numa categoria e vemos isso também na própria consciência política no conjunto da massa trabalhadora do país. São desafios colocados para que o movimento operário prossiga sua marcha ascendente, como força autônoma na sociedade brasileira, oposta à situação vigente e portadora de um projeto de libertação social.

# 365 dias de confronto

1979 foi, sem dúvida, o ano das greves. Eclodem movimentos grevistas nos mais diversos setores e nas mais variadas regiões do País. O confronto quase cotidiano entre trabalhadores e patrões põe a nu a abertura de Figueiredo. Três operários são mortos e vários sindicatos sofrem intervenção federal. Um longo ano de aprendizado político para os trabalhadores.

Por Relton Fracalossi

## Greves recepcionam Figueiredo

O ano de 1979 foi marcado pelas inúmeras greves que eclodiram nas mais diversas regiões do País e pela violência da repressão que se abateu sobre elas. Vários sindicatos sofreram intervenção do Ministério do Trabalho, sendo seus líderes destituídos, e a violência policial, sempre presente, recorrendo a toda sorte de truculências, deixou como saldo nada menos que a morte de três operários.

Logo no início do ano, no dia 16 de janeiro, a greve dos motoristas e cobradores dos ônibus urbanos do Rio de Janeiro daria uma mostra do que seria 1979 em termos de mobilização dos trabalhadores. Cerca de 95% dos 45 mil trabalhadores do setor recusam-se a trabalhar, parando a cidade e alterando o ritmo de vida dos seis milhões de cariocas.

Ocorrem quebra-quebras e piquetes em vários pontos da cidade. O Governo decreta a ilegalidade do movimento, enquanto a Polícia do Exército e Fuzileiros Navais, armados de metralhadoras, carabinas e bombas de gás lacrimogênio, agem com violência. Desde 1964 não ocorria uma greve dessas proporções no Rio de Janeiro. A reivindicação básica dos grevistas era um reajuste salarial de 56,5%. No dia 17,

um piso salarial de Cr\$ 8.986,00 a Cr\$ 13.480,00 e voltariam ao trabalho com a garantia de que suas reivindicações seriam integralmente atendidas. Porém isso não ocorreu e, em agosto, haveria nova greve no setor.

No mesmo dia em que foi deflagrada a greve dos professores no Rio de Janeiro, em São Paulo uma das categorias mais combativas dos últimos tempos — os metalúrgicos do ABC — também paralisavam suas atividades, num movimento cheio de instantes de extrema tensão.

Devido à intensa repressão no interior das fábricas, a greve passa a ser feita de fora para dentro, isto é, através da atuação de piquetes. Essa tática, diferente da utilizada no ano anterior, viria a caracterizar o ano de 79. Já no primeiro dia de greve, os metalúrgicos encontrarão pela frente enormes contingentes policiais que tentaram impedir a ação dos piquetes.

## Intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC

Durante a paralisação, os sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano sofrem a intervenção do Ministério do Trabalho, que daria a primeira amostra contundente de como a ação do Governo viria a cada dia tornar-se mais violenta.

salarial de três salários-mínimos e delega do sindical.

Após os 45 dias de trégua, os metalúrgicos voltam a se reunir, sob a liderança das diretorias cassadas. A contra-proposta patronal prevê um aumento de 63% para os que ganham até dez salários-mínimos,

duais, a categoria aceita um acordo que prevê um aumento de Cr\$ 2.000,00 fixos e antecipação salarial de 20%.

Um pouco antes, no Rio Grande do Sul, cerca de 70 mil professores também entram em greve, reivindicando 70% de aumento. A greve começou no dia 2 de



A partir da metade do ano, Minas Gerais torna-se o novo pólo grevista. A greve dos trabalhadores da construção civil paralisa Belo Horizonte, sendo severamente reprimida. Morre o operário Orocílio Gonçalves.

44% para as demais faixas, descontados os 11% de antecipação e desconto de 50% das horas paradas. Mesmo reconhecendo que ela não correspondia às necessidades da categoria, as diretorias destituídas defenderam a aceitação do acordo, argumentando que a categoria estava desorganizada, sem um sindicato que coordenasse a luta, e que o melhor era recuar. Essa proposta provocou uma razoável reação por parte das bases, que não estavam dispostas a aceitar o acordo. Esse seria o primeiro desgaste sofrido pelas lideranças do ABC, inclusive Lula, e após diversas manifestações de insatisfação, a categoria acaba por aceitar o acordo. Estava encerrada a greve dos metalúrgicos. Dois dias após a assembléia que aceitou o acordo, o governo federal levanta a intervenção nos sindicatos e reintegra as antigas diretorias.

No dia 9 de abril, em São Paulo, os professores da rede estadual entram em greve. No dia seguinte, é a vez do funcionalismo municipal da Capital, inclusive os lixeiros, que na semana anterior já haviam paralisado suas atividades. São cerca de 65 mil funcionários municipais que entram em greve.

Pouco depois de uma semana, no dia 17, o movimento continuaria se alastrando com a paralisação de outros setores do funcionalismo. As reivindicações são 70% de aumento mais Cr\$ 2.000,00 fixos. Assim, aos professores estaduais e ao funcionalismo municipal, juntaram-se a quase totalidade dos professores e funcionários da Unicamp e da USP e alguns do campus da Unesp.

Na área da saúde, os funcionários do Hospital do Servidor Público estavam em greve desde o dia 9 e a eles se somaram os servidores do Hospital das Clínicas, além dos médicos desses dois hospitais. Vários hospitais municipais também foram atingidos pela greve, além de diversas secretarias estaduais.

Para coordenar a luta de todos esses setores foi criado o Comando Geral de Greve, que, aliás, durante o ano, tornou-se cada vez mais comum e de maior importância para os movimentos grevistas.

Após 35 dias em greve, atingindo cerca de 250 mil servidores municipais e esta-

abril e terminaria 13 dias depois vitoriosa.

Ao mesmo tempo que os professores e funcionários paulistas voltavam ao trabalho, os professores da rede municipal e estadual de Belo Horizonte e Contagem deflagravam sua greve, que iniciou-se dia 17 de maio e iria terminar 37 dias depois, estendendo-se por todo o Estado.

No dia 2 de maio, em São Paulo, seria a vez dos motoristas e cobradores dos transportes urbanos paralisarem suas atividades. A greve praticamente parou São Paulo e, depois de três dias, a categoria voltaria ao trabalho por 45 dias, aceitando provisoriamente um aumento de 60%, sobre os salários de maio de 78, e reconhecimento do Comando de Greve como representante da categoria, cujo sindicato encontrava-se então sob intervenção federal. Posteriormente, já no final do ano, ocorreriam eleições no sindicato, com vitória de uma chapa formada por antigos integrantes do Comando de Greve.

Após os 45 dias de negociações entre as partes, onde a categoria manteve-se mobilizada, os motoristas acabariam conseguindo um aumento de 15% sobre os salários já reajustados em 60% no final da greve, o que significava 53,3% sobre os salários de janeiro de 79, sobre os quais a categoria reivindicava um reajuste de 80%.

Também em maio, em São Paulo, os jornalistas deflagrariam uma greve que durou poucos dias e terminou totalmente fracassada, demonstrando a importância da organização para enfrentar a intransigência dos patrões, cada vez maior, e a truculência da repressão, cada vez mais ostensiva e violenta.

## As greves em Minas Gerais e a escalada da repressão

Depois dessa greve, as atenções começavam a se voltar para Minas Gerais, que, durante alguns meses, se tornaria o novo pólo dos movimentos grevistas. Seria também lá que a repressão recrudesceria ainda mais e faria duas vítimas entre os operários.

Os professores mineiros já se encontravam em greve desde o dia 17 de maio



Os piquetes voltam a ser utilizados como instrumento de luta dos trabalhadores, a partir do ABC.

após um dia de greve, a categoria acaba voltando ao trabalho com um aumento que não chega a 30% e promessas de que dentro de seis meses haveria novo reajuste. Passado esse tempo, no dia 2 de julho, os motoristas e cobradores de ônibus entrariam novamente em greve. Após dois dias parados, os motoristas conseguem um reajuste salarial da ordem de aproximadamente 66% — passando de Cr\$ 4.750,00 a Cr\$ 7.200,00 — embora reivindicassem um salário de Cr\$ 8.527,00.

Em março, como a recepcionar a posse na presidência do general Figueiredo, os metalúrgicos do ABC e os professores do Rio de Janeiro entram em greve. Nesse meio tempo, além das campanhas salariais de diversas categorias, tais como os professores e funcionários públicos de São Paulo, os trabalhadores da Souza Cruz de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro entram em greve pela unificação dos salários a nível nacional e por um reajuste de 20% além do índice oficial.

A greve dos professores do Rio de Janeiro teria início no dia 12 de março e se estenderia até o dia 23. Cerca de 82 mil professores, de 330 escolas municipais e estaduais de 1º e 2º graus, reivindicavam

Apesar da intervenção, os líderes do movimento, notadamente Luís Inácio da Silva — o conhecido Lula — continuaram a manter suas posições de liderança. Assim, após quinze dias de greve, as diretorias destituídas propõem um retorno ao trabalho por 45 dias, período em que haveria novas negociações e a proposta é aceita pela categoria.

Nesse momento, os metalúrgicos do ABC eram o setor mais avançado de todo o movimento operário no Brasil. No decorrer do ano é que outras categorias, pouco a pouco, iriam se organizando e deflagrando, quase que em ciclos, greves por todo o país. Contudo, no final de março, a categoria encontrava-se praticamente isolada e não possuía condições de avançar. Isso não significa que os metalúrgicos não recebessem o apoio de inúmeras entidades, tanto a nível nacional como internacional, além de colaborações na organização do Fundo de Greve. Porém, nenhuma outra categoria estava em condições de lançar-se numa paralisação de apoio aos metalúrgicos do ABC e contra a intervenção nos sindicatos.

Os 150 mil grevistas reivindicavam fundamentalmente um reajuste de 70%, piso



**Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos fecham o ciclo das grandes greves do ano. Sofrem a mais violenta de todas as repressões, com prisões em massa, espancamentos e a morte de Santo Dias da Silva**

quando, no dia 23, a Companhia Siderúrgica Mannesmann parou. Os oito mil operários da produção, mais dois mil mensuralistas, exigiam um aumento imediato de 20%, não descontável em outubro, quando haveria o dissídio coletivo. A greve terminaria dia 31, com uma passeata de seis mil operários pelas ruas da Cidade Industrial para comemorar a vitória. Havia conseguido um aumento de 20% para quem ganha até Cr\$ 6.000,00, 15% para quem recebe até Cr\$ 10.000,00 e 10% para quem ganha até Cr\$ 15.600,00.

Em julho, a situação em Minas Gerais começa a ficar mais tensa ainda. Os vigilantes e os trabalhadores em serviços de enfermagem entram em greve. No dia 29, os trabalhadores na construção civil deflagram um movimento que sacudiria toda Belo Horizonte e todo o País. No dia seguinte, a violência da repressão causaria a morte do operário Orocílio Martins Gonçalves. Belo Horizonte havia se transformado numa verdadeira praça de guerra. A greve duraria mais alguns dias, quando as manobras da diretoria pelega do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil conseguem conter o movimento. Os pedreiros reivindicavam um salário de Cr\$ 8.000,00 e os serventes Cr\$ 5.000,00. No entanto acabaram recebendo Cr\$ 6.500,00 e Cr\$ 3.600,00, respectivamente.

No dia 9 de agosto, os funcionários municipais de Belo Horizonte também entrariam em greve. Dois dias depois, em Divinópolis, os 2.100 metalúrgicos da Siderúrgica Pains deflagram um movimento grevista, reivindicando um reajuste de 80% e um piso salarial de Cr\$ 5.000,00.

Pouco antes, os carreteiros de São Paulo e Minas Gerais — transportadores autônomos de combustível —, no dia 1.º de agosto, negavam-se a transportar a cota do mês de óleo combustível, reivindicando, entre outras coisas, um aumento no preço do frete numa faixa de 71% a 216%. O movimento teve início em Belo Horizonte e estendeu-se até São Paulo com bastante rapidez.

A repressão esteve sempre presente nesses movimentos. Contudo, foi em Divinópolis que mais um operário seria morto pela polícia. A greve, que se iniciara na Siderúrgica Pains se estende para outras indústrias, atingindo cerca de 6.000 metalúrgicos. No dia 13, três mil metalúrgicos saíram em passeata pelas ruas de Divinópolis tentando fechar as fábricas que ainda funcionavam.

Reprimidos por tropas de choque, que distribuíam bombas e pancadas nos grevistas, muitos são feridos. Entre eles está Benedito Gonçalves, que recebeu uma pancada na cabeça e faleceria de traumatismo craniano. Era mais uma vítima de regime.

As greves continuam a eclodir em Mi-

nas Gerais. Em Nova Lima, os mineiros da Mina Morro Velho entram em greve. Suas reivindicações eram piso salarial de Cr\$ 8.000,00 e aposentadoria aos 15 anos de trabalho. Esse foi um dos muitos movimentos que ocorreram durante o ano independentemente da participação do sindicato da categoria, controlado por pelegos que acabaram por trair a categoria e desmobilizar o movimento.

No dia 14 de agosto, enquanto prosseguiram as greves em Belo Horizonte, mais uma categoria viria a engrossar os movimentos de paralisação. Eram os bancários mineiros que deflagravam a primeira greve da categoria nos últimos dez anos. Simultaneamente, os bancários de Porto Alegre e São Paulo davam início às suas campanhas salariais, que também iriam culminar em greves.

No dia 17, a greve se encerraria com a intervenção federal no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, com o afastamento de seu presidente, Arlindo Ramos, e de três dirigentes sindicais do Sindicato de Uberlândia.

Antes mesmo de terminar esse ciclo de greves mineiras, outra região do país — o Rio Grande do Sul — começava a se transformar em pólo grevista. Tudo começou com os trabalhadores da construção civil. No dia 13 de agosto, 90 mil trabalhadores do setor cruzam os braços, reivindicando um aumento de 100% nos salários. Também os motoristas e cobradores dos ônibus urbanos entraram em greve. Piso salarial de Cr\$ 8.400,00 para motoristas e Cr\$ 5.200,00 para cobradores figuravam como suas principais reivindicações. Como a maioria dos movimentos grevistas que ocorreram durante o ano, houve uma vitória parcial desses movimentos com relação às reivindicações de cunho econômico e um salto qualitativo em termos de organização. Outras greves ainda ocorreriam na capital gaúcha.

Entre elas está a greve dos bancários, além de outras, no setor de vestuários por exemplo.

Reivindicando 86% de aumento e antecipação da data do dissídio de novembro para setembro, os bancários de Porto Alegre deflagrariam sua greve no dia 4 de setembro. Enquanto isso, São Paulo e Rio de Janeiro levavam adiante sua campanha salarial. Logo após a decretação da greve, novamente o Ministério do Trabalho lança-se em auxílio dos patrões e intervém no sindicato, destituindo sua diretoria, presidida por Olívio Dutra.

Depois disso, cinco integrantes da diretoria destituída seriam presos e colocados em regime de incomunicabilidade.

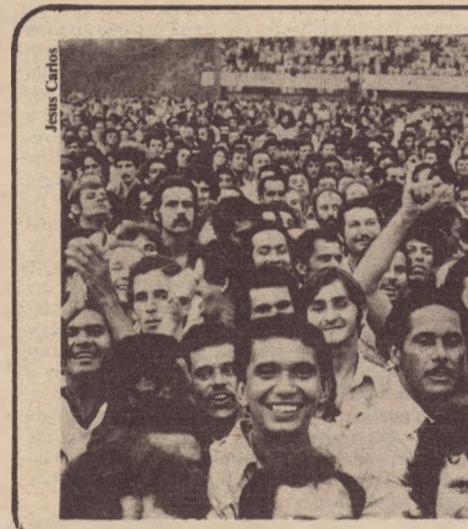
Mesmo com a destituição e a prisão da liderança do movimento, a greve ainda conseguiu manter-se por algum tempo.

No dia 12 de setembro, os bancários paulistanos entrariam em greve reivindi-

cando um reajuste salarial de 50% mais Cr\$ 3.000,00. A repressão agiu com violência, transformando as ruas centrais de São Paulo em verdadeira praça de guerra. O comportamento da polícia acabou exasperando a população e várias agências bancárias foram completamente depredadas. Quatro diretores do Sindicato foram destituídos de seus cargos, acusados de incitação à greve. Porém, o movimento não conseguiu a adesão de grande parte da categoria e, no dia 15, os grevistas decidiram voltar ao trabalho, aceitando o acordo proposto pelos patrões.

### **Greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Contagem, Betim, Fortaleza...**

Com a greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, deflagrada no dia 11 de setembro, começaria uma série de greves de metalúrgicos, em vários Estados. A prin-



cipal reivindicação dos trabalhadores era um reajuste de 83% e um piso salarial de Cr\$ 6.114,00. O movimento mobilizou cerca de 250 mil operários e durou seis dias, quando foi aceita a proposta patronal de aumento de 75% a 46% escalonados e um piso salarial de Cr\$ 3.900,00.

No final de setembro, ocorreriam novas greves em Minas Gerais. Os 60 mil metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem decidem entrar em greve no dia 26. Depois a greve se alastra até Betim. As principais reivindicações dos grevistas eram 80% de aumento, piso salarial de Cr\$ 8.000,00, e delegado sindical. A greve em Belo Horizonte e Contagem resiste por três dias, enfrentando intensa violência policial. Mesmo assim, os grevistas conseguem um aumento salarial escalonado de 65% e piso salarial de Cr\$ 3.600,00 e Cr\$ 4.000,00.

Em Betim, a greve continuaria até dia 5 de outubro, quando as reivindicações seriam parcialmente atendidas, embora ficassem muito aquém do pretendido pelos grevistas.

As greves continuariam ocorrendo nos mais diversos pontos do país. Em Fortaleza, 20 mil metalúrgicos entram em greve no dia 1.º de outubro, reivindicando 80% de reajuste salarial. A greve duraria até o dia 12, quando foi concedido um reajuste salarial de 67%.

Em Pernambuco, vinte mil trabalhadores em canaviais deflagram também no dia 1.º de outubro uma greve que se estenderia até o dia 8 e onde reivindicavam 100% de reajuste salarial, embora acabassem recebendo 52%.

Paralelamente a essas mobilizações, a greves no setor metalúrgico continuavam a eclodir. Desta vez eram os metalúrgicos de João Monlevade e Sabará, em Minas Gerais. A greve tem início no dia 12 de outubro em João Monlevade e dois dias depois em Sabará. As reivindicações dos

grevistas eram aumento fixo de Cr\$ 4.000,00 além do índice oficial, piso salarial de Cr\$ 8.144,00 e regulamentação de comissões paritárias. A greve se estende até o dia 19 e os metalúrgicos conseguem um aumento fixo de Cr\$ 2.700,00, piso de Cr\$ 5.200,00 e instalação de uma comissão paritária.

As greves continuam a se suceder. Ceramistas, motoristas e cobradores, trabalhadores na construção civil, tecelões são algumas das categorias que entram em greve em diversas regiões do País. Mas será em São Paulo que ocorrerá a última grande greve do ano: a greve dos metalúrgicos.

O movimento grevista teria início no dia 28 de outubro em São Paulo e Guarulhos. Os metalúrgicos de Osasco entrariam em greve no dia seguinte, mas seu movimento duraria apenas um dia. Em São Paulo e Guarulhos, mais uma vez a repressão agiria com extrema violência na defesa dos patrões. Prisões, espancamentos, bombas e tiros foram os principais recursos para conter o movimento.

Assembléias-monstro de 80 mil trabalhadores lotam o Estádio Costa e Silva, na Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. A greve do ABC torna-se um fato político nacional.

No dia 30, à tarde, o operário da Oposição Sindical de São Paulo, Santo Dias da Silva, tombaria vítima da repressão. Era o terceiro trabalhador morto pela polícia neste ano de intenso conflito entre patrões e trabalhadores, onde as greves representaram a oposição mais viva e atuante aos desmandos da ditadura.

Os metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, num total de 320 mil operários em greve, reivindicavam 83% de reajuste salarial e piso de Cr\$ 7.200,00. Mesmo com tropas policiais impedindo a ação dos piquetes, a greve manteve-se até o dia 8 de novembro, quando a categoria acabaria por aceitar a proposta de aumento de 67% escalonados.

Além da repressão policial, os metalúrgicos tiveram também que enfrentar o imobilismo e a constante ameaça de traição das diretorias dos sindicatos, ocupadas por notórios pelegos. Quem de fato levou adiante a mobilização foi o Comando Geral de Greve. Além disso, foram criados os chamados Comandos Regionais, que acabariam por isolar as várias regiões em greve. As subdeses regionais foram invadidas pela polícia logo no início da paralisação e o movimento se ressentiu da falta de uma maior centralização. De qualquer forma, esses Comandos Regionais seriam mais uma contribuição para o processo de aprendizado por que passaram os trabalhadores no ano de 79.

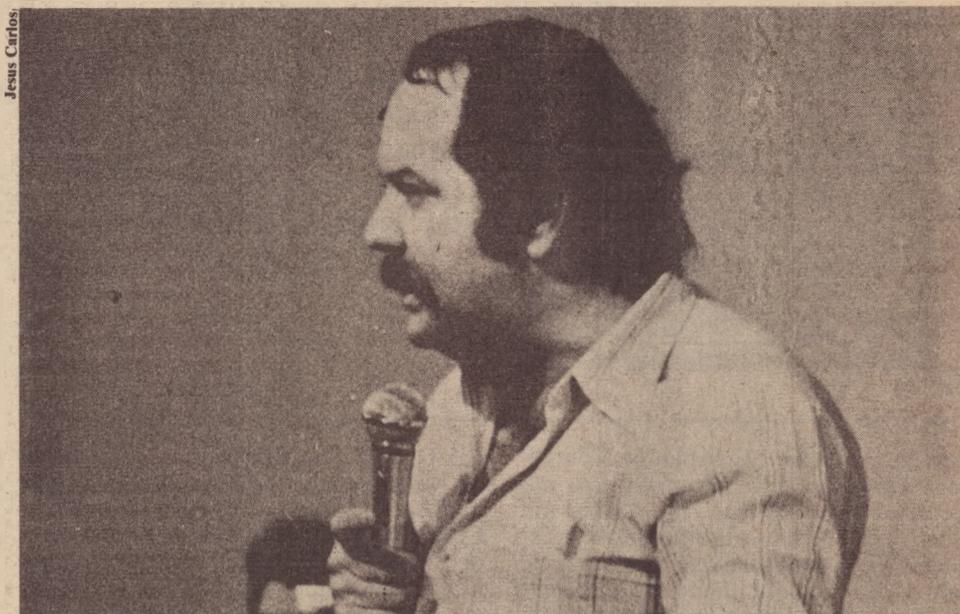
Embora, com certeza, a greve dos metalúrgicos tenha sido a última grande greve do ano, ainda continuariam a eclodir outros movimentos. Metalúrgicos de Curitiba, trabalhadores dos cortumes em São Paulo, mineiros de Mariana, eletricitários de Pernambuco, motoristas de táxi e camioneiros seriam algumas das categorias a alongar ainda mais a longa lista das greves ocorridas em 1979 e que mobilizaram mais de dois milhões de trabalhadores da cidade e do campo.

Embora, com certeza, a greve dos metalúrgicos tenha sido a última grande greve do ano, ainda continuariam a eclodir outros movimentos. Metalúrgicos de Curitiba, trabalhadores dos cortumes em São Paulo, mineiros de Mariana, eletricitários de Pernambuco, motoristas de táxi e camioneiros seriam algumas das categorias a alongar ainda mais a longa lista das greves ocorridas em 1979 e que mobilizaram mais de dois milhões de trabalhadores da cidade e do campo.

Embora, com certeza, a greve dos metalúrgicos tenha sido a última grande greve do ano, ainda continuariam a eclodir outros movimentos. Metalúrgicos de Curitiba, trabalhadores dos cortumes em São Paulo, mineiros de Mariana, eletricitários de Pernambuco, motoristas de táxi e camioneiros seriam algumas das categorias a alongar ainda mais a longa lista das greves ocorridas em 1979 e que mobilizaram mais de dois milhões de trabalhadores da cidade e do campo.

# “O perigo é à direita: colaboração de classes”

**É o que afirma Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Couro de São Paulo e membro da Comissão Nacional do PT. Aqui, ele faz um balanço das lutas de 1979, fala sobre o fracasso da Intersindical, das dificuldades para a criação da CUT, critica o pacto social e discute as perspectivas para 1980**



Skromov: pelas greves, contra o «Pacto social»

## O que representou o ano de 1979 para o movimento operário?

No ano de 1979, o movimento operário dá seqüência ao ascenso já iniciado com as lutas de maio do ano passado. Ele continua investindo, sem dar tréguas aos patrões e ao governo, porém tem suas características próprias: As greves deste ano, via de regra, se deram contra um inimigo melhor preparado, enfrentaram um governo decidido a ir até o assassinato de operários nas ruas. Isso correspondeu, a nível de movimento operário, a um ano de grande amadurecimento dos setores mais combativos e da massa, de um modo geral. Foi um ano de tomada de contato de uma situação dura, como a vivida pelos trabalhadores, com uma inflexibilidade do regime militar que não se deixou abater com as greves, que saiu em defesa da sua política econômica a todo o custo, colocando, como já disse, até sua polícia armada contra os trabalhadores. E teve contra si a unidade cada vez maior dos patrões.

Faltou ao movimento operário, nesse processo de amadurecimento, alguns avanços que poderiam ter se verificado ainda este ano. Houve algumas limitações que veremos em seguida.

## Quais foram os saldos mais significativos do ponto de vista organizativo?

Eu diria que onde se deu com mais riqueza o processo de organização do movimento sindical foi nas bases. Foi a nível dos locais de trabalho, no momento das grandes greves, a criação dos comandos, das regionais que deram melhor poder organizativo aos sindicatos, que por si só não teriam condições de oferecer o respaldo necessário à sustentação das greves. Várias lições ficaram, entre elas a de que é necessário e é possível buscar ampla representatividade nas decisões que se toma. É necessário, de fato, se assegurar de um mínimo de organização nos locais de trabalho, de uma liderança que tenha representatividade e aceitação perante suas categorias.

Por outro lado, acho que a nível da articulação intersindical não houve avanços significativos, exceto no ponto alto que foi o 1º de Maio deste ano, em que pese a forma até desleal com que se portaram algumas direções vinculadas ao MDB,

## «Onde se deu maior riqueza o processo de organização foi nas bases»

rompendo os acordos unitários estabelecidos com outras áreas do movimento sindical. Mas, sem dúvida nenhuma, foi a grande conquista da articulação sindical esse 1º de Maio. Depois disso, a meu ver, houve uma grande deterioração do processo de unidade do movimento sindical que se deveu a correntes até então hegemônicas e que tinham o monopólio do movimento sindical, não permitiram o surgimento de outras correntes políticas vinculadas a outros setores independentes. E passaram a não mais buscar a unidade, a boicotar a unidade. No final do ano, com a discussão em torno da greve metalúrgica, essa separação se acentuou, em função dos balanços divergentes e contraditórios que surgiram.

Alguns setores atribuem esse definhamento da unidade sindical à “politização” que se deu, sobretudo com a defesa da formação do Partido dos Trabalhadores, por um setor do sindicalismo combativo.

Primeiro, é necessário ver que essa unidade anterior não estava muito consolidada, não representava nada que se traduzisse numa arma à disposição da classe operária brasileira. O papel da intersindical ainda não foi definido. Não se sabe se vai servir aos trabalhadores ou aos patrões. Não está claro ainda. Ela contém contradições que podem conduzi-la a uma ou outra função. Eu diria que aquela intersindical - tal como ocorreu tradicionalmente no País, que só reconhecia o direito à militância política no Partido Comunista ou naquelas organizações de oposição institucionais, como o MDB, - esse esquema acaba sendo rompido com o aparecimento da articulação do movimento pelo Partido dos Trabalhadores, abraçada por dirigentes sindicais de todo o país. Sem dúvida, que o surgimento dessa proposta causa um recuo, uma atitude deliberada de boicote da direções vinculadas ao PC e aquelas que tinham uma perspectiva de se manter puramente ao nível da oposição institucional.

Para estes setores, a nova proposta de partido próprio dos trabalhadores se apresentava como algo inaceitável, que vinha romper antigas regras do jogo do movimento sindical brasileiro. De nossa parte não podemos concordar que o PT tenha sido

causador de uma divisão do movimento sindical, mas sim que tenha sido o pretexto para que setores já organizados partidariamente tenham intento a desunião, pretextando em cima do PT, a quebra da unidade.

Você poderia explicar melhor quando afirma sobre posições contraditórias no interior da intersindical? Você não concorda que a fragilidade da intersindical se deve à predominância, principalmente numérica, dos pelegos e seus aliados, bem como à falta de penetração de massa dessas direções sindicais, que por não terem que responder a uma ampla massa de trabalhadores têm espaço para manobras de todo o tipo?

De alguma forma você já aponta o caminho da resposta. Para mim, essas contradições que apontei genericamente se resumem no fato que os sindicatos brasileiros sejam dirigidos por uma ampla maioria de pelegos, dirigentes que consciente ou inconscientemente não se dispõem a lutar contra a estrutura sindical, gente incapaz, mesmo de sobreviver, caso essa estrutura sindical deixe de existir. Esse é o dado principal. Há um setor minoritário progressista, com possibilidade de avançar, de desenvolver um combate contra a estrutura sindical no interior da qual, contraditoriamente surgiram, negando-a. Esse pequeno setor realiza um esforço no sentido de ampliar sua base de atuação, seu espaço, tentando trazer para a defesa de teses mais avançadas e ações concretas - muito raras, por sinal, ao nível de intersindical - setores mais atrasados que eventualmente possam estar dispostos a desenvolver essas lutas, seja lá por que motivos.

A intersindical, portanto, comporta esse tipo de tática de parte dos setores mais avançados, que ainda se servem dela, para obterem maior cobertura para a luta contra a estrutura e contra a política salarial do governo.

Eu diria que essa intersindical é menos democrática, inclusive, do que a outra - chamada Movimento Intersindical Anti-Arrocho - (MIA), surgida em 1967/68. O MIA era muito mais democrático que essa intersindical de hoje, que só se reúne a nível de cúpula, pois embora o MIA tenha começado a nível de cúpula, no sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - já na época dirigido pelo Joaquim que assumia, formalmente a cabeça do movimento. Mas logo depois de dois ou três meses de reuniões de cúpula, começou a se fazer reuniões em lugares públicos, amplamente convocadas, abertas à participação de qualquer trabalhador interessado. Eu me lembro que a primeira se deu em outubro de 1967, num cinema do Largo de São José do Belém, na capital, com mais de duas mil pessoas, seguindo-se outras iguais em Campinas, Santo André, Osasco e que culminaram com o 1º de Maio na Praça da Sé, quando houve a ruptura do MIA. Por isso, eu acredito que esse tipo de articulação intersindical não aponta o caminho da Central Única dos Trabalhadores. Tampouco, tem demonstrado sua capacidade de organizar lutas concretas: há muito tempo que se lançou uma Campanha contra o desemprego, pelo salário mínimo unificado, pela liberdade e autonomia sindical. E até agora não produziu nenhuma luta concreta, não se lançou nada a público.

## «Para alguns setores, a proposta de PT foi o pretexto para a quebra da unidade sindical»

O máximo que se fez foi um ato contra a política salarial, na Praça da Sé...

E aquilo não foi da intersindical propriamente dita, haja visto que todos os setores que não estavam vinculados a proposta do PT boicotaram abertamente o ato público.

Quais seriam os passos a serem dados para a construção da CUT?

A Central Única está na ordem do dia, objetivamente, enquanto necessidade dos trabalhadores, para armá-los no momento em que eles precisam responder unitariamente aos ataques do governo e do capital. Eu diria que os caminhos estão até mesmo fechados, que não se vislumbra claramente nenhum caminho seguro através do qual se possa desenvolver a estratégia de construção da CUT.

Está fechado pelo preconceito de muitas lideranças que dirigem os sindicatos com relação àquelas que não os dirigem, e vice-versa. Estão fechados pela total incapacidade do movimento sindical brasileiro em promover sua unidade ao nível mais elementar. Exemplo disso, é o que se deu na greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos. O PCB, que afirmou em documento defender a auto-

nomia sindical, submeter-se aos interesses e decisões dos trabalhadores, foi o primeiro, através de seus militantes, após terem sido derrotados numa assembléia que decidiu pelos 83 por cento como reivindicação, a continuar “batalhando” pelos 50%, “batalhando” no sentido negativo, no sentido de dividir a categoria, de desarmá-la para a luta. Bem ou mal, parecesse correta ou não a reivindicação para eles o que deveriam fazer, como sindicalistas, como componentes da categoria metalúrgica, seria encampar as decisões da assembléia para que fosse mantida a unidade na ação, o que não se deu.

## «Atualmente, os caminhos para a construção da CUT estão fechados»

Por outro lado, eu vejo que a CUT só poderia surgir como uma expressão, ainda que não das mais autênticas, mas como alguma forma de expressão da vontade dos trabalhadores, se nascesse de um congresso que pode se dar nesse momento de luta - acho que o pano de fundo já está colocado. Faltaria apenas um encaminhamento das vanguardas sindicais que dirigem ou as vanguardas sindicais que estão na oposição dos sindicatos. Um Congresso que assegure um processo democrático, que encaminhe congressos regionais e municipais dos trabalhadores, baseado em delegados democraticamente eleitos nos locais de trabalho e nas assembléias sindicais, a partir das discussões concretas do movimento operário.

Voltando ao balanço do ano. Ao nível econômico, você concorda que não se pode afirmar que houve ganhos significativos, que os resultados ficaram aquém do desejado pelos trabalhadores - embora acima dos propostos pelo governo? Esses magros resultados não comprometeriam a combatividade dos trabalhadores, dando razões aos que criticam o “grevismo”?

Em primeiro lugar deve-se frisar que os patrões, detendo o poder político, tem tido condições de anular os ganhos materiais dos trabalhadores. Mas, deve-se ter claro, que desde 1978, os trabalhadores têm conseguido resultados acima dos estabelecidos pelo governo que, de sua parte, já a partir do final deste ano, com as modificações na política salarial, tem procurado anular essas conquistas. Daí, deve-se concluir que não se deve combater os efeitos, que é necessário combater o sistema de exploração.

Os trabalhadores começam a perceber, também, que por mais pacífica, por mais justa que seja a sua luta, eles tem que enfrentar a polícia, tem que enfrentar a Justiça do Trabalho. Isso tende a colocar cada vez mais os trabalhadores na perspectiva de uma participação política cada vez maior, contra as causas da exploração que os atinge.

Quanto ao “grevismo” existe sim este perigo, mas é extremamente secundário. O setor que defende a necessidade da “greve pela greve”, como tendência do movimento operário é praticamente inexpressivo, não tem peso em praticamente nenhuma categoria. Mas, para mim, o maior perigo é a colaboração de classe, é o seguidismo ao governo, aos acenos, por mais abstratos que sejam, como o foi, recentemente, o feito pelo ministro Delfim Netto, e que antes de ser oficializado, encontrava dirigentes, até então tidos como combativos, como cachorrinhos, acenando o rabo aos primeiros peteleco dado pelo ministro. Outros, ainda, aceitando já o pacto, sem saber dos termos e das condições que o governo colocava.

Daí vem, na minha opinião, o risco maior - os trabalhadores correm um sério risco, se se deixarem levar por análises como as feitas pelo jornal “Hora do Povo” e por alguns dirigentes que ali

criticam o “grevismo”, quando, na verdade, o perigo se situa à direita e não à esquerda. Além disso, os trabalhadores tem agido com grande maturidade, conduzindo-se organizadamente nas greves - há exceções compreensíveis, como as dos operários da construção civil, que nunca tiveram direções sindicais a seu lado para encaminhar suas reivindicações. As greves têm sido pensadas e conduzidas com grande paciência pelos trabalhadores.

Isto nos faz ter claro que devemos continuar nesse processo, continuar com as lutas, continuar com as greves. Pois, do contrário, se retrocedermos, se dermos tréguas a esse governo, ele sem dúvida nenhuma tenderá a retroceder nas conquistas políticas, materiais e sociais que o povo brasileiro tem conseguido graças ao movimento dos trabalhadores, que tem sido o grande responsável pelo avanço das lutas democráticas e sociais em nosso país.

E as perspectivas para 1980? Você veria uma maior aceleração das lutas operárias? Como você vê o seu desdobramento numa situação marcada, por um lado, pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores, em meio à crise econômica e pelo endurecimento do governo e dos patrões por outro?

## «Em 1980 veremos as primeiras greves de caráter político no país»

Independentemente da nossa vontade, 1980 deverá mostrar a continuidade desse processo de lutas. Agora, é uma continuidade baseada numa maior experiência acumulada pelos trabalhadores e que poderá tanto se refletir na retomada de movimentos grevistas por fábricas, como já estamos vendo - greves parceladas, atomizadas - como a nível das grandes categorias pela incapacidade a tendência a uma maior solidariedade, mais ativa. Em 1980, portanto, poderemos ver as primeiras greves de caráter mais político, de solidariedade, de demonstração, para marcar posição, etc.

Eu diria que 1980 traz uma série de dilemas, embora se reconheça que a base do avanço das greves está garantida por uma situação objetiva e mesmo subjetiva a nível das massas. E que estão sendo até mesmo provocadas pela incapacidade do regime militar em dar solução, em equacionar os problemas econômicos e sociais do país. Por exemplo, me lembro muito bem da primeira tentativa de greve dos motoristas de taxi de São Paulo. Naquela ocasião a reivindicação de subsídio para a gasolina quase não teve aceitação; meses depois, como ocorreu na última greve, a grande maioria dos motoristas concordava com ela. E mais, hoje, depois de verificado o quanto foi nocivo o aumento puro e simples das tarifas, a totalidade da categoria sabe que a palavra de ordem de preços especiais para o combustível é a mais acertada.

Ora, esse é um dos exemplos - os motoristas de taxi tem um importante papel no setor de serviços - de todo um conjunto de trabalhadores tomando consciência de suas necessidades reais, premiados pelo agravamento das condições objetivas. E essa situação existe para as categorias que tiveram seu reajuste entre abril e maio deste ano. E que, portanto, tinham o seu reajuste semestral em novembro, recebendo apenas 32 por cento. Eles perderam, de cara, mais de sete por cento em relação às demais categorias. Isso, sem dúvida estará presente nas grandes campanhas salariais, será um móvel de provocação, por exemplo, para os metalúrgicos do interior de São Paulo.

Em resumo: prevejo para o próximo ano a exacerbção de todas as tendências que já se apresentaram durante 1979 no quadro político nacional.

## O maior saldo de 1979

# O governo não pode ignorar os trabalhadores

A entrada dos trabalhadores na cena política, não podendo mais ser ignorados pelo governo e pelos patrões, é um dos grandes saldos das mobilizações operárias de 1979, dizem Franco e Stanislaw, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Prosseguir o processo de organização pela base, retomar os sindicatos das mãos dos pelegos, além da realização do Congresso dos Metalúrgicos da capital e de um Encontro Nacional de Oposições, são as principais tarefas apontadas para 1980.



### O que representou, para o movimento operário, o ano de 1979?

— Stanislaw — O ano de 1979 foi um ano de grandes lutas, um ano em que os trabalhadores, a partir das experiências que foram se acumulando nos grandes centros industriais, absorveram toda a situação em que a recuperação do movimento se dava a partir das grandes greves e, animados, foram levados a sair em greve e em 1979 as greves ganharam uma expressão realmente massiva, coisa nunca vista no Brasil. Os ganhos, em termos de organização sindical, não podem ser medidos ainda, mas, uma coisa é certa, os trabalhadores estão muito interessados e, em alguns lugares em que existe uma certa tradição de luta, eles estão com o propósito de retomar os Sindicatos e esta idéia é significativa e começa a se alastrar, as Oposições Sindicais começam a lançar chapas e, pela primeira vez, começam a adquirir expressão como alternativa às diretorias que estão aí nos Sindicatos sem fazer nada.

### Do ponto de vista organizativo, quais foram os saldos e quais são as insuficiências?

— Franco — Na análise do avanço do movimento operário durante este ano, nós temos que destacar que apesar do Sindicato ser ainda atrelado ao governo e apesar de o governo poder intervir nos Sindicatos, destituindo diretorias (como fez nos Sindicatos do ABC, por exemplo), a gente nota que houve, realmente, um avanço político e organizativo dos trabalhadores. Ao nível dos Sindicatos a gente nota que a participação começou a ser massiva, as lutas do ano passado, que começaram a partir das fábricas, criaram tal força que tornou possível transformar os Sindicatos, apesar de todas as suas limitações, num ponto de encontro dos trabalhadores, independente de suas diretorias serem boas ou más. É lógico que naqueles Sindicatos que possuem diretorias mais comprometidas com os trabalhadores, as condições foram mais favoráveis. Naqueles Sindicatos em que as diretorias estão totalmente do lado dos patrões, os trabalhadores puderam impor sua vontade e a sua organização através de uma participação massiva.

### Do ponto de vista econômico vocês acham que o movimento de greves teve saldos positivos?

— Stanislaw — Não houve vitórias significativas,



o que houve foi um avanço em termos de os trabalhadores começarem a negociar com os patrões. Este é o dado significativo e decisivo para a compreensão do processo de democratização dos sindicatos. Não foi só do ponto de vista dos trabalhadores irem às assembléias e tomarem as decisões, mas também participarem das negociações. Então, até a greve do ABC, que começou com a luta pela reposição, os índices que o governo dava eram os índices da famosa tabelinha e com o avanço da luta dos trabalhadores, esta tabelinha começou a tentar melhorar os índices. Com as negociações os trabalhadores começaram a negociar e as propostas começaram a sair dos índices oficiais e partir para uma discussão no plano mais geral, ter algum aumento e, inclusive, o problema da produtividade começou a ser colocado embora de uma forma ainda mascarada. Então, do ponto de vista econômico, pode-se dizer que não se conseguiu muita coisa, em relação ao custo de vida não se conseguiu praticamente nada, mas em relação à política salarial do governo

já são quase dois anos que os trabalhadores conquistam aumentos salariais acima daquilo que o governo queria.

— Franco — Outra coisa que parece que muita gente está esquecendo de considerar é o papel destas greves no sentido de fazer com que os trabalhadores tenham um peso no País. Estas greves tem provocado uma mudança na correlação de forças muito grande, tanto que hoje o governo tem que tomar medidas levando em conta a mobilização dos trabalhadores. E agora, os trabalhadores estão conseguindo dialogar, conseguindo discutir a organização de um Partido, estão conseguindo discutir que sociedade os trabalhadores devem conquistar. No entanto, a greve é simplesmente colocada dentro do ponto de vista econômico. Nós sabemos que dentro do sistema capitalista não existe saída para a classe trabalhadora. Todas as vitórias econômicas são momentâneas, são parciais, no dia seguinte a inflação come tudo. Parece que os dirigentes sindicais que vêm falar que as greves não estão levando a nada estão desconsiderando tudo isso. Quando é que os dirigentes sindicais tinham condições de se reunir, como se reuniram em Belo Horizonte? Há dois anos atrás eles tinham condições de fazer isto? E isto é a troca de que? Dos discursos liberais dentro do parlamento? Ou da abertura que o governo está querendo fazer? Não. Tudo isto é resultado das lutas dos trabalhadores e sem elas as lideranças sindicais não teriam espaço para colocar qualquer coisa dentro do país.

### E no caso da Oposição, o que representou em termos de avanço na sua prática e de penetração de massa o ano de 1979?

— Stanislaw — O primeiro avanço que nós podemos considerar foi a realização do nosso primeiro congresso, fato histórico que só encontra exemplo no princípio do século quando os militantes operários faziam os seus congressos livres. A oposição avançou no sentido de definir suas tarefas para reconquistar o sindicato, suas tarefas para aprimorar o trabalho dentro das empresas e toda a expressão que teria que ter para modificar a própria organização dos trabalhadores dentro da fábrica e melhorar sua atuação dentro do sindicato. Ao nível da organização o ano de 1979 foi o que permitiu que a oposição se solidificasse dentro da categoria através

de uma saída de massa, que mostrou os rumos que ela deveria seguir.

### Como vocês veriam o ano que vai começar, com relação às lutas centrais que deverão ser levadas pelo movimento sindical e quais são as propostas da Oposição sindical?

— Franco — No ano que vem vai haver um aprimoramento do sistema, no sentido de manter esta exploração que existe e manter o movimento operário dentro dos parâmetros que interessam a eles. As tarefas da oposição para este ano devem ser aumentar o nível de organização dentro das empresas, aumentar significativamente as comissões e grupos de fábricas, aumentar significativamente a participação no sindicato, aumentar o número de sindicalizados, aumentar as lutas internas dentro das empresas (as lutas gerais acabaram colocando de lado esta questão, e nós temos que retomar) não só questão de banheiro ou de segurança, mas a própria questão da produção da empresa, a própria questão do ritmo de trabalho, etc. Outra questão que nós vemos é a realização do II Congresso da oposição. Outro aspecto importante também é a manutenção dos comandos que surgiram durante a greve, uma organização ao nível das bases realmente, no sentido, inclusive, de mostrar que a oposição em si não é um novo sindicato mas que ela é um movimento no sentido de criar as organizações de base dos trabalhadores.

Outra questão, é a realização de um Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, que é uma luta que nós estamos desenvolvendo há muito tempo e que a diretoria não está interessada em fazer, mas que é uma questão que deve ser levada para as fábricas para tentarmos, no máximo até março do ano que vem, a sua realização. Em termos de movimento operário, eu acho que a oposição vai ter que avançar também quanto a organização política dos trabalhadores. Os trabalhadores vão avançar por este caminho, vão avançar na organização de seu partido na medida em que as organizações que se dizem representantes dos trabalhadores não respondem aos seus interesses. Eu acredito que o ano que vem vai ser muito positivo no avanço desta questão. Outro objetivo que nós temos para 1980 no sentido de reforçar a luta de oposição é a realização de um Encontro Nacional das Oposições, que nós vemos como de uma necessidade muito grande e imediata.

## Gangsterismo no Sindicato dos Metalúrgicos Bando agride operários a cacetadas e socos.

Operários são agredidos a barras de ferro, correntes, murros e pontapés, em frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao saírem de uma assembléia geral. Mais um ataque do CCC ou de grupos policiais? Puro engano, é o pessoal do jornal *Hora do Povo*, que inaugura novos métodos de "luta ideológica" no movimento sindical.

Não é novidade para ninguém que o jornal "*Hora do Povo*" promove uma linha de intransigente aliança com os pelegos instalados nos sindicatos, em nome de uma suposta "Unidade Sindical", desdobração ao nível do movimento dos trabalhadores, da sua tática de Frente Popular - unidade com setores progressistas da burguesia para derrubar o regime militar. No sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, os dois ou três gatos pingados que simpatizam com as propostas do HP, são, atualmente, os mais fiéis servidores do pelego Joaquim de Andrade. Ou seja, são os cachorros do pelego, o que já é dose para leão. No sindicato dos gráficos, conforme nota divulgada no próprio jornal, a moçada apoia o irmão gêmeo (de peleguismo) do Joaquim, o tal de Valdemar Maffei, figura das mais execradas pela categoria.

Até aí tudo bem, cada um segue a orientação que lhe pareça mais conveniente, embora, no caso do pessoal que concorda com o HP, no sindicato dos Metalúrgicos, isso lhes valha um total repúdio dos trabalhadores, sobejamente manifestado antes, durante e depois da última greve em São Paulo. Ubiraci Dantas de Oliveira e Aparecida Malavazzi, dois dos "heróicos" sindicalistas tão promovidos pelo HP, nem podem mais pensar em falar em assembléias da categoria pois as vaias da massa são logo ensurdecedoras.

Mas aconteceu que o jornal resolveu assumir uma posição furibunda contra a greve dos metalúrgicos, particularmente contra a Oposição Sindical e os Comandos, que conduziram todo o processo. Provocadores, aventureiros, foram as

palavras mais elogiosas do HP. E de quebra, além das críticas, o jornal fez uma promessa: não dar vida mansa para os provocadores e elementos anti-operários da Oposição.

Mas quem esperava que a batalha fosse política, disputando palma a palma nas assembléias sindicais, nas reuniões de comando, no interior das fábricas, a hegemonia com a OS e as demais correntes combativas do movimento operário, está redondamente enganado, infelizmente.

Na sexta-feira, 14 de dezembro, no melhor método do tristemente célebre Comando de Caça aos Comunistas - CCC - ou das milícias hitleristas (SA) 30 indivíduos, (entre eles estava Paulo Masoca, ex-candidato à Presidência da UNE, pela chapa unidade), postaram-se em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos. Numa das mãos alguns levavam exemplares do *Hora do Povo*. Na outra, murros carregavam barras de ferro e correntes. E não tardaram a começar o "embate ideológico": à medida em que os trabalhadores, vinculados à Oposição Sindical ou aos comandos, ou seja, aqueles que mais se destacaram na greve, iam aparecendo na porta do sindicato (lá se realizava uma assembléia mais ou menos chocha, de aprovação das contas da diretoria), os meninos que não tem ejaculação precoce iam distribuindo desaforos, porradas e cacetadas à granel, talvez a melhor maneira que encontraram para promover a tão badalada "unidade sindical".

E tem mais: quando os operários Vito Giannotti e Raimundo de Oliveira entraram pela porta de um clube de militares situado nas imediações do

sindicato, a gang não vacilou: foram logo gritando "comunistas, comunistas", dirigindo-se a Vito e Raimundinho (este por sinal foi obrigado a ser medicado no Pronto Socorro em decorrência dos murros e pontapés que levou). Além de tudo, dedo-duros, os moços.

Exceto os inefáveis Bira e Cida, que há muito não vêm um basquete pela frente, nenhum dos valentes era operário. E não é à toa, com esse tipo de método, com essa política equivocada de aliança com a escória do movimento sindical, muito dificilmente encontrarão um operário decente disposto a segui-los e engrossar suas propostas sindicais e políticas.

Mas o pessoal da *Hora do Povo* está enganado se pensa que vai silenciar os trabalhadores com seus métodos truculentos. Nem a polícia conseguiu isso, que dirá eles. As prisões, as torturas que muitos metalúrgicos sofreram nos anos mais negros da ditadura, vítimas das dedurações do Joaquim (que a HP apoia hoje) não foram suficientes para conter os trabalhadores de vanguarda. Não serão duas ou três cacetadas de pequeno burgueses desesperados que irão conseguir isso.

Segundo alguns dirigentes da Oposição, esta não vai cair no jogo e na provocação barata que os filhotes de Stalin estão montando. "Vamos atraí-los para o campo da luta política, das lutas dos trabalhadores, que é onde deveremos resolver nossas diferenças", afirmou Stanislaw ao EM TEMPO. Eles é que dirão, com sua prática, se estão do lado dos trabalhadores ou dos patrões e da polícia".



# As explosões populares, o movimento de periferia e o Estado

Os movimentos de periferia, enfrentando os problemas que afligem os trabalhadores que moram nos bairros mais distantes de São Paulo foram os primeiros sintomas de reação popular a partir do início dos anos 70. Criados com o apoio da estrutura da Igreja, eles estão longe de conseguir sua identidade e autonomia próprias, ao mesmo tempo em que demonstram um renovado vigor, sobretudo neste ano que termina.

Por Sílvia Caccia Bava

Com os quebra-quebra de trens ocorridos no mês de dezembro a violência popular toma conta, novamente, do Rio e de São Paulo. É a última das inúmeras explosões de revolta e desespero que vem ocorrendo em meio à classe trabalhadora. Único meio de transporte acessível aos salários de fome dos trabalhadores que moram na periferia destes grandes centros urbanos, cada vez mais distantes de seu emprego, o colapso do sistema ferroviário suburbano é, talvez, o mais sério problema que atinge a vida dos moradores da periferia. Mas está longe de ser o único.

Nestes últimos meses, milhares de trabalhadores tem se concentrado em frente ao Gabinete do Prefeito, em São Paulo, para apresentarem ao poder público suas reivindicações. É o Movimento Contra a Carestia, são os favelados, os moradores de loteamentos clandestinos, mães da periferia, enfim, uma infinidade de agrupamentos de trabalhadores, em sua maioria ligados ao trabalho da Igreja nos bairros da periferia, que reivindicam seu direito à moradia, transportes, postos de saúde, creches, luz, água, segurança, escolas, etc. Invariavelmente, a resposta oferecida pela Prefeitura a estes movimentos é um sonoro NÃO! Somente quando os trabalhadores atingem o desespero e recorrem à violência — como é o caso dos quebra-quebra — é que o Estado se preocupa em melhorar os serviços prestados à população. E mesmo assim, os quebra-quebra têm ocorrido em uma onda crescente desde 1975 e, passados 5 anos, o sistema de transportes continua a beira do colapso total.

Por que a população trabalhadora tem sido tão abandonada pelo poder público? Por que o Estado permanece insensível às reivindicações populares?

## Não existem recursos para a periferia

Pelo menos são essas as explicações dos governantes, quando afirmam que o Estado não dispõe de recursos suficientes para fazer frente a todas as necessidades do crescimento urbano e em seus pronunciamentos apelam para que o povo seja paciente e acredite no esforço das autoridades em atender o que for possível.

Mas a paciência do povo tem limites. E se é verdade que os recursos são limitados pela própria capacidade da classe trabalhadora em gerar riqueza através de seu trabalho, não é menos verdade que estes recursos têm sido utilizados pelos governantes para servir aos interesses do capital, favorecendo o processo de acumulação, o lucro, a especulação.

A dominação de classe se espelha no crescimento das cidades, na distribuição desigual de seus serviços. A periferia cresce de maneira assustadora pela própria expulsão dos trabalhadores das regiões mais centrais. Os seus salários não comportam outra solução: vão buscar terrenos mais baratos, lugares menores; no limite, tornam-se favelados. Abandonados à sua própria sorte, os trabalhadores recebem dos poderes públicos apenas o mínimo de serviços necessários para que continuem sobrevivendo e vendendo sua força-de-trabalho.

## Enfrentamento com o Estado

Assim como na questão dos salários, às classes populares cabe apenas o que conseguirem arrancar através de sua força, de sua capacidade de pressão. Mas aí, diversamente da luta nas fábricas, onde as negociações podem se estabelecer com os patrões, os movimentos de bairro defrontam-se com o Estado, responsável direto pelos serviços reclamados pela população.

E aqui se coloca uma questão fundamental: como os movimentos de bairro, manifestações locais que reivindicam o que é mais urgente em cada bairro, podem enfrentar o Estado com sucesso?

## Organização e lutos nos bairros

No início dos anos 70, em uma conjuntura política crítica para os trabalhadores que determinava um momento de profundo refluxo tanto dos movimentos de massa quanto de suas formas de organização política, os movimentos de bairro foram, ao menos em São Paulo, as manifestações mais articuladas e massivas das práticas de resistência das classes populares.

Sua vitalidade dependeu em muito da interferência da Igreja Católica, que permitiu, através do seu trabalho de organização das comunidades eclesiais de base, a reunião e a discussão entre os trabalhadores.

Os operários retomam, pela via da Pastoral Operária, a discussão da vida do trabalhador nas fábricas, a questão da organização das bases operárias, a definição das formas de luta a serem levadas. As operações tartaruga rompem o imobilismo anterior, surgem pela primeira vez comissões operárias no bojo das campanhas salariais, começa a se articular o movimento das oposições sindicais.

Os problemas ligados à vida nos bairros também passam a ser discutidos. Surgem movimentos reivindicatórios que organizam os moradores da periferia em pequenos grupos e expressam seus interesses comuns, imediatos: mais ônibus, escolas, postos de saúde, por exemplo. As Sociedades Amigos de Bairro (SABs) mais combativas são atraídas por esse processo de mobilização popular e passam a gravitar em torno da proposta de trabalho articulada pela Igreja.

Esta fase representa o que poderíamos chamar de "período de resistência". Nele as classes populares retomam a defesa de sua condição de vida através do combate à redução dos salários e à deterioração progressiva das condições de vida nos bairros. Mas suas formas de organização são ainda extremamente débeis e incapazes de articular uma unidade maior entre as diferentes manifestações de luta existentes.

## O avanço da periferia

Como que anunciando o avanço geral dos movimentos de massa de 78/79, os movimentos de bairro conseguem realizar expressivas manifestações durante os anos 76/77. Embora existam outros, o Movimento do Custo de Vida (que hoje é conhecido como Movimento Contra a Carestia-MCC) é o exemplo de maior importância. Sua organização estendeu-se por toda cidade, articulando as regiões Norte, Sul, Leste e Oeste a partir da própria estrutura organizativa do trabalho de base da Igreja. O MCV realizou manifestações com mais de 5.000 pessoas em 1975, quando nenhuma outra forma de organização operária e popular conseguia tamanha mobilização. Posteriormente o movimento amplia-se ainda mais, em 1978 consegue recolher 1.300.000 assinaturas que reivindicam o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e um abono salarial de emergência, (um ato com 20 mil pessoas, reunidas na Praça da Sé, encerra a campanha). Embora tenha sido um movimento que atinge na época 8 Estados, apesar da adesão popular e do apoio que recebe de inúmeras entidades, nem o abaixo-assinado monstro conseguiu ser entregue ao Presidente da República pois este se recusou a receber os representantes do movimento, nem qualquer medida foi tomada por parte das autoridades para responder às reivindicações populares.

## Impasse nos bairros

Se é verdade que nesta fase atual os movimentos de bairro tem ganho maior força no bojo do avanço geral dos movimentos de massa, também é verdade que eles, como ondas, crescem e vão se desfazer no embate com a muralha impenetrável do Estado.

Sem dúvida as lutas reivindicatórias destes últimos anos expressam avanços, fruto da própria experiência acumulada. São vários os movimentos que atingem hoje um nível de organização municipal (favelados, loteamentos clandestinos, creches) e aumentam seu poder de pressão. Há, entretanto, questões a serem enfrentadas em face do fracasso destes movimentos em serem atendidas suas reivindicações.

Os quebra-quebra de trens demonstram o descrédito dos moradores da periferia no diálogo com o governo. As formas tradicionais, de pressão que se reproduzem até hoje, de documentos abaixo-assinados, concentrações populares em frente aos órgãos públicos, denúncias à imprensa, tem se mostrado ineficazes e os movimentos reivindicatórios não tem conseguido encontrar novas alternativas. Como resolver este impasse? Como os movimentos da periferia poderão alterar a seu favor a atual correlação de forças?

## A maioria das classes populares

De fato, os movimentos de bairro ainda não encontraram (ou não construíram) canais próprios de articulação que viabilizem a sua continuidade, a sua transformação numa força política de massas, e garantam, ao mesmo tempo, a participação ampla das bases nas decisões que afetam os destinos de suas lutas. A ausência destes canais de articulação é preenchida, muitas vezes, pela estrutura da Igreja que, dada a sua própria organização nos

bairros da periferia, garante uma unidade que todavia não reflete um processo de decisão democrático e um avanço da consciência dos integrantes dos movimentos.

A autonomia dos movimentos de bairro é muito mais uma questão ligada à busca de uma identidade própria, mas organicamente vinculada ao conjunto das lutas das classes exploradas, que uma questão de se desatrelar da dependência que man-

tém com relação à estrutura organizacional da Igreja. Neste sentido, o nascimento do Partido dos Trabalhadores com sua proposta de organização independente e a partir das bases poderá ser um fator de extrema importância para o futuro destas lutas populares. Isto se o PT vier a definir uma política que impulse os movimentos de bairro ao mesmo tempo que respeite sua autonomia enquanto movimento de massas.



Regularização dos loteamentos, uma das principais reivindicações da periferia

## As primeiras manifestações populares na capital em 1979

No dia 13 de março, ocorre a primeira grande manifestação dos moradores da periferia de São Paulo, que concentram-se durante horas no parque do Ibirapuera, esperando serem ouvidas pelo então prefeito Olavo Setubal. Em vão, pois uma comissão de 10 representantes recebem a resposta de que "é necessário ter hora marcada para falar com o prefeito". Eles exigem a regularização dos lotes onde estão construídas suas casas, não regularizados na Prefeitura, que acoberta a ação das imobiliárias proprietárias de loteamentos clandestinos (segundo a versão oficial, os funcionários da Prefeitura costumam afirmar que a culpa não é da Prefeitura, não é dos loteadores: é do povo, que não tem conhecimentos e compra terrenos não reconhecidos pela Prefeitura". Para os moradores da periferia, decididamente, a imagem do banqueiro Setúbal é bem diferente da divulgada pela grande imprensa, que o considera um dos melhores prefeitos que São Paulo já teve. Como disse uma oradora, "ele pode ser um bom prefeito, mas não para nós, trabalhadores, operários, assalariados, moradores de lotes clandestinos". E encontram logo as razões da indiferença de Setúbal "prefeito nomeado não deve voto ao povo".

E durante o ano, a cena voltará a se repetir muitas vezes:

— Nos dias 14 e 15 de julho, 900 moradores de 44 bairros da periferia concentram-se na Câmara Municipal de São Paulo. Reivindicam a abertura de postos de saúde e atendimento médico. Não são atendidos.

— Ainda no mês de julho, 330 moradores pertencentes a 26 bairros, concentram-se na Prefeitura Municipal, no dia 25. Exigem um plano de emergência para a periferia. Não são atendidos.

— Agosto começa com a concentração de 1.000 moradores de 70 favelas de São Paulo, em frente à Prefeitura, no Ibirapuera. Protestam

contra o desfavelamento, exigindo a urbanização das favelas.

— No dia 26 de agosto, 5 mil pessoas reúnem-se na Praça da Sé, no Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia. No final do ato, realizam passeata pelo centro velho da cidade, que vai terminar na Praça do Correio. Exigem o congelamento de vários artigos de primeira necessidade.

— No dia 10 de outubro, 200 moradores de 26 bairros da Zona Sul da capital, voltam ao Ibirapuera. Exigem que a Prefeitura construa creches gratuitas.

— Onze dias depois, no dia 21, é a vez de 4.000 moradores de 103 loteamentos clandestinos, concentrarem-se na Prefeitura. Exigem a regularização das suas moradias e a implantação de serviços essenciais (água, luz, esgoto). Não conseguem — como em todas as outras ocasiões — falar com o prefeito da capital Reynaldo de Barros. São aconselhados a voltar no dia cinco de novembro.

— Nesse dia, o número de manifestantes cai para 500 pessoas. Saem de mãos abanando. A Prefeitura não apresenta nenhuma resposta positiva.

— 16.17.18 de novembro: 800 delegados da capital e 15 cidades do interior participam do Congresso Estadual da Luta Contra a Carestia. Congelamento dos gêneros de primeira necessidade e aumento salarial de emergência são as principais reivindicações aprovadas.

— 12 de novembro: concentração de mães da periferia, em frente à Prefeitura. Novamente reclamam a instalação de creches gratuitas. Recebem a promessa de que serão construídas 26 creches.

— No dia 2 de dezembro, 1200 moradores de favelas da Zona Leste da capital promovem assembleia. Exigem urbanização das favelas.

— No dia 10, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro, quebra-quebra de trens e estações da FEPASA. São reprimidos pela polícia.

# A democracia tem parado na porta das fábricas

Aqui, José Ibrahim, ex-dirigente sindical e hoje membro da direção do Movimento pelo PT, avalia a conjuntura atual e lança seus prognósticos sobre o movimento operário na década que se abre.

Nos primeiros dias de setembro de 1969, poucos meses antes do fim da década passada, o operário José Ibrahim até um ano antes presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, embarcava para o México em companhia de 14 outros presos políticos brasileiros em troca do embaixador dos Estados Unidos, Burke Elbrick, que havia sido sequestrado no Rio de Janeiro.

Alguns meses antes que se completassem dez anos de exílio, José Ibrahim voltaria ao Brasil, sendo esperado por quase duas mil pessoas no aeroporto de Viracopos que queriam testemunhar seu apreço ao condutor da legendaria greve operária de 1968 e àquele que se transformara no símbolo das oposições sindicais no Brasil.

Desde sua volta, o «Turquinho» tem dedicado sua atividade a impulsionar a causa destas oposições sindicais e ao trabalho de organização do Partido dos Trabalhadores a cuja direção foi incorporado em setembro deste ano. Neste depoimento ao EM TEMPO ele faz o balanço dos elementos mais importantes da década que se escoa e examina o que considera serem as perspectivas dos anos 80. Eis seu testemunho.

«A partir de 1974 assistimos a uma série de mudanças na forma de atuação do regime militar, que tem como objetivo alterar os aspectos mais cruéis da dominação e dar maior estabilidade às instituições por ele mesmo criadas. Até aqui os militares têm obtido sucesso em controlar o processo, como ilustra o episódio da concessão da anistia restrita ou da reorganização partidária.

Do ponto de vista dos trabalhadores, no entanto, não houve modificações. É certo que a «abertura» propiciou a irrupção do movimento operário, particularmente da ação reivindicativa dos sindicatos e que o movimento dos trabalhadores ocupou o espaço aberto e avançou no sentido de abrir mais brechas. De uma maneira geral, no entanto, a atitude do governo foi a de sempre: a observância estrita das leis e a repressão.

Durante o governo do general Figueiredo oito operários já foram assassinados durante movimentos grevistas. A isto se somam as dispensas nas fábricas, as listas negras, as intervenções nos sindicatos, as tentativas de amedrontamento das lideranças.

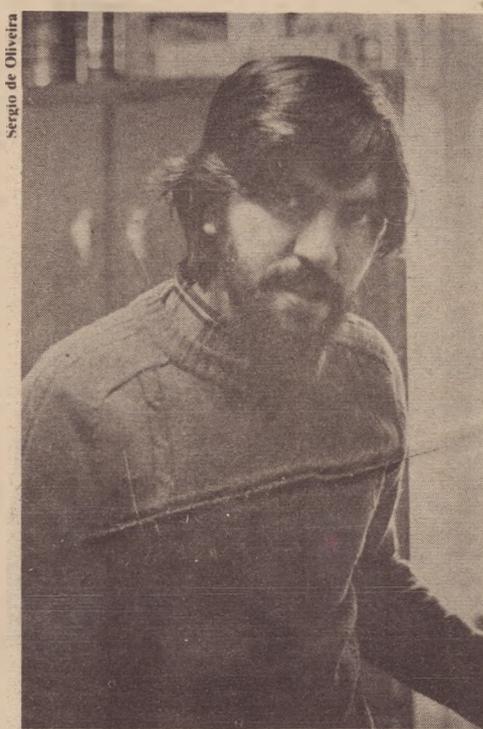
A tendência dominante do regime é realizar algumas modificações 'por cima' e nenhuma por baixo. Em termos de política salarial, por exemplo, não houve nenhuma concessão. Mas os espaços já abertos colocam para o movimento operário a necessidade de realizar novos avanços, pois até agora a democracia tem parado na porta das fábricas. O movimento operário continua aí, no entanto. Ele é um elemento fundamental na conjuntura e isto me faz prever que vão continuar a produzir-se choques. E não há repressão nem «pacto social» que segure a ação reivindicativa dos trabalhadores. O pessoal está passando fome. Se não houver concessões importantes por parte dos patrões e dos trabalhadores haverá mais choques.

## A tendência é no sentido de só mudar

O período de 68 a 78 foi de acumulação de forças, de trabalho de formiga, de reflexão. Foi aí que proliferaram os organismos de base, especialmente as associações de moradores. A tendência natural do movimento de massas foi refluir para os bairros e estimular a organização a partir de problemas específicos. Os sindicatos oficiais e os partidos se mostraram incapazes de canalizar as aspirações deste movimento.

O período que estamos vivendo agora está muito ligado ao anterior. Em primeiro lugar, houve uma consciência coletiva sobre a necessidade de organizar-se de baixo para cima. E é isto que permitiu esta irrupção do movimento reivindicativo. Hoje ninguém mais se preocupa se uma greve é legal ou não para levá-la adiante. O movimento deu um salto e isto é o início de um ascenso.

O ciclo grevista que se iniciou em São Paulo no ano passado e que se estendeu a outras categorias dos mais variados pontos do país, permitiu à classe operária realizar uma experiência muito importante. Boa parte dessa classe operária nunca havia participado de nenhum movimento. Hoje esta experiência foi realizada por milhões de trabalhadores e ela permitiu que as massas sentissem a existência de uma legislação repressiva. Eles com-



José Ibrahim

preendem, igualmente, que os sindicatos atrapalham mais do que ajudam nestas greves e que uma greve não é só um jogo de pressões entre patrões e operários, mas que estes vão ter que se enfrentar com o Estado. O movimento operário compreende que para ir adiante ele tem que criar seus comandos, suas comissões de fábricas, sair da estrutura sindical. Qualquer luta por menor que seja não tem futuro dentro dos marcos institucionais. E eu não tenho dúvida que isto só reforça a perspectiva das oposições sindicais. A opção pelas propostas das oposições sindicais não saiu da mente de meia dúzia de iluminados; ela se impôs como uma necessidade do movimento operário, praticamente demonstrada pelas lutas que ele hoje desenvolve. Em muitas categorias, onde não existia uma oposição sindical organizada, na medida em que os trabalhadores se puseram em luta foram obrigados a criar seus instrumentos de combate. As oposições sindicais perfilam hoje um novo tipo de sindicalismo.

## «qualquer luta não tem futuro nos marcos institucionais»

Existe uma crise na esquerda e este não é um fenômeno só do Brasil: ele é internacional. Os antigos dogmas, as antigas concepções de partido, de organização política estão sendo profundamente questionados pela realidade. Existe nas massas trabalhadoras uma grande desconfiança frente «aos políticos», em relação a todo o tipo de partidos, desde os tradicionais até os mais recentes.

O que há é uma vontade muito grande de participação, que se expressa na proliferação dos movimentos de base. O que sensibiliza na proposta do PT é o fato de que ele nada tem que ver com as propostas anteriores. O PT se coloca como um partido construído de baixo para cima, um partido de massas, onde nenhum operário tem que bater na porta para entrar, mas pode se sentir em sua própria casa. Todo operário é um militante potencial do partido. O PT não é um partido para os trabalhadores, mas um partido dos trabalhadores.

O nascimento da proposta do PT é consequência das próprias limitações dessa experiência de trabalho de massas localizado. Foram as questões políticas nele surgidas - especialmente os frequentes choques com o Estado - que levaram à consciência da necessidade de criação de um instrumento que fosse expressão geral destas lutas, levando para um plano político todo este sentimento. O PT é isto; expressa a vontade das massas de participar na política, de ser agentes do processo, de ter uma participação direta. Este é o projeto que se coloca para os militantes de base.

Mas um partido político não é a solução para todos os problemas, não é o remédio para todos os males. Isto tem que ser enfatizado. O PT não substitui os organismos de base, pelo contrário, o PT deve fortalecer estes organismos e estimular sua proliferação, fazendo um esforço para globalizar estas lutas parciais, respeitando, no entanto, a autonomia destes organismos em relação a qual-

quer partido. O PT não é nada sem o movimento de massas. O movimento de massas está construindo seus próprios canais de expressão e o Partido dos Trabalhadores deve estabelecer uma justa relação entre sua função no plano geral da sociedade e as tarefas destes organismos de massas, que são mais amplas.

Existem setores de esquerda que estão assumindo a proposta do PT, mas eu detecto ainda algumas limitações. Na minha opinião estas organizações ainda se consideram a vanguarda, se não um partido revolucionário, pelo menos seu embrião e, por esta razão, assumem o PT de uma forma muito parcial, aparecendo como uma tendência organizada no seu interior e considerando-o como uma «frente» mais ampla, onde podem atuar, sem assumir a necessidade de construção de um partido das massas trabalhadoras.

O PT tem que ter tendências, mas elas se formarão num processo de luta no qual as amplas massas participem da discussão também. Não tem sentido tendências de grupinhos. Elas terão de se formar ao nível das próprias questões políticas que se colocarem para o movimento de massas. Eu acho que o PT terá uma «direita», uma «esquerda» e um «centro» que poderão se alternar - hoje quem está numa posição amanhã estará em outra - mas isto aí não pode ser confundido com uma frente de organizações. Nossa esquerda ainda tem este tipo de deformações que gera uma série de problemas. Mas somente no processo é que isto será superado.

Do ponto de vista social e a curto prazo não vejo como os problemas dos trabalhadores podem ser resolvidos.

A questão social é mais importante e vai marcar toda a conjuntura. No plano sindical, se multipli-

carão os choques do movimento sindical e nesta prática é que se dará a construção de uma nova alternativa, de um novo sindicalismo, de novas formas de organização, de um sindicalismo de massas e de base. Este processo está lançado. A luta pelas liberdades sindicais está identificada com o surgimento de uma proposta alternativa.

## «o PT não substitui os organismos de base»

No plano político mais geral o elemento importante é a proposta de construção do partido dos Trabalhadores como partido de massas, sem patrões, democrático, organizado de baixo para cima. Isto muda muita coisa. A participação das massas trabalhadoras ao nível da política vai mudar muita coisa nesta sociedade. O fato de que os trabalhadores tenham se aberto para a política e criem suas formas de participação em si já é uma modificação muito grande. E o próximo período será muito marcado por isto, sobretudo numa sociedade que sempre marginalizou a maioria dos trabalhadores dos processos políticos. Hoje as massas começam a não aceitar mais esta situação. É isto que acarretará o surgimento de outros valores, de outros pactos, de outros consensos. Tudo será diferente.

## Única saída: Um Partido dos Trabalhadores

Aqui João Paulo Pires Vasconcelos, dirigente do sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade, discute os impasses e as perspectivas do movimento sindical brasileiro.

Para que o movimento sindical ganhe consistência, se afirma, se organize e ganhe a credibilidade dos trabalhadores é preciso que se efetue a transição porque passam as entidades sindicais principalmente no que tange à mudança da ação das entidades com uma posição de franca defesa dos trabalhadores. Para que o movimento sindical tenha bases sólidas é preciso que ele primeiro ganhe a credibilidade do trabalhador. Nós tivemos aí inúmeros exemplos de greves fracassadas, de greves mal sucedidas que deixam evidente pra gente que não havia nestes casos muita identidade entre o interesse das direções dos sindicatos e os da classe.

Quando o movimento do trabalhador é bem sucedido é porque ele tem objetivos bem claros. Ele sabe que a riqueza que está sendo construída está saindo das mãos dele e ele não está participando. É o sindicato que mostra isso com clareza para o trabalhador, que mostra que a empresa está crescendo e que ele permanece na mesma condição.

A fase de transição atual é penosa para qualquer diretoria de sindicato que tente consolidar a intransigente defesa e a credibilidade que tem que ganhar para que possa organizar efetivamente o movimento dos trabalhadores. Para que isso aconteça é preciso que a diretoria do sindicato esteja no dia a dia ligada aos casos individuais, aos problemas coletivos, no trato do dia a dia da rotina do sindicato. E no momento em que o sindicato conseguir consolidar essa posição de credibilidade aí eu acho que ele está pronto para mudar o que está aí. Isto é eliminar a dominação econômica e a dominação cultural.

### Incentivar a organização política

Não resta então outra alternativa para o trabalhador senão partir para negociação direta, repudiando a política salarial do governo que durante esses últimos quinze anos só fez aumentar o lucro do empresário em detrimento dos interessados, dos trabalhadores.

Agora as formas de organizar é que é outro trabalho que deve ser feito. Primeiro deve haver um amplo conhecimento do que é a empresa, de como ela funciona, de como se tem que parar. Para qualquer greve o trabalhador

tem que partir sabendo os riscos e a estratégia que ele vai adotar. Ele tem que forçar, conhecer os pontos fracos da empresa, conhecer os instrumentos de pressão que ele terá para ser bem sucedido num movimento dessa natureza. Estar preparado para se for o caso voltar para o trabalho. Em alguns casos é mais danosa à empresa uma greve de um dia, depois a retomada, depois uma nova greve dez dias, depois do que uma greve prolongada de seis, dez, quinze ou vinte dias. Essa é uma tática que se tem que adotar e eu acho que no futuro vai ser o único meio de se quebrar a resistência do empresário.

Agora, se pensar na greve dos metalúrgicos de São Paulo, que foi mal sucedida para nós ela teve uma característica de disputa entre a oposição e a diretoria do sindicato, ficando à margem dos interesses dos trabalhadores, que saíram prejudicados nessa questão. Uma prova clara disso foi a atitude do Henos Amorina que sentiu que não havia possibilidade de continuar a greve e fez o acordo.

Por outro lado, a repressão é realmente problema grave para o movimento sindical. Ela começou mais violenta com a greve da construção civil em BH. E é recorrendo à lei que o governo tenta desacreditar as entidades sindicais. As greves são decididas em Assembléias pouco significativas e necessitam realmente do piquete para paralisar as fábricas e aí se desmoralizam os movimentos.

Nós só vamos mudar a situação que está aí, atuar no sentido de mudar a legalização, acabar com a dependência do sindicato quando atingir um grau de organização tal que a gente realmente represente uma força política e que essa força represente a maioria que é a classe trabalhadora.

A saída, a única que eu acho que nós vamos ter para mudar tudo o que está aí, é através de um partido político. Partido político que não será o sindicato, que leva uma luta específica, mas que vai ter que encaminhar a luta do trabalhador através de uma representação efetiva para que não se venha com esses artifícios que o governo esta querendo impor, as manobras de dar com uma mão e tirar com a outra».

# Metalúrgicos do Rio

## Oposição carioca faz seu balanço

Por Bampi, Lavinia, Vigi e José Reis

O desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro transformou o setor metalúrgico em uma das áreas mais importantes da economia. As grandes mobilizações posteriores a 1976 chamaram a atenção para o papel do operariado metalúrgico no atual quadro das lutas de classes. Novas lideranças surgiram e hoje ocupam lugar de destaque inclusive a nível nacional; outras categorias foram de certo modo "despertadas" pelos homens e mulheres metalúrgicos; formas de organização como as gigantescas Assembléias Gerais foram postas à prova. Enfim, não vale a pena seguir enumerando uma por uma as contribuições entregues por esse setor ao movimento operário como um todo. Isso porque muito já foi dito e escrito sobre os movimentos grevistas empreendidos pelos "trabalhadores do metal".

Mas se isso aconteceu, aconteceu principalmente sobre os metalúrgicos paulistas. Qualquer manifestação de bairrismo à parte, pareceu necessário dar a vez a seus companheiros cariocas. Da última greve de setembro a categoria conseguiu vitórias importantes. Entre outras, um aumento de 75%. Mas: houve avanços importantes também na parte referente à organização. Entre outras, a categoria foi dividida, durante o movimento, em diversas zonas que, por sua vez, com representantes eleitos pelas bases, se coordenaram entre si. Para falar sobre organização do movimento operário, luta sindical e luta política, EM TEMPO reuniu no Rio várias lideranças metalúrgicas presentes na última greve. Com eles não se esgota o que existe de tendências no movimento. Mas Zeca, representante de Inhaúma, quanto Gilson, da área da Avenida Brasil, ou Cláudio, da Comissão de salários, Wendell, piqueteiro da Standard Electric, ou Antônio e Pedro de Niterói, nos entregam opiniões que estão vivas no sindicalismo da área metalúrgica do Rio.

**A** questão da organização do movimento operário segue na ordem do dia. Qual a opinião de vocês sobre problemas tais como o sindicato, as Comissões de Fábrica, sua função nos locais de trabalho, seu papel durante as lutas, a articulação de uma CUT?

**Zeca:** As comissões são um calo nos calcanhares dos patrões

**Zeca** - A organização do operário passa por sua entidade de classe, passa pelo sindicato. E o sindicato deve levar a luta do trabalhador, suas reivindicações sem levar em consideração as leis existentes aí e impostas de cima para baixo. Agora, quanto às Comissões de Fábrica, elas talvez sejam uma das últimas reivindicações que os trabalhadores venham a conquistar. Isso por sua própria função nos locais de trabalho. Estar ali, vendo no dia a dia a exploração, as irregularidades, a arbitrariedade do patrão, a insegurança do trabalho, as condições do refeitório, a insalubridade que não é paga etc.. Elas seriam um calo nos calcanhares dos patrões. E como não há ninguém que goste de ter calos, teremos que lutar muito para que sejam reconhecidas.

No que toca à Central Única dos Trabalhadores, ela tem que ser articulada desde as bases. Ou seja, discutida nas Comissões de Fábrica, nas Delegações de Fábrica. Chegando aos sindicatos, em Assembléias Gerais, eleições de representantes. Mas deve passar antes pelas bases, ou seja, pela discussão dentro das fábricas.

**Wendell** - O MO tem que ser organizado a partir da base e essa base é a Comissão de Fábrica.

A Comissão de Fábrica, hoje no Brasil, é mais uma comissão de base sindical. Ela não é um poder dentro da fábrica e nem questiona o poder do patrão na fábrica. Ela hoje atua como um organismo de base do sindicato. É importante dizer isso para não se cair



A greve dos metalúrgicos cariocas

em ilusões quanto a um outro papel que a Comissão de Fábrica tem, mas num outro estágio de lutas.

Na atual conjuntura, eu acho que o sindicato cumpre um outro papel adicional: ser a base de um grande partido dos trabalhadores, um partido baseado nos sindicatos, e não nos dirigentes sindicais. Isso remete para a idéia de um futuro sindicato independente e autônomo. Acho que este processo deve ser iniciado desde já, para que, internamente, o movimento sindical acumule forças para conseguir superar a barreira da legislação.

**Gilson:** A CUT só virá com as comissões

**Gilson:** O sindicato livre será um processo. Um processo parecido com o das comissões há dez anos. A proposta do sindicato livre como organização capaz de mobilizar e sustentar a classe, ainda passará por uma etapa de luta não prevista, na qual essas comissões jogarão um papel fundamental. Eu exageraria um pouco. Eu acho que a proposta da CUT como foi colocada há algumas semanas, reflete nada mais, nada menos que uma versão da CNTI em outro molde e outro nível. Quer dizer, a forma como foi proposta sua formação é a partir dos chamados autênticos e de um agrupamento que não sai das cúpulas. Tudo isso sob o pretexto de que já representariam as bases. Eu acho que a formação da CUT passa pela consolidação das comissões enquanto organismos de base. Isso é fundamental para a formação desse organismo superior que hoje é substituído embrionariamente pelo papel que cumprem esses encontros a nível estadual e nacional.

**Pedro:** os trabalhadores iniciam um longo aprendizado

**Pedro** - A organização do movimento operário hoje passa não só por uma atuação combativa dentro da estrutura sindical, mas também e principalmente pelo fortalecimento de organizações autônomas e independentes nas fábricas.

A organização do movimento operário passa também por uma avaliação correta e uma efetivação concreta da

proposta do Partido dos Trabalhadores. Este partido é, no meu entender, uma das possibilidades mais importantes apresentadas para a classe operária no sentido de avançar na sua luta política, na sua organização política e na sua discussão política. De qualquer maneira, seja no caso da proposta do PT, seja no caso da reformulação da estrutura sindical, seja na criação de organismos mais amplos, como a CUT, é necessário um amplo aprendizado político dos trabalhadores. O que deve ser evitado é um política de articulações por cima do movimento operário.

*Como encaram vocês a articulação entre luta sindical e luta política? Qual a opinião de vocês sobre as campanhas que mobilizam hoje a classe operária, a questão das chamadas lutas democráticas, a reformulação partidária, alianças com outros setores ou classes sociais?*

**Zeca** - As campanhas que mobilizam a classe operária hoje, todo mundo sabe, são as questões econômicas. O baixo salário, por exemplo. Se há um espaço para a luta pela anistia e liberdades democráticas, isso há. Agora, não com a participação do trabalhador. Nesse momento não há participação do trabalhador a esse nível. Quanto ao processo de reformulação partidária, eu julgo necessário que o trabalhador se mobilize em torno de uma organização política.

**Wendell:** O PT deve ser um partido baseado nos sindicatos

**Wendell** - É possível combinar a luta por liberdades democráticas com as lutas mínimas, pois no próprio desenvolvimento dessas lutas mínimas, a classe sente necessidade de lutar pelas liberdades de manifestação, de expressão, etc....

Então, aí é que entra a questão do PT. O PT é hoje o que expressa esta independência da classe. O PT é o instrumento que a classe vai utilizar para fazer alianças ocasionais, dentro ou fora do Parlamento, com os partidos burgueses que estão surgindo.

Então, o PT deve ser um partido

que respeite um caráter classista, muito mais que um caráter ideológico, embora eu reconheça que aquilo aponta para isto.

Tudo isso significa que as vanguardas ideológicas do PT devem atuar tendo claro que este partido só sai massivo, e mantendo seu caráter classista, dentro do ritmo e da dinâmica das direções sindicais do PT. Ele não sai se tiver uma dinâmica dada através destas vanguardas ideológicas.

**Claudio:** Liberdades democráticas, mas não no geral

**Cláudio** - Tenho um certo receio de colocar a questão das lutas democráticas no sentido tão geral como foi colocado. Acho que existem lutas concretas da classe operária que são lutas políticas e que devem ser principalizadas. É importante hoje, distinguir dentro da classe operária, quais são as bandeiras políticas que ela deve abraçar e não simples liberdades democráticas em geral. Exemplo concreto é definir claramente uma campanha política pela liberdade de organização para os trabalhadores e setores oprimidos. Caracterizar inclusive a luta do trabalhador enquanto luta própria distinguindo-a claramente das bandeiras gerais que a burguesia vive acenando, tentando novamente atrelar a classe operária a um novo populismo.

É em cima destas questões que aparece novamente a necessidade do PT.

**Gilson** - Como já foi colocado, a questão fundamental é a questão econômica. Caberia perguntar até onde a luta pela anistia nasceu e partiu de um movimento operário, até onde a liberdade democrática ou a luta pela democracia partiu do movimento operário? Nenhuma dessas lutas chegou a polarizar amplos setores operários a não ser esporadicamente. Isso já não ocorre com a questão da reformulação partidária.

**Antonio:** Liberdade de organização, em especial para o PT

**Antonio** - As lutas hoje, eu concordo, são mais de caráter econômico. Me remeteria mais aos pontos polêmicos que foram suscitados.

A primeira questão seria acerca do conjunto de liberdades que interessam à classe trabalhadora. Vejo que é importante a liberdade e a necessidade de os trabalhadores se organizarem independentemente. É fundamental criar uma entidade própria de representação um projeto político próprio com o PT.

**Pedro** - Eu queria colocar o seguinte: eu não vejo receita pronta e acabada para a luta sindical e muito menos para a luta política. E também não vejo a luta política como uma etapa da luta econômica, ou como consequência da luta econômica. Eu acho que as duas questões convivem no movimento e no dia a dia, sendo explicitadas de acordo com a dinâmica do movimento de massas. A gente entende o PT como um partido de cunho classista, um partido de massas, e um partido unificador das lutas dos trabalhadores e dos assalariados de uma maneira geral. Não entender o PT a partir destes referenciais é encaminhar de forma estreita a condução do PT, tendendo a reduzir o PT a uma frente de esquerda, correndo o risco de fazer abortar esse importante projeto político.

## A inflação e a dívida externa: Todo o ouro para os bandidos

**Feitas as contas, o capitalismo brasileiro reúne hoje o pior dos dois mundos: uma super inflação interna e uma super dívida externa. E como quem tem dinheiro age como se não o tivesse, quem vai pagar o pato são os assalariados.**

Por Maurício Borges

Nos primeiros meses deste ano, a inflação brasileira começou firme e forte, atingindo uma taxa trimestral (janeiro a março) de quase 14% e uma taxa anual de 47%. O governo desconversou, garantiu que se tratava apenas de um efeito episódico, contornável nos próximos meses. De fato, de março a junho, a taxa de inflação estabilizou-se numa taxa mensal de 3% e anual de 46%, alcançando um acumulado para o semestre de 25%. Se para o resto do ano a inflação tivesse o mesmo comportamento do ano passado (taxa mensal de menos de 3%), poderia ser alcançado algo em torno de 47% a 48% anuais, um resultado ruim mas não catastrófico.

Entretanto, as pressões inflacionárias vinham de todo o lado. O lobby por recursos provenientes de direções diversas e descontraídas da burguesia, era muito forte. E a taxa de juros, por volta de junho ultrapassou os 65% a.a. para um mero desconto de duplicatas nos bancos comerciais. Em julho a inflação retomou sua escala ascendente, atingindo em agosto uma taxa acumulada para o oito primeiros meses do ano de 38% e uma taxa anual (agosto 78 a agosto 79) de mais de 50%.

Em meio a esta turbulência e fruto de pressões e contrapressões que desaguavam no próprio aparelho estatal, o ministro do Planejamento Mario Henrique Simonsen renuncia. Em seu lugar, assume o ex-milagreiro Delfim Netto, mudança que deu novo alento para a burguesia.

Delfim fez o contrário de Simonsen: ao invés de tentar controlar o crédito e os gastos governamentais, passou a soltar o torniquete do crédito e dos gastos. Consequentemente, passou a injetar mais moeda na já superinflacionada economia brasileira. Mais ainda, Delfim decidiu liberar os preços de vários produtos essenciais e em menos de três meses liberou os preços da carne e outros gêneros alimentícios, cigarros, gasolina e tarifas de eletricidade. Como resultado, a inflação "estourou" em setembro, outubro e novembro, chegando à taxa acumulada de 65,9% para os 11 meses deste ano.

Mas não satisfeito, o sr. Ministro determinou na 2ª semana de dezembro uma maxi-desvalorização do cruzeiro, em relação ao dólar, o que deverá provocar de imediato um novo "estouro" da inflação devido ao aumento de preços nos produtos importados. Por isso, não são infundadas as especulações em torno de uma taxa de inflação de 80% para 79, estimativa negada por fontes do governo que a situam em 76%.

### O cerne da crise é o déficit fiscal

Para completar o quadro, vale observar que com o aumento dos preços internacionais do petróleo, a situação do balanço de pagamentos brasileiro agravou-se ainda mais. Só este ano, o Brasil terá que conseguir mais de US\$ 15 bilhões no mercado internacional para pagar o déficit comercial (exportações menos importações de mercadorias), serviços (remessas de juros, assistência técnica etc) e a amortização da dívida.

O agravamento da situação do Balanço de Pagamentos joga água no moinho da roda inflacionária

já que o controle de ambos ao mesmo tempo é impossível, por serem metas quase que excludentes.

Feitas as contas, o capitalismo brasileiro está na pior das situações: inflação interna de 80% e dívida externa de US\$ 50 bilhões.

O sentido mais exato das principais medidas adotadas nos últimos três meses pelo governo é o de reduzir o déficit fiscal do governo federal. A começar pelo aumento da gasolina e das tarifas de eletricidade que no fundo não passaram de um aumento de imposto cobrado à população. Da mesma forma, a maxidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, ao lado de suas repercussões inflacionárias a curto prazo, significou uma razoável contribuição para a redução do déficit governamental. Isto por que a receita em cruzeiros para os produtos exportados aumentou, o que permitiu ao governo a retirada de subsídios fiscais e creditícios concedidos ao setor industrial exportador.

Na realidade estes subsídios são apenas a ponta de um "iceberg" que esconde um grande problema. A quantidade de subsídios creditícios ou na forma de incentivos fiscais, ao invés de se tornar uma exceção, tornou-se uma regra no capitalismo brasileiro. E isto existe porque as regras aqui passaram a ser, definitivamente, as regras do grande capital nacional e internacional que exigem a contribuição do Estado para a realização de grandes investimentos seja financiando com juros subsidiados, seja concedendo incentivos fiscais, seja investindo diretamente em projetos faraônicos como o das usinas atômicas de Angra dos Reis.

Por outro lado, os recursos que o governo é capaz de arregimentar, seja arrecadando impostos diretos e indiretos, taxas ou mesmo emitindo moeda não-inflacionária estão praticamente esgotados. As razões para este esgotamento são variadas mas a principal é que o processo de concentração da renda e da riqueza já atingiu um estágio muito avançado. Consequentemente a capacidade do conjunto da sociedade para financiar as atividades estatais já está relativamente esgotada.

Assim, o governo fica diante do seguinte dilema: ou acelera o processo inflacionário ou reduz suas atividades, o que poderá provocar uma recessão econômica. Evidentemente existem alguns meios termos tais como "rapar" até onde for possível o dinheiro da agora infeliz classe média e espremer até quando não for mais possível a classe trabalhadora.

O problema, antes de tudo, é eminentemente político já que o que está em questão não é a incapacidade absoluta da sociedade brasileira de conseguir recursos para financiar suas necessidades de crescimento. Mas sim sua incapacidade "relativa" já que quem tem dinheiro — o grande capital — age como se não o tivesse e não quer pagar o pato da crise; enquanto quem não o tem — o povo — é quem deveria, pelas regras do capitalismo, financiar "normalmente" tais atividades.

Para o ano de 1980 o governo tem colocado suas esperanças na safra agrícola, o que de resto é insuficiente para sanar males que são estruturais. Se não der certo, possivelmente ele continuará a fazer o que tem feito desde agora: empurrar com a barriga, para ver o que é que dá.



### 7º Encontro Nacional de Economia: Entre mortos e feridos, salvaram-se todos

Realizou-se no dia 11 a 14/12 o 7º Encontro Nacional de Economia promovido pela Associação Nacional de Pós Graduação em Economia (ANPEC).

Além da participação de mais de duzentos economistas entre ouvintes debatedores e apresentadores de trabalhos, o encontro contou este ano com as presenças especiais de Celso Furtado e Mario Henrique Simonsen, este último retornado à comunidade acadêmica depois de uma longa e infeliz (para o povo) passagem pela área ministerial.

Permeado por grandes estrelas e virtuosos da Ciência Econômica, o Encontro caracterizou-se por um clima de grande festa, onde preocupações sociais e científicas «sérias» conviviam com um prosaico burburinho de crônica social.

Afinal de contas, o local do Encontro em muito contribuiu para este clima. Realizado no Village Eldorado — um hotel de quatro estrelas, segundo a Embratur — a grande festa desenrolou-se num ambiente «chique» e sobretudo caro (diária individual de Cr\$ 3.000,00, incluindo almoço e jantar) o que levou a que os Centros de pós graduação ou pessoas financeiramente desfavorecidas realizassem apenas uma rápida incursão turística pelo local.

Por isso, o clima de grande festa não se ampliou: um almoço custava Cr\$ 400,00 por pessoa, uma dose de pinga

Cr\$ 50,00 e uma caripirinha Cr\$ 80,00 além do fato gravíssimo de que a única cerveja disponível era a famigerada «Brahma» sabida e reconhecida como causadora de dor de cabeça, vômitos e dor de barriga.

Ainda entre os eventos sociais, vale ressaltar a homenagem academicamente justa prestada a Celso Furtado em sua aula magna sobre a Crise Internacional.

Quanto aos trabalhos apresentados no encontro não houve nenhuma novidade de maior interesse, apesar da temática da crise econômica atual estar presente na maioria deles.

Pelo lado dos economistas conservadores, Simonsen foi o maior destaque, retomando seu estilo cínico tradicional. Afirmou, por exemplo, que o controle da inflação tornou-se mais difícil nos últimos anos porque os membros da sociedade ficaram mais espertos e aprenderam a defender sua participação na renda com maior rapidez.

Pelo lado dos economistas progressistas, o que ficou mais patente foi sua perplexidade diante da crise econômica.

Mas, entre mortos e feridos salvaram-se todos e não era prá menos. No distante e afastado «Village Eldorado» de Atibaia (SP) qualquer coisa valeria, inclusive a maior besteira ou cretinice. O povo, este ilustre desconhecido para a maioria destes senhores, vaga lá fora indiferente, embora não tão indiferente como antes. (MB).

## Lançamentos VEGA de fim de ano

\*Confesso que peguei em Armas, de Antônio Pinheiro Salles.

\* Memória Operária 68/78, de Ignácio Hernandez

À venda nas melhores livrarias

# Nossa economia está indo pro buraco

Aqui Paul Singer (\*) discute as perspectivas atuais da economia brasileira e os problemas que daí decorrem para o movimento operário e a esquerda, concluindo que é "a hora dos sindicatos exigirem reajustes trimestrais ou escala móvel de salários". Com Paul Singer discutem Paulo Sandroni e Eder Sader.

**E**der - Estamos querendo discutir sobre as perspectivas da economia brasileira e as mudanças pelas quais está passando. Como você vê, nesse quadro, as medidas contidas no último pacote econômico?

**Singer** - Na verdade, o "pacote" em si, não é tão importante. Todo fim de ano o governo decreta um que faz seus partidários declararem que agora sim as coisas vão melhorar e seus adversários que as coisas vão afundar de vez, mas depois se vê que as mudanças não foram tão substantivas.

**Sandroni** - Mas é importante se ver porque o pacote sai justamente no fim do ano, período de relativa pausa nas lutas. Férias em várias indústrias, 13º salário que anestesia os efeitos da carestia: isso facilita as remarcações de preços que só vão revelar seus efeitos sobre os trabalhadores mais tarde.

**Singer** - Isso é verdade. Mas a alta "do pacote" - com a desvalorização cambial - é compensada de várias formas. Por exemplo, os alimentos não serão afetados porque sobre os produtos agrícolas exportados vai um imposto correspondente à desvalorização. No que se refere aos produtos importados, cai o depósito prévio. Assim, o efeito da desvalorização em si é deliberadamente compensado por outras medidas.

**Sandroni** - Mas há um problema particular com os alimentos, com o aumento dos preços dos fertilizantes, devido à desvalorização cambial. Tanto assim que o ministro da Fazenda já está falando em remarcar os preços mínimos a partir das próximas safras.

**Singer** - Veja bem, os preços mínimos de sustentação garantem o preço ao produtor mas não afetam o preço ao consumidor, que é tão mais elevado que na verdade o único efeito dos preços mínimos ao produtor é diminuir um pouco a margem de intermediação do atacadista. Se uma dúzia de laranjas custa 20 cruzeiros na feira, o cara que planta laranjas recebe 3 cruzeiros, ou 2. Se o preço de sustentação vai pra 4, isso não vai fazer o preço da laranja subir mais que 20 cruzeiros. Eu acho que esse aumento dos preços de sustentação é necessário porque a inflação neste ano dobrou e todos os preços tem que ser reajustados. Agora, se o que você quer dizer é que a inflação no ano que vem vai ser muito forte, estou de pleno acordo. E isso independente do que o governo fizer, porque a inércia inflacionária e os aumentos havidos serão carregados adiante.

## O mais provável para o ano que vem é uma recessão

O Grande esforço que talvez o governo possa fazer, sem lançar a economia numa recessão, seria manter a inflação em 80%, igual a deste ano. Mas ele provavelmente vai querer reduzir - é muito difícil manter uma economia funcionando a esses níveis de inflação - então eu acredito que o mais provável para o ano que vem é uma recessão. Eu acho que a economia está indo pro buraco. Isso é mais grave que o aumento da inflação. Todos os indicadores estão mostrando que os aumentos da produção industrial estão caindo. Nós começamos o ano com 10% de crescimento industrial sobre a produção dos 12 meses anteriores. A partir daí foi reduzindo e os últimos indicadores já são da ordem de 5 ou 6%.

**Eder** - Que setores foram mais afetados?

**Singer** - Um setor particularmente afetado é o de máquinas. Seu crescimento nos 12 meses até setembro era de 2%. O que significa que o nível de investimentos na economia é muito baixo. A automobilística está sendo punida pelo problema energético e seu aumento de produção este ano não será maior que uns 3%.

**Sandroni** - Voltando ao problema dos preços agrícolas de sustentação, eu acho que, ainda que eles não incidam na mesma proporção que aumentaram para o consumidor final, eles tem um efeito sobre este porque implicam num novo patamar de preços para o intermediário. Nós sabemos que a intermediação tem um elemento de custos de distribuição e outro elemento que é puramente especulativo. Eu acho que se as safras aumentam e as exportações não aumentarem, para que esse aumento da produção possa ser destinado ao mercado interno, a especulação tende a diminuir e os reajustes de preços tendem a ser menores. Mas se os preços de sustentação aumentam e os comerciantes têm um custo mais alto nas mercadorias que estão am-



O bolo cresceu e as panelas continuam vazias

prando, eles evidentemente tenderão a repassar esses preços ao consumidor final.

E isso sem falar numa provável retirada do subsídio de alguns produtos como o trigo, a carne, o leite. Esses elementos estão indicando pressões inflacionárias que, se bem que não venham agora no bojo da política do pacote, são uma decorrência da filosofia que o iluminou: a da retirada dos subsídios.

## O preço da alimentação pode subir mais do que em 79

**Singer** - No substancial estamos de acordo. E há um outro fator: as próximas safras não vão crescer muito. A safra de 79 já foi um desastre. E tudo indica que a melhoria que se esperava para a próxima não vai ultrapassar os 5%. O governo atribui isso a condições meteorológicas mas há indicações de que simplesmente a política de favorecimento de créditos do Delfim fracassou, engolida pela rede bancária e a burocracia. Seus efeitos sobre a safra se perderam. Isso me parece o mais importante ponto de estrangulamento da economia, ao lado do petróleo.

**Eder** - Entre as alterações que estariam ocorrendo na economia brasileira, uma nova política salarial aparecia como elemento importante. Mas em que medida essa mudança vai além do projeto? Será que o quadro global expresso na inflação não está eliminando os efeitos do que poderia ser uma alteração na política salarial?

**Singer** - É complicado. A redução do prazo do reajustamento salarial se mantém. Isso é indispensável porque a inflação está muito alta. Os trabalhadores não aguentariam passar 12 meses sem reajustamento com uma inflação de 80%.

**Eder** - Mas como a inflação dobrou, a situação não muda muito.

**Singer** - Você tem razão. Se antes era difícil passar um ano com 40% de inflação sem reajustamento, passar um semestre de 40% é parecido. Quer dizer, o aperto vem aí e é a hora dos sindicatos exigirem um encurtamento desse prazo ou por trimestre ou com escala móvel de salários, que implique num reajustamento tão logo o custo de vida cresça vamos dizer 10 por cento ou qualquer coisa dessa espécie.

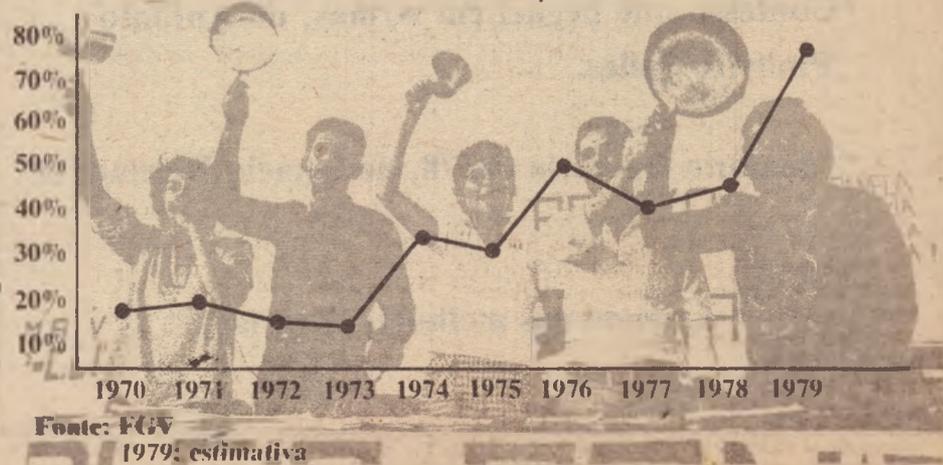
Agora, ficando ainda na linha geral do que vem acontecendo, eu acho que o governo deu uma recuada na formulação geral da política econômica em direção ao "modelo" Roberto Campos. Ele abre mão de subsidiar certos setores e taxar mais outros e deixa que o nível relativo de preços é que distribua a mais-valia produzida, entre a agricultura e a indústria, entre o setor de exportação e o de mercado interno, etc. Eu diria que essa política se explica pela abertura política e o fato do governo estar mais fraco em relação à burguesia mesmo. Ele faz concessões, sobretudo à ala mais direita, que quer menor interferência do Estado e maior latitude para os mecanismos de mercado. O governo está fazendo isso sem dizer, mas ganhando os aplausos dos Gudin e Bulhões e provocando uma "inflação corretiva" do mesmo tipo que o Roberto Campos fez em 64. Com uma diferença: o movimento operário está aí, com uma certa autonomia e poder de reação. Daí a política salarial, que creio que foi pensada para atenuar os efeitos dessa pressão inflacionária. Só que a gente pode prever que com a inflação chegando perto dos 100% mesmo reajustes semestrais não serão suficientes.

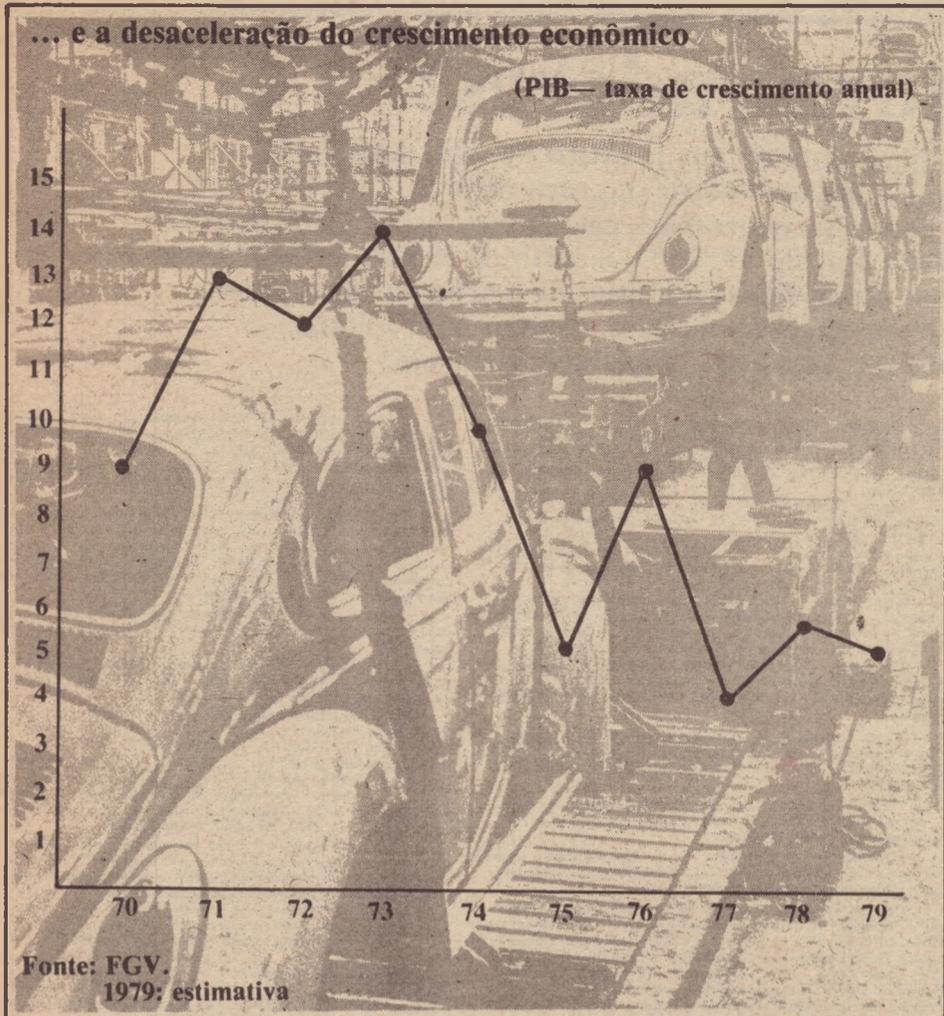
## A inflação afeta diferentemente os trabalhadores

**Sandroni** - É importante ver como a inflação afeta diferenciadamente os diversos setores de trabalhadores assalariados. Já era mais ou menos previsível que as empresas menores iriam ter maiores dificuldades para cumprir essa lei salarial, que representa um avanço em relação ao que era, apesar de que a inflação está correndo tanto que seus efeitos estão quase amortecidos. Mas já tivemos notícia de 2 movimentos grevistas no ABC em pequenas metalúrgicas de não mais de 100 trabalhadores, que não estavam dando os reajustes conforme a lei. Eu acho que essa situação pode dispersar enormemente a luta dos trabalhadores, entre aqueles que tem o seu reajuste pelo menos garantido e aqueles que não tem. Seria uma preocupação do movimento sindical uniformizar critérios e fazer com que as lutas não se dividissem.

**Singer** - Essa menção às empresas que não tem condições de pagar reajustes aponta exatamente a tendência à recessão a que eu me referi à pouco. Havendo de fato a recessão - como eu creio - haverá

## A tendência ascendente da inflação...





**Crescimento Industrial por setor de setembro de 78 a setembro de 79**

perfumaria	13,41%
mat. plásticas	31,60%
papel e papelão	14,23%
metalúrgicos básicos	12,15%
alimentação	3,74%
farmaceutica	5,35%
derivados de petróleo	6,15%
textil	6,27%
bebidas	6,44%

violentas sem tirar muito das camadas privilegiadas. Mas crescendo 5% ao ano ou até menos, não dá. É certo, que a automobilística por exemplo vai sofrer. Ela já está há algum tempo estagnando sua produção para o mercado interno. Quase todos os ganhos - que são pequenos - de aumento de produção, são para exportação. Ela é hoje um dos sustentáculos de nossa pauta de exportação.

Eder - Mas se vier agora uma recessão internacional, anunciada, o espaço para crescer vai ser pequeno.

Singer - Pode parecer estranho mas o fato é que ao longo de todos esses anos de recessão o valor das exportações industriais brasileiras sempre cresceu de 20 a 30% ao ano em dólares, o que é muito. Dá a impressão que nesta conjuntura as multinacionais continuam transferindo mercado para suas subsidiárias brasileiras. Porque o peso maior dessas exportações é das multinacionais.

Sandroni - Tenho a impressão que a exportação de autos se destina principalmente a países que nos exportam petróleo e isso dá uma certa segurança que uma recessão internacional não vai atingir tanto.

Mas o ponto que me parece importante que o Eder levantou se relaciona com o modelo político acompanhando um momento econômico inadequado. O Roberto Campos salientou recentemente que essa abertura política foi exatamente o que ele propôs em 1972. Mas a pergunta que cabe fazer é a seguinte: prá que abertura se a situação estava sob controle? O modelo político não aparece assim no ar. Ele tem suas causas: a eliminação da resistência armada, a crise internacional. Esse desejo do Roberto Campos de implantar um modelo político numa época de auge econômico não tinha forças sociais que o impulsionasse. O que parece importante hoje é saber quais são os acirramentos de conflitos que uma desaceleração da economia causará sobre os próprios setores burgueses. Estamos vendo hoje uma separação dos partidos políticos que poderão expressar distintas correntes alternativas da própria burguesia, não simplesmente do proletariado.

**A situação econômica é o calcanhar de Aquiles do governo**

E finalmente ressaltando um outro aspecto, o governo tem agora pelo menos 1 ano ou 2 de uma certa trégua da oposição. Na minha opinião houve uma certa desorganização da oposição e para que ela tenha a mesma eficácia, vai demorar algum tempo. Para se reorganizar, se depurar, se temperar na luta. Por esse lado, há uma debilidade do movimento popular. Mas ao mesmo tempo a conjuntura econômica representa o calcanhar de Aquiles do governo e do regime. Nessas circunstâncias eu penso que é possível uma tentativa do governo e dos setores mais representativos da burguesia de uma aproximação com determinados setores do proletariado, numa tentativa de cooptação para um determinado projeto. Na medida em que exista já uma diferenciação dentro do próprio proletariado, essa cooptação estaria facilitada. O momento de crise é um momento em que o proletariado se debilita, mas ele também se debilita de forma diferenciada. Talvez aqueles trabalhadores que hoje representam uma vanguarda, sejam os últimos a serem atingidos pela recessão. Os primeiros provavelmente serão os das pequenas e médias empresas, os sem qualificação. É possível que essa clivagem facilite, num momento de crise, um projeto de atração desses setores por parte do regime. É

uma jogada que pode parecer arriscada mas que neutralizaria futuras expressões do proletariado e evidentemente seriam um golpe profundo na oposição. Nesse caso os trabalhadores da base sofrerão mais ainda, porque não terão nem aquele movimento sindical das empresas maiores, de mais fortes organização sindical, para ajudarem no seu projeto de recuperação do poder aquisitivo perdido.

Singer - Voltando aos aspectos econômicos, pela primeira vez na história brasileira a pauta de exportações é extremamente diversificada. Nós sabemos daquela situação em que 70% das exportações era café, ou café e soja, ou café, soja e açúcar. Eram poucos produtos e alguns quase só produzidos para o mercado externo. Mesmo quando foi preciso reduzir o consumo interno do café prá ter mais prá exportar e o preço interno foi aumentado, a repercussão disso sobre o custo de vida foi relativamente modesta. Agora a situação é radicalmente diferente. Para eliminar o déficit da balança comercial, que este ano está prometendo ser por volta de 2,5 a 3 bilhões de dólares, numa situação em que as safras agrícolas não vão crescer, vai se tender a restringir o consumo interno. Esta é uma base objetiva da recessão provável. Val ter que se reservar para a exportação - prá pagar pelo petróleo e as demais coisas que vamos importar - uma parcela substancialmente maior da produção nacional. Mas não da produção de 3, 4 ou 5 produtos e sim de centenas e milhares. Quase tudo que hoje entra na cesta de consumo do trabalhador, também é exportado - desde sapatos, tecidos, vários tipos de alimentos, etc - ou pode vir a ser exportado.

**Balanco de pagamentos 1979**  
(em bilhões de dólares)

<b>1 — Balanco comercial</b>	
Exportações =	+ 15,5
Importações =	- 18,9
Déficit =	- 3,4
<b>Balanco de Serviços</b>	
<b>2 — Serviços da dívida externa</b>	
Juros =	- 3,5
Outros =	- 3,6
Déficit =	- 7,1
<b>3 — Movimento de capitais</b>	
Amortização =	- 6,3
Investimentos =	+ 1,2
Empréstimos =	+ 8,6
Financiamentos =	+ 1,7
Bonus =	+ 0,8
Total =	+ 6,0
<b>(Déficit final)</b>	
Saldo final: Déficit do Balanco Comercial (-3,4) + Déficit do Balanco de Serviços (- 7,1) + Movimento de Capitais (+ 6) =	- 4,5

(\*) Paul Singer, economista do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) é autor de vários livros sobre a economia brasileira e entre eles — «Desenvolvimento e Crise» em que analisa a crise dos anos 1961-65 e «O Milagre Brasileiro causas e consequências», em que diseca os mecanismos do auge recente da nossa economia.

multas pequenas empresas que não só não vão poder pagar os aumentos salariais, como vão fechar. E vamos ter todas as consequências habituais da recessão: maior centralização do capital, crescimento das grandes indústrias às custas das pequenas, das multinacionais às custas das brasileiras. Essa recessão tem um de seus fatores no relacionamento da economia brasileira com a mundial, expressa pela crise da balança de pagamentos. O fato objetivo é que o Brasil está num azar de ser um país subdesenvolvido, consumidor e não produtor de petróleo. É a pior situação. Porque os países não produtores de petróleo mas desenvolvidos equilibram a balança de pagamentos através de suas exportações. Porque os exportadores de petróleo são todos subdesenvolvidos, que importam produtos industrializados e muitos estão se industrializando aceleradamente, o que favorece países como o Japão, Alemanha, USA, que lhes vendem bens de produção. O Brasil está entrando nisso mas com atraso e numa situação de inferioridade. Então nós vamos piorar extraordinariamente nossa relação de trocas. O que significa que o Brasil vai ter que pagar com o trabalho social do país um volume muito menor de trabalho social de outros países. No caso, o petróleo já representa ao que parece mais de 50% dos nossos gastos com importações. Sem falar do próximos aumentos de preço, de 30% já neste mês e previsões de escassez no ano que vem porque os países produtores estão reduzindo sua produção. A piora na relação de trocas só pode significar para um país como o Brasil uma recessão.

**O governo está usando uma política anti-popular como em 65**

Sandroni - Uma das formas de atenuar essas consequências da piora na relação de trocas seria explorar de forma mais extensiva e intensiva o proletariado. Mas num momento em que os trabalhadores estão em melhores condições de se defender, e inclusive a transição política proposta pelo governo não contempla uma intensificação da repressão sobre o movimento sindical e os trabalhadores em geral. Ai o quadro se complica.

Parece que aceleram o carro na curva sem perspectiva de reta no horizonte. A inflação pode sair do controle num determinado momento. Se as reivindicações dos trabalhadores começaram a fazer com que a situação de recessão comece a atingir não só pequenas e médias mas também empresas mais importantes, esses elementos, que são imprevisíveis, poderiam agravar ainda mais a situação. Ai o governo não teria outra saída além do abandono dessa abertura política.

Singer - Eu não queria chegar a uma conclusão tão pessimista, embora isso possa muito bem acontecer. Mas o que me parece importante ressaltar agora são os efeitos dessa liberalização econômica, com a retirada dos subsídios, aos quais se atribui a

aceleração da inflação. Essa alegação é inteiramente falsa. Se há déficit do tesouro (coisa que até há pouco era negada) há 2 formas de se reduzir. Uma é cortar subsídios, outra é aumentar tributos. E há um vasto campo para aumentar tributos no Brasil. Só que isso incidiria sobre as classes privilegiadas. Então o governo está usando neste momento uma política anti-popular e que vai agravar as consequências da recessão como aconteceu em 65. Eu acho que o paralelo entre o que está sendo proposto hoje e a política inaugurada após o golpe militar é muito forte. As empresas que exportam e que estão sendo afetadas pela retirada dos subsídios estão sendo compensadas com a desvalorização cambial. Mas as que não exportam vão sofrer na carne. E os consumidores e a massa trabalhadora muito mais. Em situação de pressão externa violenta, a taxa de lucros vai terminar sendo pressionada e a taxa de investimentos vai cair. Ao lado disso, o padrão de vida da população brasileira vai sofrer muito.

Eder - O que me parece, no fundo, é que houve tendências para alteração do modelo econômico mas sem uma alteração substancial nas relações de poder entre as classes. Era como se se pudesse melhorar a situação dos assalariados e dos setores mais pobres sem tocar nos privilégios das camadas dominantes que usufruíram do "milagre". Talvez pudesse ser possível numa fase de expansão. Mas se a economia se encaminha para a recessão, o que foi enunciado de melhorias salariais e não salariais (habitação, saúde, educação, etc.) não vai sair do nível do discurso. Salvo se da crise surja uma alteração da correlação de forças sociais e uma consequente alteração nos padrões de desenvolvimento.

**Os ganhos de produção vão para o setor externo**

Singer - O problema é que a economia não está crescendo muito. Se ela estivesse crescendo 10% ao ano - como em anos recentes - tudo seria mais fácil: seria possível ao menos acudir algumas carências

**Crescimento Industrial**

jan 78/jan 79	15,77%
set 78/set 79	7,99%

O crescimento anual em setembro já correspondia à metade do crescimento anual em janeiro.

# Onde estão os torturadores?

A anistia parcial do governo veio pôr uma pá de cal numa situação que já existia de fato. Anistando os chamados crimes conexos, a lei sacramentou a impunibilidade dos torturadores.

Se até então nenhum havia sido punido ou responsabilizado, agora, sacramentados pela lei eles estão acima de toda e qualquer suspeita. Mais do que isto, uma amostragem realizada por EM TEMPO, a partir de 39 figurantes de listas de torturadores mostra que, na maioria dos casos eles foram promovidos na hierarquia dos órgãos de repressão.

O que só vem reforçar a tese de que os aparelhos de repressão estão intactos, prontos para voltarem à ação — no estilo que os notabilizou — a qualquer momento, a qualquer chamado.

**A**s listas, abaixo especificadas para cada caso são as seguintes: a) 1º listão — Divulgado por EM TEMPO em sua edição nº 17 de junho de 1978 constando 233 nomes e de autoria dos presos políticos de São Paulo; b) 2º listão — Divulgado por EM TEMPO em sua edição nº 54 de março de 1979 e de autoria do Comitê de Solidariedade aos Revolucionários Brasileiros; c) Dossiê do CBA/RJ.

Os dados entre parêntesis são extraídos das próprias listas e referem-se às atividades dos policiais, de conhecimento dos autores dos documentos. Os dados referentes à situação atual de cada policial foram levantados pela própria equipe da redação.

— Carlos Alberto Brilhante Ustra — n.º 1 do primeiro listão (Major de Infantaria, "Dr. Tibiriçá", comandante do DOI-CODI (Oban) no período de 70/74). Hoje: Tenente-Coronel, comandante do 16.º GAC, na cidade de São Leopoldo/RS.

— Benone de Arruda Albernez — n.º 2 do primeiro listão (Capitão de Artilharia do Exército. Chefe da Equipe A de interrogatório do DOI-CODI (Oban) em 1969/71. Hoje: Coronel da Reserva, reformado por distúrbios mentais).

— Dalmiro Lucio Muniz Cyrilo — n.º 5 do primeiro listão ("Major"), Capitão da Intendência do Exército, comandante do DOI-CODI (Oban) a partir de 1975). Hoje: Chefe da S/2 - 4.ª Circunscrição do Serviço Militar.

— Maurício Lopes Lima — n.º 6 do primeiro listão (Capitão de Infantaria do Exército, chefe de equipe de busca e orientador de interrogatório do DOI-CODI (Oban) de 1969 a 1971, Aluno do Instituto de Estudos Brasileiros da USP). Hoje: continua aluno da USP e é presidente da Associação Paulista de Glaciologia.

— Aderval Monteiro — n.º 13 do primeiro listão ("Carioca" e "Ricardo", da equipe C de interrogatório do DOI-CODI (Oban) de 71 a 72). Hoje: investigador do DEOPS/SP.

— Davi Araújo dos Santos — n.º 17 do primeiro listão ("Capitão Lisboa"), Delegado Especial, da equipe B de interrogatório do DOI-CODI (Oban) de 70 a 71. Em 71 passou a equipe de busca). Hoje: na GARRA (Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos).

— Alcides Singillo — n.º 20 do primeiro listão (Delegado de Polícia do DEOPS/SP a partir de 1970). Hoje: continua no DEOPS/SP.

— Cleidey Guia — n.º 21 do primeiro listão (Delegado de Polícia do DEOPS/SP a partir de 1970). Hoje: continua no DEOPS/SP.

— Henrique Perrone — n.º 22 do primeiro listão (investigador do DEOPS/SP, chefe dos investigadores da equipe do ex-Delegado Fleury, desde 1969). Hoje: no DEIC/SP.

— Josecyr Cucco — n.º 23 do primeiro listão (Chefe da equipe de interrogatório do DEOPS/SP a partir de 1970). Hoje: Delegado na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. No momento move processo contra o EM TEMPO por ter tido seu nome publicado na referida lista dos torturadores.

— Edson Maguatti — n.º 24 do primeiro listão (Delegado de Polícia do DEOPS/SP a partir de 1969). Hoje: continua no DEOPS/SP.

— Raul Ferreira — n.º 26 do primeiro listão ("Pudim", Delegado do DEOPS/SP de 1969 a 1970. Tido como membro do Esquadrão da Morte). Hoje: na Divisão da Polícia Federal.

— Amador Navarro Parra — n.º 28 do primeiro listão ("Parinha", investigador do DEOPS/SP de 1969 a 1972). Hoje: no DEIC/SP.

— José Campos Correa Filho — n.º 29 do primeiro listão ("Campão", investigador do DEOPS/SP de 1969 a 1970. É tido como integrante do Esquadrão da Morte). Hoje: no DEIC/SP.

— João Carlos Tralli — n.º 30 do primeiro listão (investigador do DEOPS/SP a partir de 1969. É tido como integrante do Esquadrão da Morte). Hoje: no DEIC/SP.

— Antonio Lázaro Constanza — n.º 31 do primeiro listão ("Lazinho", investigador do DEOPS/SP em 1969. Ex-jogador profissional de futebol). Hoje: no DEIC/SP.

— Ernesto Milton Dias — n.º 33 do primeiro listão (Delegado do DEOPS/SP em 1970. É tido como integrante do Esquadrão da Morte). Hoje: Delegado Titular do 3.º Distrito Policial de São Paulo.

— Pedro Carlos Seelig — n.º 42 do primeiro listão (Delegado do DOPS/RS de 1970 a 1972). Hoje: um dos principais implica-

dos no sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Diaz. Chefe da Divisão de Segurança Pessoal do DOPS/RS.

— Erenino Dalzet — n.º 44 do primeiro listão ("Comissário Gala", do DOPS/RS de 1970 a 1972). Hoje: continua no DOPS/RS.

— Antonio Bandeira — n.º 56 do primeiro listão (General de Divisão do PIC (Pelotão de Investigações Criminais) de Brasília, de 1970 a 1973. Comandante da III Brigada de Infantaria de Brasília e Diretor do DPF em 1973). Hoje: Comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, General de 4 estrelas e Membro do Alto Comando do Exército.

— Major "Edgar" — n.º 62 do primeiro listão (da equipe de análise do DOI-CODI (Oban) desde 1972. Em 1971 usava o nome de "Capitão André" e participava dos interrogatórios deste órgão). Hoje é Major do IV Regimento de Infantaria.

— "Dr. José" — n.º 78 do primeiro listão (chefe da equipe A de interrogatório do DOI-CODI (Oban) no período de 71 a 74). Hoje: psiquiatra do Hospital Geral do Exército. É Capitão do Exército.

— Dirceu Gravina — n.º 88 do primeiro listão ("Dirceu", "Jesus Cristo", "JC", da equipe A de interrogatório do DOI-CODI (Oban) de 1971 a 1972). Hoje: investigador no Município de Perus/SP.

— "Tenente Formiga" — n.º 90 do primeiro listão (da equipe C de interrogatório do DOI-CODI (Oban) em 1970/71). Hoje: investigador da Polícia Federal.

— "Oberdan", "Zé Bonitinho" — n.º 93 do primeiro listão (da equipe C de interrogatório do DOI-CODI (Oban) desde 1970). Hoje: investigador da Polícia Federal.

— Capitão Tomazze — n.º 95 do primeiro listão ("Tibúrcio", da equipe A de interrogatório do DOI-CODI (Oban) de 1969 a 1970. Em 1971 passou a coordenador geral das equipes de busca). Hoje: Capitão da Polícia Militar de São Paulo.

— Fabio Lessa — n.º 153 do primeiro listão (Delegado de Polícia do DEOPS/SP no período de 1969/71. Hoje: Diretor do Presídio para policiais civis, anexo a Penitenciária do Estado de São Paulo.

— Roberto Cardoso de Mello Tucunduva — n.º 154 do primeiro listão (Delegado do DEOPS/SP no período de 1969/70). Hoje: Delegado em Osasco/SP.

— Ivahir Freitas Garcia — n.º 158 do primeiro listão (ex-Delegado do DEOPS/SP em 1969). Hoje: deputado federal por São Paulo.

— Astorice Correa de Paula e Silva — n.º 170 do primeiro listão ("Correinha", investigador do DEOPS/SP em 1971 onde auxiliava nos interrogatórios). Hoje: cumprindo pena na Penitenciária de São Paulo por crimes do Esquadrão da Morte. No momento move processo contra o EM TEMPO por ter tido seu nome publicado na lista dos torturadores.

— "Carioca" — n.º 177 do primeiro listão (chefe dos investigadores do DEOPS/SP a partir de 1970). Hoje: continua no DEOPS/SP.

— "Alcebiades" — n.º 178 do primeiro listão (carcereiro do DEOPS/SP no período de 1970/73). Hoje: carcereiro do Presídio do Hipódromo.

— Paulo Henrique Sawaia Filho — n.º 195 do primeiro listão (empresário, assessor de Delfim Neto no Governo Médici, da coordenação do DOI-CODI (Oban) em 1969-70. Atua na CIA (Consultores Industriais Associados S/C) e a Intelligence, Assessoria Integral, arrecadando fundos entre os industriais para financiamento de torturas. Participava das equipes de busca). Hoje: tem a empresa ASTE (Assessoria Técnica Empresarial) com sede à Av. Faria Lima, 2003, 2.º andar, conjunto 205.

— Atílio Rohrszetter — n.º 122 do primeiro listão (Major do Centro de Informações do Exército, serviu no SNI em Brasília). Hoje: diretor do Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

— Angelino Moliterno — n.º 15 do segundo listão ("Russiño", ex-investigador, pertencente ao Esquadrão da Morte de São Paulo, desde 1968). Hoje: chefe da Segurança da Boite "La Li-corne".

— Carlos Afonso Delamora — n.º 44 do segundo listão (Brigadeiro, chefe da CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) até dezembro de 1971). Hoje: vice-presidente da XTAL Brasil Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

— João Paulo Burnier — n.º 139 do segundo listão (Brigadeiro, ex-Comandante da III Zona Aérea do Estado da Guanabara. Idealizou em 1968 o Grupo Para-Sar incumbido de assassinar líderes populares). Hoje: diretor presidente da XTAL Brasil Indústria e Comércio do Rio de Janeiro.

— Mário Borges — n.º 191 do segundo listão (Inspetor, torturador desde o "Estado Novo" Atua no DOPS do Rio de Janeiro). Hoje: ligado a Francisco Horta e trabalha na Segurança da Equipe do Flamengo.

— Olinto Denardi — n.º 215 do segundo listão (Delegado, elemento ativo do Esquadrão da Morte desde 1969. Foi Diretor do Presídio Tiradentes/SP durante alguns anos). Hoje: Delegado do 9.º Distrito Policial de Santana/SP.

— Armando Samico — denunciado no Dossiê preparado pelo CBA/RJ, sobre o II Encontro Nacional de Entidades de Anistia: "Os Presos, os Mortos, os Desaparecidos" (Secretaria da Segurança Pública do Recife em 1971 e Pré-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco). Hoje: Professor na Faculdade de Medicina desta Universidade.



General Bandeira



Deputado Ivahyr



Tenente Coronel Ustra

## Depois da anistia parcial

# Como estão funcionando os DOI-CODI

Não existe qualquer tipo de orientação do governo para a desativação dos Centros de Defesa Interna — CODI — e dos Departamentos de Operações Internas — DOI —, os quais possuem relevante papel na manutenção da segurança interna do País".

Este comentário feito por um oficial no quartel general do Exército em Brasília, só vem confirmar a afirmação tantas vezes repetida de que o aparelho repressivo no Brasil, não só continua intacto e pronto a atuar, como permanece a "menina dos olhos" da ditadura instaurada em 1964. E mais ainda, nos momentos de maior calma vai se modificando, aparelhando-se, amoldando-se aos novos tempos.

Hoje, as forças de oposição reorganizam-se, a maioria da população já não aceita como justificáveis os desmandos policiais e a imprensa os alardeia, o general-presidente do momento "esforça-se" por personificar a democracia e é instruído para decomprimir um pouco, dentro da filosofia de "reformar para não transformar". Ao mesmo tempo, os centros de tortura, os "porões" e em muitos casos as "salas de visitas" do regime militar, especializados e com vasta prática em torturar, mutilar ou matar, não abandonam esta prática mas sim procuram adequá-la, demonstrando a capacidade de adaptação dos DOI-CODI aos diversos momentos políticos.

### O alvo agora são as greves

Se até alguns anos atrás e, principalmente, até meados desta década, a violenta tortura, os "desaparecimentos", "afogamentos", "enforcamentos" e "atropelamentos", eram parte de nosso cotidiano, agora que as condições políticas já não o permitem, os órgãos de repressão dedicam-se prioritariamente a obter e selecionar informações, utilizáveis em momentos oportunos.

E se antes, os setores de pequena burguesia, o movimento estudantil, por exemplo, eram o alvo privilegiado destas investigações, no momento, o

movimento operário e popular passa a ser o centro dos interesses, pois avança, ousa levantar a cabeça, reivindicando melhores condições de vida e trabalho, desafiando leis limitadoras e coercitivas e sobretudo, uma muito mais violenta e ostensiva repressão.

E é o mesmo oficial de Brasília quem diz que, "o acompanhamento da evolução das greves é realizado permanentemente, sendo esta uma atividade de rotina dos serviços de informação. São realizadas, diariamente, avaliações destes movimentos e, a partir da análise de seus comportamentos, o Exército define a atitude a ser recomendada aos órgãos de decisão". E continua: "vamos esperar, observando os movimentos de greves (...). Tudo há que ser pesado quando se analisar a conveniência da sustação desses movimentos pelas Forças Armadas".

### DEOPS especializa-se em assuntos sindicais

Coerente com tais declarações, e vindo reforçá-las, é que, principalmente a partir da última greve dos metalúrgicos de São Paulo, o DEOPS/SP, amplia suas instalações, põdo a funcionar a todo vapor um departamento especializado em assuntos sindicais, orientador de forma "científica" dos passivos dados pela repressão durante a greve e possivelmente responsável pelo boletim falso que circulou após o seu término, e que trazendo o timbre da oposição sindical, avaliava a greve e a participação de alguns membros da própria oposição, numa linguagem tipicamente policial e que a ninguém enganou. Estes fatos só vêm indicar um dos rumos que os órgãos de repressão estão imprimindo a seu trabalho e demonstrar qual é realmente a "abertura" que o regime militar pretende conceder.

O cuidado e o empenho dos "donos do poder" em manter intactos os seus aparelhos repressivos e, mais do que isso, a disposição sempre afirmada de preservar os seus agentes e distingui-los por mérito — "heróis de uma guerra" violenta e sem rostos —

tem sido a tônica desses quase 16 anos de ditadura, e vários fatos só os vem comprovar.

Casos como o do general Ednardo D'Ávila Mello, afastado do comando do II Exército e passado à reserva, após o assassinato de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-Codi em 1975, constituem a exceção que só confirma a regra, principalmente porque não mais se repetiu nada parecido, apesar das crescentes pressões tanto nacionais, quanto internacionais.

Segundo Luis Eduardo Greenhalg, presidente do CBA/SP, "a tortura é uma filosofia incutida pela Escola Superior de Guerra, no desenvolvimento da repressão e da chamada doutrina da Segurança Nacional (...) é parte essencial do regime militar, que a usa contra os seus opositores políticos, e contra a população, indiscriminadamente".

Portanto, os órgãos de repressão e seus executores, longe de serem "simples e leais servidores do bem comum, que se excederam no cumprimento do dever", são parte de uma engrenagem monstruosa e bem azeitada, um dos sustentáculos da ditadura policial e militar que os defende ferrenhamente, pois atingi-los significa mexer não apenas com pequenos investigadores e delegados inexpressivos ou desconhecidos, mas atingir também as Forças Armadas, desde os Altos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica até os seus mais baixos escalões.

### Punir? Só se for toda a hierarquia

Este interesse em nada mexer, em "não tirar uma pedra, para que o castelo não desmorone por inteiro" fica mais claro a cada momento, na mesma proporção em que se avolumam as exigências e os protestos da maioria da população contra esse estado de coisas e este poder insuflado. O esforço em impedir a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar casos de tortura e violação dos direitos humanos, desenvolvido pelo regime e contando com aliados de última hora, é um primeiro exemplo.

A Anistia parcial, canhestra e canhota, repudiada por todos que negam o arbítrio e a violência desmesurada é outro dado ilustrativo, pois se apressou em forjar um instrumento jurídico dos mais espúrios a absolvição para os crimes conexos, ou seja, a absolvição para os torturadores e seus mandantes. E mais recentemente, mais um fato vem se somar a estes: a proposta aprovada, do ministro da justiça, Petrónio Portela, para que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — CDDPH — do qual é presidente, deixe de investigar as denúncias de torturas, assassinatos e "desaparecimentos" até agora registrados e limite sua atuação a casos em que seja possível fazer cessar o desrespeito aos direitos humanos, ou seja, deixe de cumprir o principal dos objetivos para o qual foi criado. Todas essas ações só vêm reafirmar a intenção da ditadura militar, que é de apagar da história fatos que ali estão inscritos a ferro e fogo.

### As promoções legitimam o passado

Mas, mais significativas do que todas essas medidas, recursos de quem cínica e oportunisticamente manipula o poder, aquilo que mais assegura a impunidade a todos os torturadores e a todo o sistema repressivo é a sua permanência, a sua reestruturação, como se estivessem num compasso de espera. É mais do que isso, a condição de "intocáveis" para todos aqueles que torturaram, mataram, mutilaram é dada pelo reconhecimento que têm, pelas promoções por mérito que recebem, pelas funções que continuam exercendo ou comandando e que lhes dá, não apenas um doce sabor de vitória, mas a certeza de estar cumprindo com um "sagrado dever" e o aval para continuarem reprimindo, prendendo, sequestrando pessoas em suas casas para simples intimidações. E sobretudo continuam matando. Mas agora, não só em tiroteios simulados ou nos porões de torturas, mas abertamente, aos olhos de toda a população, como tem sido a repressão aos grevistas.

# Pluripartidarismo estilo Figueiredo Ditadura vai tentar andar de quatro

Por Andreas Maia

A reforma partidária empreendida pela ditadura sob o governo Figueiredo dificilmente chegará a um dos principais objetivos que é o de criar novos mecanismos de legitimação do regime. O "pacote de abril" foi o instrumento casuístico encontrado durante o governo Geisel para bloquear a possível ascensão do MDB como partido majoritário no Congresso, nas Assembleias Legislativas e em muitos governos estaduais. Com isso acentuou a crise política endêmica do regime.

A abertura controlada e conservadora do governo Figueiredo decretou o fim do bi-partidarismo. O governo no entanto encontra dificuldades em colher os frutos da reforma partidária. As novas agremiações que estão sendo compostas refletem o sistema político que arbitrariamente as tornou possíveis: são partidos parlamentares, elitistas e desvinculados de representação popular.

A situação, herdeira dos trastes da ARENA, está longe de se aproximar da realidade dos grandes partidos burgueses das democracias ocidentais.

As oposições parlamentares, quer sejam autênticas ou moderadas vivem o impasse de não se situarem como expressão do ascenso atual do movimento de massas operário e popular. Estes tendem a um caminho oposto, o da luta extra-parlamentar e da autonomia política.

A mediocridade é o balanço atual dos novos partidos em gestação. Criados de cima para baixo não refletem a realidade política do país. O panorama geral não é de causar nenhum alento.

## E se o PDS não for maioria?

O PDS, partido sucessor da ARENA e que teve este nome confirmado mais recentemente, luta desesperadamente para apresentar uma imagem que realmente não possui. Adotar o nome de «Democrático Social», invertendo oportunisticamente a designação «social-democrata» e tentando aparentar uma política de reformas sociais, não muda substancialmente o seu caráter. O novo partido governista continuará apoiado na estrutura administrativa dos governos estaduais e municipais. Com exceção de parlamentares e políticos que certamente sairão — na medida em que se situam como arenistas dissidentes e que irão engrossar o caldo da «oposição não-radical» dos srs. Tancredo Neves e Thales Ramalho — as bases da ditadura arenista serão mantidas.

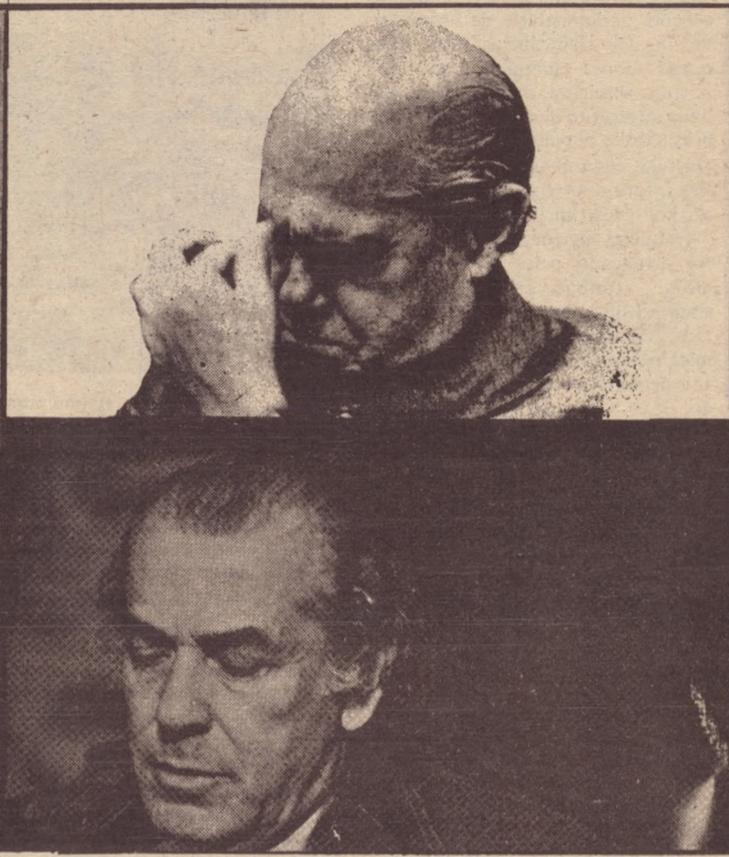
Os articuladores do PDS, no entanto, receiam perder a sua maioria no Congresso. Embora os cálculos do governo estimem que na situação ficarão cerca de 205 a 215 deputados da ARENA, estes números pouco significam. Fazendo as contas agora a «oposição» do Partido Popular Brasileiro de Tancredo Neves conta com a adesão de 40 arenistas. Mas considerando que são pequenos os avanços na conquista de adesistas do ex-MDB para o novo partido governista (muitos irão para o PPB), algumas surpresas poderão ocorrer. O PDS possivelmente não acolherá mais de 12 ex-emedebistas e assim mesmo porque conta com a alquimia picareta de Paulo Salim Maluf. Há também o fato de que os compromissos dos parlamentares arenistas são ainda provisórios e muitos só o aceitam fazendo este destaque. Os compromissos e perfil definitivo do partido da situação só se concluirão com a sanção presidencial da reforma e de sua regulamentação pelo Tribunal Superior Eleitoral, e com as possibilidades existentes de carreira eleitoral.

Apesar do governo estar dando toda ênfase em conquistar para o PDS a maioria no Congresso Nacional e condicionando muitas concessões políticas a serem feitas em 1980 (como a Emenda Lobão que restabelece as eleições diretas para os governos estaduais), a questão de uma possível minoria não é decisiva. Ao restabelecer, por meio do veto, a sublegenda para os municípios e tentar negociar o voto distrital e o adiamento das eleições municipais para 1982 abrindo mão das eleições diretas para governador nos Estados, o governo Figueiredo tenta articular uma maioria política garantida, através da linha auxiliar do PPB.

Os mecanismos de uma democracia reacionária e conservadora como a lei orgânica dos partidos políticos (mesmo reformada) e a quase certa introdução do voto distrital que reduzirá o peso dos centros urbanos tradicionalmente afeitos à oposição serão acionados para dar a «legitimação» que o regime necessita. A máquina administrativa e corruptora de governos estaduais (selo menos até as possíveis eleições diretas de 1982, se é que haverá) reeditará as condições em que se baseou a «hegemonia» fisiológica da ARENA.

## O «Partido Popular» ficou com os banqueiros

A demonstração de força política, e também estomacal, do Partido Popular Brasileiro em um banquete de 150 políticos no Palácio das Laranjeiras, sede do governo do Rio de Janeiro, onde



Figueiredo e Tancredo (em cima); Ulisses e Brizola (abaixo)

Chagas Freitas patrocinou um peito de peru (não confundir com o sanduíche de mortadela dos operários da periferia paulista), reflete o caráter e a composição deste tipo de «oposição».

Para Thales Ramalho egresso do ex-MDB e um dos principais articuladores, a aliança com Chagas Freitas é ótima. Na sua opinião «quem tenta destruir o governo carioca num combate corpo a corpo são as esquerdas autoritárias».

Além de incorporar a máfia do governador carioca, o partido articulado por Tancredo Neves, Thales Ramalho, o ex-governador paulista Paulo Egydio, o ex-prefeito de São Paulo Olavo Setúbal e outros é, na realidade, um partido muito mais de apoio ao governo do que de oposição. Reunindo as dissidências arenistas que por motivos de disputas políticas locais se viram marginalizadas, e a grande parte dos adesistas do MDB que continuarão apoiando o governo agora sem inibições, a oposição não-radical desempenhará um papel chave nas articulações do regime e na abertura empreendida pelo governo Figueiredo. Permitirá ao governo uma coligação nas questões-chaves e assegurará uma maioria parlamentar isolando as outras articulações de oposição. E tentará adquirir certas vantagens por estar na condição de oposição. Com a base de apoio que tem, de caráter burguês e empresarial, e contando com parcela da máquina burocrática herdada da ARENA, o PPB poderá vir a ter o apoio de muitos setores empresariais dissonantes com a política econômica do governo.

Até o presente momento, o PPB conta com 89 parlamentares garantidos. Há grandes chances para os governos estaduais do Espírito Santo e de Mato Grosso com a adesão das correntes dos ex-governadores Garcia Neto e Elcio Alvares. No Maranhão o nome do senador biônico Alexandre Costa já vem sendo cogitado por Tancredo Neves como «capaz de mudar o destino político do Estado». Ver para crer.

Mas é em Minas Gerais que o PPB aparecerá como o casamento definitivo da UDN com o PSD. As estimativas segundo o deputado Renato Azeredo, um dos coordenadores do PPB, é de que o partido, lá será o sucedâneo do MDB, contando com o apoio de 23 dos 28 deputados estaduais da oposição, 13 dos 19 deputados federais, 82 dos 96 prefeitos além de 80% dos vereadores emedebistas.

## PMDB: Liberais X Esquerda

O partido presidido por Ulysses Guimarães, sucessor do MDB, na tentativa de manter a «frente das oposições democráticas», encontra-se diante de sérios problemas para se manter unido e forte. Por um lado o espaço ficou bem mais reduzido e inversamente proporcional ao aumento dos «caciques», pois os cassados retornaram desejando um «lugar ao sol» nas direções partidárias. Por outro, há outras opções para os descontentes caso se sintam prejudicados na distribuição dos cargos partidários e nas decisões políticas que desembocaram no programa do novo partido. Falamos aqui dos moderados e «não-alinhados» como Franco Montoro e Pedro Simon que andaram acenando

em ir para o PTB de Leonel Brizola, ou então os senadores Amaral Peixoto e Nelson Carneiro do MDB-RJ que se dispuseram a ir para o partido do governo.

O PMDB vem sendo palco de uma batalha surda entre os «não-alinhados», isto é, os parlamentares moderados como Franco Montoro, Teotônio Vilela etc, e os «notáveis» sem mandato, como Miguel Arraes e os articuladores da «Tendência Popular», Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso. A «Tendência Popular» já apresentou seu ultimato à Ulisses Guimarães, desejando influir no programa do partido. Querem também participar proporcionalmente ao peso do grupo (quarenta deputados) nos órgãos de direção do partido. O que não é bem visto por Ulisses Guimarães, pois significa um forte predomínio da ala autêntica em detrimento dos moderados do «grupo não alinhado», composto em sua maioria por senadores que têm ambições aos governos estaduais e que detestam a convivência com a esquerda parlamentar.

Além do PMDB está com excesso de candidatos a governador de Estado, acirrando as desavenças entre os diversos grupos que decidiram continuar compondo a «frente das oposições». No Paraná, Alencar Furtado e José Richa disputam a indicação como candidatos a governador, alijando para isso postos na direção partidária com vistas ao grande salto eleitoral de 1982. Também lutam pelas 11 vagas da executiva do PMDB, chefes estaduais emedebistas como Henrique Santillo (Goiás), Roberto Saturnino (Rio), Marcos Freire (Pernambuco), Pedro Simon (RGS), Mauro Benevides (Ceará) e Franco Montoro (SP), para falar só dos candidatos a governador.

O «novo» MDB conta possivelmente com o apoio de 17 a 19 senadores e obtendo até agora 82 assinaturas de apoio por parte de parlamentares.

Mas a «frente oposicionista» no entanto não mudará de caráter. Continuará sendo uma composição entre uma esquerda moderada, politicamente reformista e afeita a mudar o atual estado de coisas pela ação parlamentar, e o bloco de democratas burgueses liberais tradicionalmente avesso às causas populares. O que o governo chama de partido de «esquerda» no novo pluripartidarismo de decreto é na realidade a «esquerda» responsável tão necessária para viabilizar a mão estendida do Figueiredo e os pactos sociais do sr. Delfim Neto. Ao aceitarem um partido organizado em moldes autoritários, de cima para baixo, ao comporem com a democracia burguesa submetendo as reivindicações populares ao interesse dos liberais (para não se romper a «unidade» das oposições (as tendências de esquerda dentro do PMDB — como a «Tendência Popular», e os setores apoiados pelo PCB — acabaram enveredando na via da integração com a política do regime e rompendo com os interesses das massas populares.

## O fiasco do PTB

O PTB já elaborou o seu programa, estatutos e manifesto com as devidas 101 assinaturas exigidas por lei, registrando o partido no TSE logo após a

regulamentação da lei de reforma partidária — acautelando-se portanto das investidas da ex-deputada Ivete Vargas para também reorganizar o PTB. Para Leonel Brizola, «todo o programa é inspirado numa concepção de que a democratização e socialização são linhas que no futuro hão de convergir».

No entanto, o PTB que iria implodir o MDB, que iria transformar-se numa alternativa de esquerda apoiada em bases sindicais e que era visto por muitos analistas políticos como peça chave nos esquemas golberianos do Palácio do Planalto, não passou de um gás que se volatilizou. O grupo reunido em torno de Brizola e que conta com o apoio de Francisco Julião, Benedito Marçílio, Dante Pelacani, Doulet de Andrade, Lisâneas Maciel etc, conta com apenas 17 assinaturas de parlamentares e tudo indica que funcionará como bloco partidário até as eleições de 1982.

Regressão idêntica verifica-se nas propostas trabalhistas. Se no início Brizola e seus colaboradores apresentavam-se como depositários do «socialismo» social-democrata capaz de incorporar as conquistas do trabalhismo brasileiro, agora o projeto des-cambou para o mais grosso oportunismo. A colaboração de classe do socialismo evolucionista cedeu lugar a uma aberta defesa dos interesses de classe da burguesia e a uma acomodação com quaisquer lideranças políticas, venham de onde vier. Tentou-se — mas o resultado foi frustrante — o ex-presidente Jânio Quadros, os atuais articuladores do PPB, Tancredo Neves e Thales Ramalho, e também Franco Montoro e Pedro Simon.

Sem sucesso também as tentativas de incorporação no PTB das lideranças sindicais autênticas de S. Paulo, notadamente o Lula dos metalúrgicos de S. Bernardo e os demais organizadores do PT. Na realidade o projeto de Brizola de ressuscitar o trabalhismo e a social-democracia só pode provocar a hostilidade nos meios operários mais ativos. O pai do trabalhismo, Getúlio Vargas (a grande «devoção» de Brizola) é visto pelos operários como o criador da legislação sindical fascista, e a social-democracia, por sua vez, não goza de melhores simpatias. É considerada nos meios sindicais mais politizados num sentido classista como instrumento dos capitais monopolistas europeus. O que compromete a viabilidade do PTB de reeditar um «populismo de tipo novo».

## E se não funcionam...

O governo se gaba de ter isolado a esquerda no parlamento com a sua reforma. No entanto o quadro arranjado poderá não funcionar. Os novos partidos não são capazes de se transformar em interlocutores das forças sociais em luta e o expurgo da esquerda de qualquer vitória parlamentar significará o fortalecimento da tendência autônoma e extra-parlamentar do movimento de massas. Acrescenta-se a isso os possíveis atritos entre os «partidos da ordem».

O resultado será que, ou a crise política permanecerá e o regime continuará sem solução, ou a ditadura será obrigada a buscar novos interlocutores com alguma raiz (será a vez do PC?) para poder então tentar seu «grande acordo nacional».

# Uma resposta à ditadura e ao reformismo

Entre as pancadas da ditadura e dos patrões de um lado e os cantos de sereia do Partidão de outro, o PT foi se impondo ao longo de 1979. Mas em 80 é que está o teste decisivo.

Por Flávio Andrade



trução do PT não viriam mais somente das pancadas da ditadura e dos patrões.

A "autenticidade" já não basta. Os sindicalistas pró-PT começam a perceber que os tempos onde a questão era a mera autenticidade estavam ficando para trás. E que com o avançar da abertura política e a generalização e aprofundamento dos movimentos reivindicatórios, novas questões viriam a se colocar.

O tradicional papel do PCB logo emerge das sombras. Sua fixação no MDB como alternativa política não desce pela garganta dos autênticos independentes. E seu ritmo, sempre cadenciado pela tolerância do regime e a simpatia dos liberais da oposição, tampouco.

Assim, o PT vai se tornando um elemento de defesa — e de ataque — não somente diante do regime, mas também diante das alternativas políticas que tentam controlar o sindicalismo autêntico.

Mas 79 verá a proposta política não se desenvolver organicamente no mesmo nível em que ela se espriais politicamente.

É um momento muito mais de propaganda do que de construção do mo-

vimento propriamente. Várias reuniões ocorrem. Marchas e contra-marchas se sucedem. Planos são feitos e refeitos quase que a cada dia e por cada um dos integrantes do alto comando do partido, que se constitui um tanto informalmente.

E isto não apenas por inexperiência, como por vezes se alegou, mas por vacilação mesmo, confusão também, de boa parte das lideranças envolvidas. O que, não era de se espantar, dada a meteórica evolução de muitos deles.

Será contudo no final do ano que momentos decisivos virão a se colocar. A pressão do governo, que compreende a necessidade vital de dominar o movimento grevista para o sucesso da abertura. E de dois lados, pelas tentativas de cooptação e pela repressão direta com mortes, prisões, intervenções, etc.

Por outro lado, atendendo a esta abertura do governo, as direções pelegas do PCB logo se apressam em ocupar os primeiros lugares no afã em dar uma demonstração de bom comportamento.

Gesta-se assim, e toma fôlego, a

chamada unidade sindical. E a palavra de ordem é: ou enquadrar ou liquidar os recalcitrantes.

### Os desafios para 1980

Diante deste quadro, o PT é impulsionado, e a articulação entra na reta final de sua consolidação.

Para janeiro de 80, espera-se finalmente o lançamento público e formal da proposta, nos moldes, inclusive, que a lei partidária em vigor determina. Paralelamente, a nucleação desenvolvida ao longo deste período, de modo um tanto informal, e principalmente pelas esquerdas que sintonizaram com a proposta PT, começam a ser compelidas a se enquadrar na nova estrutura formal. O que ocorre parcialmente, e não sem alguns traumas.

Um ano depois do parto, o PT parece ter transposto o rubicão, mas com sérios desafios e problemas pela frente. Em primeiro lugar, como se enquadrar na lei orgânica dos partidos sem se descaracterizar e tornar-se assim mais um mero elemento parlamentar para angariar votos numa faixa nova e virgem do mercado eleitoral? Além disso, como conseguir rapidamente gestar uma linha para sua ação sindical, capaz de se contrapor ao governo e aos colaboracionistas e ao mesmo tempo preservar e lutar pela unidade da classe operária? Neste particular, os dirigentes do PT têm dado mostras de muita fraqueza em seus embates recentes com a bem treinada estrutura do PC, por exemplo. E finalmente, como definir por entre as polémicas internas até agora já surgidas, o seu caminho programático? Ou seja, como armar-se para ser capaz de oferecer à sociedade uma alternativa global e estratégica capaz de disputar o espaço que se abre agora com o pluripartidarismo, ainda que restrito?

Enfim, 80 será um ano decisivo para o PT.



Lula resolve botar prô quebrar

## 1980: O movimento operário vai rachar?

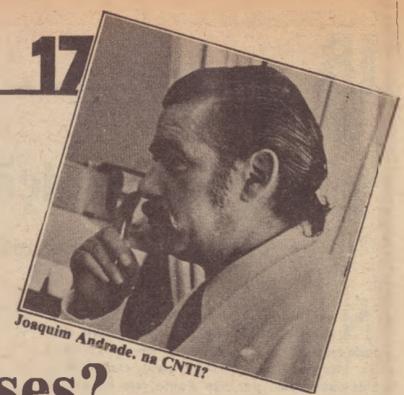
# PT x PC & Cia

## Independência ou colaboração de classes?

Na medida em que se aprofunda a crise da ditadura, o governo aumenta sua pressão sobre o movimento operário com vistas a enquadrá-lo. Delfim lança a proposta do pacto social anti-greve; os pelegos com algum jogo de cintura buscam reciclar sua imagem adequando-a os novos tempos; e, pela esquerda, o PCB e grupos satélites, entram na dança demonstrando grande desenvoltura. No início, tentaram a "unidade sindical" sob o seu comando. Mas diante da resistência das oposições sindicais e do

sindicalismo autêntico, tudo indica que agora resolveram partir para outro expediente: a divisão do movimento operário — a arma clássica que a burguesia sempre utilizou, principalmente na Europa, para minar a força dos trabalhadores.

As recentes reuniões intersindicais, em particular a última delas, em Minas, são um sinal de que o perigo da divisão do movimento estará na ordem do dia em 1980.



Joaquim Andrade, na CNTI?

## Encontro de Belo Horizonte Fracassou o golpe do Partidão, pelegos e carrapatos.

Vencida nas assembleias sindicais, nas fábricas e em todos os momentos que a classe operária tem se mobilizado, a chamada "Unidade Sindical", uma mistura de pelegos, reformistas e neo-reformistas, tenta ganhar força no "tapetão", isto é, no interior da estrutura sindical corporativista. Na reunião dos dias 15 e 16 de dezembro em Belo Horizonte, a US quis, a um só tempo, queimar em bloco as oposições, sindicais e passar uma rasteira nos sindicalistas autênticos, lançando o pelegão Joaquim Andrade à presidência da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

Mas o tiro saiu pela culatra: os sindicalistas autênticos e as oposições sindicais cortaram as asas da patata, retirando-se do Encontro, que significou uma marcha-ré para o movimento sindical brasileiro.

Ganhos quase não se teve. Não conseguimos nem elaborar um programa de lutas, que é o que a categoria mais precisa hoje. O que houve foi um estreitamento das posições, levando inclusive a um certo descontentamento para nós líderes sindicais. Assim ficou um diretor do Sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro ao final do encontro que reuniu representações de mais de quarenta sindicatos de todo o país, além de sessenta ativistas sindicais de vários Estados, realizado nos dias 15 e 16 de dezembro em Belo Horizonte. Também no mesmo tom foi a avaliação dos dirigentes sindicais Olívio Dutra e Didimo Paiva que não viram no encontro "o momento necessário para um aprofundamento sem tergiversações, uma análise dos erros e acertos do movimento sindical em 1979".

Sem tirar nenhuma proposta para o movimento sindical no ano de 1980 — exceto uma proposta de uma "Conclat" — Congresso dos trabalhadores — no período entre 15 de agosto a 15 de setembro, cuja realização não está nada garantida, sem ter feito um avaliação mais positiva dos problemas enfrentados pelo sindicalismo brasileiro, o Encontro foi palco de episódios tão grotescos que motivaram, inclusive, a saída em sinal de protesto de vários líderes sindicais autênticos como Lula, Jacob Bittar, Wagner Benevides, entre outros. Episódios cuja divulgação é necessária para a compreensão das tramas e manobras que andam se passando em algumas cúpulas do sindicalismo brasileiro.

Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro e inclusive, um dos que haviam sido presos). Enquanto isso, nas comissões se definia o bloco de propostas defendida em uníssono pelos dirigentes e ativistas sindicais da corrente "unidade sindical". Estes pretendiam aprovar a criação de uma comissão inter-sindical que teria como funções organização de uma chapa para a CNTI em oposição ao pelego Ari Campista (a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria é eleita por voto indireto dos delegados das 57 federações e ela filiadas, torna praticamente impossível a eleição de um candidato, a menos que seja feito uma ampla composição com dirigentes pelegos). Foram apresentadas também propostas de se criar um jornal com o nome de "Unidade Sindical" e organizar um Congresso Nacional de Trabalhadores para o ano de 1980.

Não havia dúvida de que o candidato da "unidade sindical" à presidência da CNTI seria Joaquim dos Santos Andrade, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo visto pelas oposições sindicais e pelos líderes autênticos como um pelego e traidor da classe trabalhadora, mas com o qual a "unidade Sindical" mantém relações amistosas. Joaquim, presente ao Encontro, havia sido elogiado inclusive por um ex-membro da oposição sindical metalúrgica paulista, Hilário (Bigode) que contrariando as informações existentes sobre a ocorrência de fraudes em sua última reeleição, afirmou na primeira plenária do Encontro que "Joaquim me ganhou com honestidade e dignidade". Entrevistado, Joaquim confirmou o seu apoio à proposta de concor-

rer a CNTI, dizendo que já existia um consenso sobre isso no meio sindical.

### Ato 3: Autênticos de um lado, Unidade Sindical do outro

A plenária final veio justamente mostrar que isso não era verdade. Após a leitura dos relatos das comissões, houve uma discussão pouco detida sobre as reivindicações a serem encaminhadas pelo movimento sindical em 1979 (a proposta de luta unificada por um abono de 20% salarial atacada por Lula foi derrotada e a proposta alternativa apresentada por ele de organizar um Primeiro de Maio unificado tendo como centro a bandeira de salário mínimo nacional sequer foi discutida). A seguir, foi recolocada a proposta da organização de uma chapa para a CNTI, sendo argumentado que estas eleições propiciariam um amplo campo de propaganda e articulação no meio sindical (com os pelegos que ocupam as federações, pergunta-se?) e que a vitória não seria o objetivo (na verdade, com o anunciado afastamento de Ari Campista, o campo ficaria aberto a um candidato como Joaquim dos Santos Andrade que sempre manteve boas relações com os seus irmãos pelegos e com o governo).

### Ato 2: Cresce a Tensão

Lula se posicionou contra essa proposta, argumentando que a vitória sobre os pelegos seria impossível, levando, pelo contrário, ao reforçamento de Ari Campista e da estrutura sindical oficial (o movimento sindical autêntico há muito vem defendendo a tese de eleições diretas para as federações e confederações). A votação que se seguiu foi confusa mas mesmo com todas as lideranças sindicais mais autênticas votando na proposta de Lula a sua proposta foi considerada derrotada por 51 a 49 votos. A mesa não computou o voto de João Paulo, e outro dirigente que se encontrava mais afastado e, numa manobra ao estilo de Joaquim Andrade, também não concedeu a recontagem de votos.

Foi então que Lula se levantou e protestando contra a "política de grupelho dentro do movimento sindical" retirou-se junto com outros sindicalistas autênticos. Rodeado por outros líderes e ativistas sindicais e, depois de alguma discussão, Lula ainda declarou que "a chapa para a CNTI já estava pré-montada" que "esta unidade sindical é apenas teórica e não serve para mim".

Já com o plenário bastante esvaziado e tumultuado, Olívio Dutra interveio criticando a proposta de se tirar um documento contra as oposições sindicais e, a proposta de concorrer à CNTI, "o que levaria inclusive à limitação dos laços com a massa", e concluindo que "os mensios que ontem criticaram o aventureirismo querem propor uma aventura para o movimento sindical".

Foi o bastante para que se renovassem intervenções, repellido os piores momentos de sectarismo e desrespeito do Encontro. Membro da mesa, o metalúrgico "Alemão" pediu a palavra e depois de criticar violentamente a atitude de Lula, Jacob Bittar e Wagner Benevides por terem abandonado o Encontro, afirmou "que não admito ser chamado de aventureiro. Dizem que tem esquema do PCB e do MR-8 aqui. Nós temos que discutir, temos que sair para o país".

Sem clima para continuar as discussões, o Encontro teve um fim melancólico. E se já não bastasse tudo, ao final chegou a notícia de que a direita terrorista, bastante organizada em Minas, acabava de realizar mais um atentado, incendiando o carro oficial do combativo Sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade, estacionado no local do Encontro.

arquipelego Ari Campista (perto dele o Joaquim é Bakunin) irmanou a todos, no segundo começa um processo de afastamento, a partir do momento em que Lula abraça a idéia de formação do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, embora fosse notório o esfriamento, pouco aflora publicamente (o reformismo apostava no pouco fôlego da proposta). A greve do ABC e a intervenção nos sindicatos vai proporcionar uma boa oportunidade para o PCB credenciar-se junto a Lula, impulsionando, justamente com outras forças, o apoio aos grevistas, lançando oficialmente a chamada "Unidade Sindical", nome aliás do jornal que circula na ocasião. Mas esse esforço fica comprometido pelo acodamento dos reformistas que tentam interferir na condução do movimento, assinando documentos em nome do Comando de Greve, etc., o que faz Lula retomar a frente da greve.

Mas esse meio caminho corre, tendencialmente, em direção às concepções revolucionárias, classistas, e tem a distingui-lo, uma forte negação à colaboração de classes típica do sindicalismo pelego ou reformista, um surpreendente vigor na defesa dos interesses mais imediatos da classe que representam. Ainda que durante muito tempo — e essa é uma das contradições, explicável por sua própria origem a partir do sindicato oficial — relutassem, a princípio, em assumir como seu, pontos importantes de um programa consequente no movimento sindical, como o é a ruptura integral com a estrutura atrelada, a organização pela base através das comissões de fábrica, etc.

Luis Inácio da Silva, o Lula de São Bernardo do Campo é, sem dúvida o grande nome nacional dessa corrente. Senão o melhor preparado entre os autênticos — o próprio Lula faz questão de apresentar Olívio Dutra como a "melhor cabeça" do movimento sindical brasileiro — é aquele que reúne a um só tempo uma grande habilidade política e uma enorme penetração de massa, que transcende aos metalúrgicos de São Bernardo.

Evidentemente, que a oposição de dirigentes como Lula, Dutra, Jacob Bittar João Paulo de Vasconcelos, Paulo Skromov e alguns outros despertou imediatamente o interesse de muitos setores, interessados em conquistar a hegemonia no movimento operário. Inicialmente, foi o governo, que precisava, nos seus planos de abertura, contar com uma nova liderança capaz de substituir os desgastados pelegos do tipo Joaquim Andrade, Argeu dos Santos ou Ari Campista, que assumisse algumas reivindicações econômicas dos trabalhadores, mas que não avançassem os limites do permitido, possibilitando um enquadramento do movimento operário. Desnecessário dizer que essa tentativa de cooptação fracassou redondamente.

Vencida a época em que Lula, por exemplo, era chamado de agente da CIA (embora vez por outra, não faltem os maldosos de sempre), foi a vez do Partidão tentar ganhá-lo para suas posições. Iniciou-se um namoro com o pernambucano de São Bernardo, cercando-o de mil e uma atenções, como ocorreu no período que vai do Congresso da CNTI em 1978 até o Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, em Lins. Se no primeiro, a unidade em torno da luta contra o

## A história de um "namoro"

O Partidão tentou ganhar Lula no começo e com ele o grupo de sindicalistas autênticos. Da frente unica formada no congresso da CNTI, em 1978, ao Encontro de Belo Horizonte, passou-se menos de um ano. Nesse meio tempo, Lula e os autênticos foram assumindo posições mais avançadas, entre elas a construção do PT, o que acabou distanciando-os da UPP (Unidade Partidão-Pelegos).

O aparecimento de um núcleo de sindicalistas combativos, desligados de todas as correntes tradicionais do movimento operário — sejam elas o sindicalismo pelego, a reformista, as vinculadas às organizações de base da Igreja e às oposições sindicais — foi sem dúvida, um dos fenômenos mais importantes dos últimos anos da década que termina. Criados no interior da estrutura sindical corporativista, dela procurariam liberar-se, tentando muitas vezes, zig-zagueando em suas definições políticas, a meio caminho entre os sindicalistas mais ligados ao Ministério do Trabalho e aqueles que assumem as posições mais à esquerda, ou seja, os integrantes das oposições sindicais.

Mas é após o 1.º de Maio (veja entrevista com Paulo Skromov, na página 6) que as relações começam a se deteriorar e com elas, a própria "unidade sindical". É a partir desse momento que os sindicalistas autênticos assumem mais decididamente a construção do PT, colocado em "banho maria" durante a greve do ABC. E os ataques, abertos ou velados, a má vontade com relação aos autênticos, se mostra mais claramente. "O PT divide", "O PT compromete a Unidade Sindical" são afirmações frequentes dos sindicalistas mais próximos ao reformismo que perdem suas esperanças do Encontro de Niterói, onde ocorre uma nitida divisão entre os sindicalistas pró PT e os que à altura preferiam a unidade em torno do MDB. E nesse contexto que surge um realinhamento de forças, o reformismo passa a apostar tudo na aliança com os pelegos para isolar a corrente autêntica. Lula à fente — e, conseqüentemente, o PT. Joaquim Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo surge como a alternativa da aliança PC-pelegos, e "Lula Tamarão família", como foi chamado em entrevista no Pasquim.

Tentam eleger o Joaquim como líder de uma certa pré-Cut, em reunião realizada no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo que, frustrada por Lula, acaba se transformando em discussão acerca de "campanha contra a política salarial do governo (boicotada de todas as formas pela aliança reforma-pelegos). Mas a vida não e uma linha reta, já dizia o Conselheiro Acácio. Quantos corações não terão batido mais fortemente ansiosos por retomar o idílio interrompido ao verem o Lula — e de quebra Olívio Dutra — criticar certos aspectos da greve dos metalúrgicos da capital, ou cair na armadilha do diálogo com Delfim Neto?

Mas, foi curto o sonho. A disputa que já se estabelecera no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, quando o autêntico João Paulo de Vasconcelos foi derrotado pelo pelego Jorge Neman (com a ajuda do PCB e claro) para a secretaria metalúrgica da CNTI voltou, agora, em Belo Horizonte (Minas, sempre Minas). Definitivamente, o romance, não durou dois congressos da CNTI.

## Rio Grande do Sul

## Uma crise de crescimento?

Da Sucursal

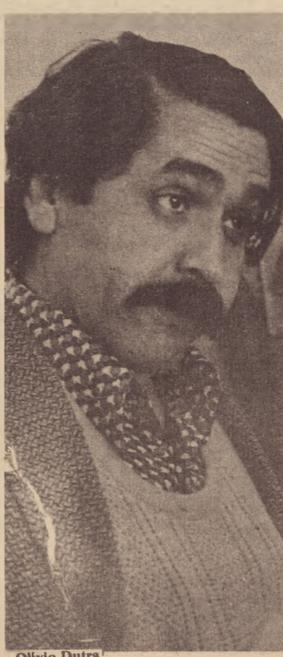
Provisória, quase a transformando em um encontro plenário pois a palavra foi aberta a todos os presentes.

A maioria dos membros da Coordenação Regional discordavam da avaliação de Olívio Dutra, que abriu os trabalhos sintetizando os pontos principais de seu balanço anterior.

O tom acalorado e franco da discussão mostrou que a identificação em torno do ante-projeto de programa é insuficiente para a construção do Movimento. Os métodos de trabalho, a democracia interna, a existência de canais orgânicos para que o debate flua até as bases são algumas das questões que assumem igual importância que as definições programáticas na construção do Movimento pró-PT.

O Movimento pró-PT vive hoje uma típica crise de crescimento. A explosão de um grande número de núcleos e coordenações regionais assume uma dinâmica que a Executiva Nacional e os canais existentes até agora não conseguem articular de forma eficaz e democrática.

Sem encerrar a discussão, que certamente se prolongará no próximo período e precisará chegar às bases de modo mais formalizado através de boletins e textos escritos, a maioria



Olívio Dutra

dos membros da Coordenação Regional aprovou uma proposta no sentido de requerer um posicionamento formal da Executiva Nacional sobre a representatividade da atual Coordenação Provisória e da Plenária que a elegeu. Além disso, indagar quais os critérios utilizados pela Comissão Executiva Nacional para retirar ou acrescentar definições constantes no ante-projeto de Programa, como teria ocorrido com a identificação "um partido sem patrões", antes mesmo de um Encontro Nacional convocado com a finalidade de elaborar uma redação mais precisa e definitiva do projeto de programa.

A precariedade das condições materiais que o Movimento pró-PT vive nacionalmente, torna necessário que o contato entre os vários núcleos e Coordenações busque formas mais ágeis de troca de experiências e avaliações. Nesse sentido, a Coordenação Regional Provisória utiliza a imprensa independente para fornecer um meio de comunicação com os demais núcleos no país, informando que sua Caixa Postal em Porto Alegre é nº 2231 e sugere que as demais Coordenações e Regionais informem, também maneiras rápidas de troca de experiências, para que o debate flua nacionalmente.

## Apolônio de Carvalho

## Da insurreição de 35 ao Partido dos Trabalhadores

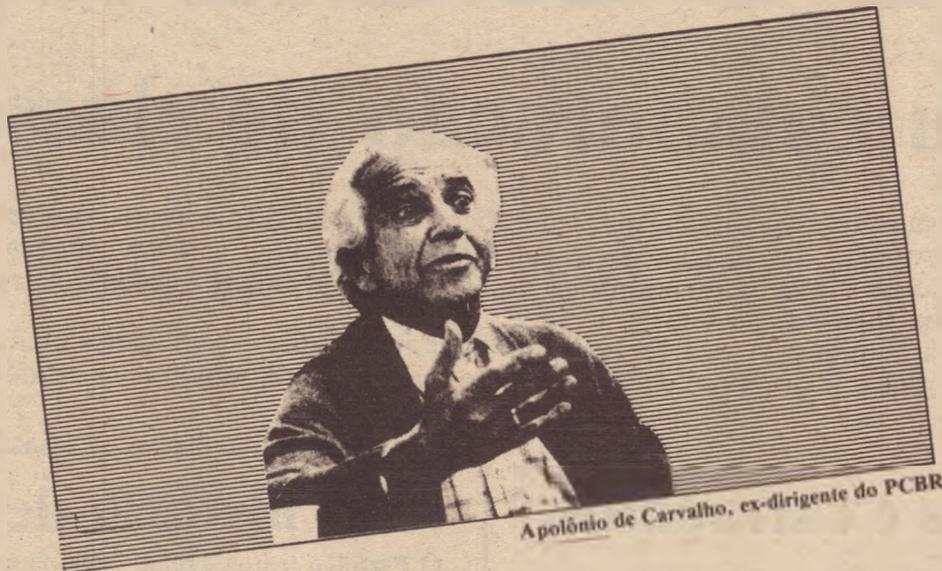
O decano da esquerda revolucionária brasileira fala da conjuntura atual, do PT e da própria esquerda

Por Marco Aurélio Garcia

Nos Subterrâneos da Liberdade, de Jorge Amado, a militante comunista Maria não pode esconder seu fascínio pelo tenente Apolinário, insurrecto de 1935, que passa clandestino, dois anos após, por São Paulo, em direção à Espanha, para se incorporar à forças do Exército Republicano que enfrentava as tropas franquistas.

Quarenta e dois anos após, Apolônio Carvalho, que inspirou Amado em sua criação literária volta ao Brasil e a São Paulo e provoca sobre seus interlocutores um fascínio talvez ainda maior do que aquele que nos transmitiu o escritor bahiano. Oficial de artilharia na Espanha, coronel da Resistência francesa, trinta anos militante do PCB, de cujo Comitê Central demitiu-se em 1967 para participar com Mário Alves, e outros na fundação do PCBR, Apolônio não quer ser no entanto um «ex-combatente». Portador de uma tradição de lutador revolucionário, ele não se deixou esclerosar pelos dogmas de um marxismo pervertido, assumindo lúcida e corajosamente uma postura crítica e auto-crítica característica dos que têm um profundo compromisso com a verdade. Hoje um militante independente — ele prefere não falar de sua saída recente do PCBR — Apolônio foi há poucos dias acusado por Luiz Carlos Prestes de «desencaminhar a juventude». O ex-tenente sorri das palavras do ex-capitão. Não tendo sido no passado um cavaleiro da esperança, hoje Apolônio não é um cavaleiro da triste figura. Com humanidade, mas com paixão, ele nos falou do passado, mas sobretudo do presente e do futuro.

A década que acaba é precedida pela tentativa esporádica, dos anos 67/68 de reorganização do movimento popular. Esta reorganização não se deu e não ofereceu bases para uma ofensiva. Abriu-se, então, um período de defensiva desorganizada, que



Apolônio de Carvalho, ex-dirigente do PCBR

vai perdurar até 76-77, quando começam a preparar-se as condições para uma nova emergência, em 1978, do movimento operário. Esta experiência tem como consequência a necessidade de avançar das lutas reivindicativas para a luta política, colocando na ordem do dia a questão da organização de um partido político da classe operária brasileira.

Mas, o movimento operário, tendo suas próprias características, está ligado ao contexto em que se desenvolvem a presença e ação da ditadura militar. Tudo começa com o desmoronamento do «milagre», nos primeiros anos da década e a revelação em forma crescentemente aberta das contradições no interior do bloco dominante. Este é o quadro da crise política de 73/74 que impõe a mudança da equipe no poder. Esta crise era então parcial e hoje ela se aprofunda tendo em vista as dificuldades que

a forma de dominação representada pela ditadura militar enfrenta.

«a burguesia liberal parece  
haver compreendido que  
este regime não  
lhe serve mais» »

Há dois elementos a destacar nesta conjuntura: a alta hierarquia das forças armadas sente que a partilha de poderes se impõe, mas procura resguardar esta transferência, mantendo tanto quanto possível o controle das decisões em suas mãos. O outro elemento é a emergência de um setor liberal da burguesia. Mas existe um outro dado determinante na conjuntura: a emergência do movimento operário e popular, que assume novas formas de luta e influencia a própria crise do regime militar.

A convergência hoje entre militares e burguesia liberal significa que as reformas políticas objetivamente impostas se farão num quadro de contenção do movimento popular.

Esta convergência explica o caráter profundamente unilateral e discriminatório das reformas políticas, que marginalizam a imensa maioria da nação. O que hoje caracteriza a crise política brasileira é que não é possível assegurar agora como em fins dos anos 60 e começos de 70, uma tal convergência sobre o papel concentrador de poderes da hierarquia militar.

A burguesia liberal parece haver compreendido que este regime não lhe serve mais porque não consegue assegurar a unidade nem de sua base de sustentação — as forças armadas —, nem de coesionar as frações da burguesia ou mesmo de conter o movimento popular. É isto que torna necessário um regime de transição, de fachada democrático-representativa, mas que guarde no fundo suas características autoritárias, elementos do regime de exceção.

Quando se fala de crise da esquerda devemos ter em conta um contexto mais amplo, abrangendo não somente o PCB mas todas aquelas forças que a partir de um momento dado tentaram ser alternativa a ele. É um problema de crise de vanguarda do movimento operário, que para mim tem seu ponto de partida em 45/46 no Brasil, quando se fez presente com força crescente uma perspectiva reformista. De 45 a 64 há um longo período de crises no qual o PCB abandona os interesses fundamentais da classe operária e opta por uma aliança prioritária com a chamada burguesia nacional. O ponto alto desta política são os anos 57/58, casando-se com uma orientação revisionista no plano internacional, após o XX Congresso do PCUS.

“o PT deve oferecer uma  
alternativa de massas”

Assim, chegamos a 1964 com uma classe operária sem condições de fazer frente ao golpe militar. Aí é que se manifesta a crise do revisionismo caboclo...

A política do PCB depois de 64 não sofreu modificações de fundo e isto se expressa hoje quando ele limita o campo de oposição à ditadura militar à faixa ontem representada pelo MDB e agora por seu sucedâneo. É uma política que se subordina à tutela da burguesia liberal.

O inconformismo de nosso povo diante da ditadura

ra e a experiência das novas lutas levou a conclusões sobre a impotência da política de colaboração de classes e sobre as limitações nos núcleos de vanguarda que existiram no passado e dos que se mantêm. Limitações em seus instrumentos de análise, na compreensão das novas forças que emergem para a política (as mulheres e os jovens, por exemplo), na falta de crítica a teses e modelos de organização copiados. Isto ocorre não somente com organizações marcadas pela colaboração de classes como é o caso do PCB.

Esta crise dos projetos da esquerda (tradicional e revolucionária) é fundamental para explicar o novo fenômeno a que estamos assistindo: o movimento operário levando à frente um projeto de constituição de um partido próprio, consciente da necessidade de sua participação em bases próprias, independentes.

O Partido dos Trabalhadores é um avanço extraordinário dos setores de vanguarda da classe operária, tendo uma grande receptividade nos trabalhadores em geral. O regime autoritário exige uma resposta das forças populares que ainda se encontram dispersas e o PT pode dá-la.

O PT deve oferecer uma alternativa de massas. Apoiado num programa mínimo, dar resposta às exigências mais diretas e imediatas de nosso povo e de um programa máximo, em permanente discussão, fazer do partido um instrumento de vanguarda dos trabalhadores, apoiado em formas de organização correspondentemente à nossa época.

Mesmos os que quisemos ser alternativa ao reformismo, erramos ao tentar constituir uma vanguarda política da classe operária à margem da classe operária, ao mesmo tempo em que não levamos em conta a correlação de forças no país, a situação de defensiva e de desorganização em que nos encontrávamos. Não subemos assimilar as experiências nacionais e internacionais da luta de classes, não dominávamos todas estas formas da luta de classes e desconhecíamos mesmo as reivindicações capazes de unir todos os oprimidos.

A auto-crítica destes erros se fez difícil pela dispersão e pelas duras condições de repressão de inícios da década. Muitas organizações desapareceram da cena política; outras, aproveitando o lento crescimento do movimento popular em meados dos anos 70 conseguiram romper um pouco seu isolamento. Mas isto não significa que tenhamos feito uma auto-crítica do processo de formação dos núcleos de vanguarda no Brasil. Este é um desafio, sobretudo para a «velha guarda». A assimilação sem espírito crítico de modelos vindos do exterior, sem ter em conta a realidade nacional, a repetição de situações calcadas nestes modelos, tudo isto impõe uma reflexão muito séria sobre o que deve ser a vanguarda política da classe operária. Como ela deve criar-se no bojo da luta de classes, como seu desdobramento.

«... impõe-se a busca de  
novos caminhos...»

O momento está marcado por uma crise não só do regime mas das esquerdas. Esta última crise aparece como crise de modelo adotado para criar um partido de vanguarda do proletariado. É a partir daí que se impõe a busca de novos caminhos.

Durante um período, que não será curto, a convergência destas correntes que compõem o leque da esquerda poderão criar as bases para a formação futura de uma vanguarda, que coexistirá com outros partidos operários que enriquecerão as expressões do movimento social.

A crise da vanguarda brasileira não é um fenômeno isolado. Ela reflete uma crise do movimento operário e comunista no plano internacional. Uma crise de confiança no socialismo em certos setores do povo. Mas temos que encarar-la com otimismo e espírito construtivo. A crise tem que ser vista em seu sentido grego, como caminho de sua superação. Eu penso que estão criados os elementos desta superação. A experiência política dos trabalhadores permitirá vencer o ceticismo frente aos modelos socialistas que se desenvolvem na URSS, China ou na América Latina.

Meus projetos para a década? Somar-me à luta do povo que se desdobra. Participar do esforço dos trabalhadores ou constituir-se em força política organizada, enfim, somar-me ao combate de todos aqueles que lutam pela anistia ampla, geral e irrestrita, luta que forçou a ditadura a um recuo, permitindo a volta de muitos e a libertação de quase todos os presos».

## Convergência Socialista

## Dois anos depois, uma cisão

A carta abaixo, transcrita aqui na íntegra, nos foi enviada, para publicação, por ex-militantes da Convergência Socialista que, recentemente cindiram com o movimento.

## AOS SETORES POPULARES E DEMOCRÁTICOS AOS TRABALHADORES

Em 19 de janeiro do ano passado, em uma reunião realizada com a presença de umas duas centenas de companheiros, em São Paulo, resolvemos lançar um movimento político visando aglutinar de forma aberta, grupos e personalidades que em nosso país tivessem interesse na constituição de um partido amplo, democrático e socialista. Com este movimento pretendíamos impulsionar a independência dos trabalhadores e a luta pela democracia e pelo socialismo. Com estes objetivos surgia a Convergência Socialista.

Hoje já são passados 21 meses desde aquele momento. A realidade política do país se modificou, abrindo novos espaços, novas possibilidades aos setores democráticos e socialistas. O movimento que então lançamos também sofreu muitas modificações. Percorreu todo um caminho de atividades intensas. Em alguns momentos bem duros. A sua proposta inicial, seja pela política que demos, seja por não haver ainda condições para que ela se viabilizasse, ou seja pela combinação das duas, levou a que a Convergência Socialista se transformasse em mais uma das correntes socialistas isoladas.

Vemos que a C.S. hoje não está sabendo se relacionar com o movimento de massas, não está sabendo dar uma política para combinar as lutas econômicas com as democráticas que são levadas adiante pelos trabalhadores e setores democráticos. Assim sendo, não impulsiona, de forma correta, a proposta partidária, que neste momento mais serviria à causa dos trabalhadores e setores oprimidos, ou seja, o Partido dos Trabalhadores. Nessa situação, ao nosso ver, a C.S., se enquanto projeto inicial não se viabilizou, enquanto tendência socialista se equivoca.

Por tudo isso, e porque a realidade do país exige posicionamentos mais efetivos, avaliamos que seria um grave erro de nossa parte continuar a lutar pelas posições que achamos justas dentro da C.S. Poderíamos levar esta luta a um impasse grave em que nem nós poderíamos aplicar de forma efetiva as nossas idéias, nem os companheiros que conti-

nham na C.S. poderiam aplicar as suas, e isto seria um grave erro. Cremos que o mais correto é o que resolvemos: romper com a Convergência Socialista, movimento do qual fomos fundadores e membros de sua direção máxima, e o fazemos agora de forma pública.

Para que não exista nenhum tipo de problema entre nós que rompemos e os companheiros que lá ficaram resolvemos pedir demissão da Associação C.S. da qual, nós, Júlio Tavares e Fernando Peregrino éramos respectivamente, presidente e secretário geral. Resolvemos também passar todas as nossas cotas da Editora Convergência para companheiros que continuam no projeto da C.S. Continuaremos a manter relações fraternais com os companheiros ora na C.S. Cremos que neste movimento estão agrupados alguns dos melhores e mais dedicados combatentes dos trabalhadores e do povo brasileiro.

O nosso rompimento, que se dá junto com muitos outros companheiros, é em busca de uma nova política a ser desenvolvida hoje em nosso país, visando a conquista da independência política e sindical dos trabalhadores, mas temos claro que ela só será conseguida se partir dos níveis de consciência, mobilização e organização alcançados neste momento pelos trabalhadores, pelo movimento de massas e, por suas vanguardas. Neste momento os trabalhadores e os setores populares lutam por aumentar o espaço democrático já conquistado e para ampliá-lo, lutam por aumentar os salários e melhorar as condições de vida. Lutaremos com eles ombro a ombro por isso. Cremos que esta luta passará pelo fim do governo militar e a realização de uma Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana. Neste processo nos somaremos aos que hoje desenvolvem alternativa partidária que achamos mais necessária para a independência dos trabalhadores neste momento dado: a alternativa do Partido dos Trabalhadores sem Padrões.

São Paulo, 25 de Novembro de 1979.»

Assinam, Julio Tavares e Fernando Peregrino

# Muitas questões para uma nova década

O último dia do ano não é o último dia do tempo", diz o poeta. Para as mulheres especialmente o fim dos anos 70 é apenas um começo. Na história, quando uma sociedade se encontra amordaçada e algemada, aqueles que parecem os menos perigosos, os inofensivos, os submissos, começam a se mover lentamente entre as sombras tecendo um trabalho paciente de formiga, as frágeis malhas de revolta e da resistência.

Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.

De repente as mulheres surgiram. No movimento pela Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contraceção e do aborto.

Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbothan, "passa pela criação de uma sociedade na qual se cesse de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social".

## Sexualidade e aborto não são mais tabus.

Se as creches, a dupla jornada de trabalho ou o salário igual para trabalho igual têm sido até agora os temas que mais mobilizam as mulheres, outras preocupações começam a surgir. Não por acaso, nos debates sobre a questão da mulher o tema da sexualidade e da contraceção provocam grande interesse. Claramente respondem às preocupações das mulheres mas são ainda tabus porque nessa cultura da qual somos herdeiras há lugar para a mulher objeto sexual, mas não para aquela que conhece e controla seu próprio corpo.

### Direito ao prazer

É certo que o direito ao prazer parece secundário numa sociedade que não assegure à grande maioria da população nenhum dos direitos mais primários, o direito ao trabalho, à saúde, à educação, a condições de vida humanas. No entanto, nos centros médicos da periferia de São Paulo ou no Pronto Socorro do Hospital das Clínicas, segundo a psicóloga Valdeez Bittencourt, mulheres muito pobres, de baixíssimo nível cultural, procuram o ambulatório de ginecologia para queixar-se de «apresentarem dor nas relações sexuais, desinteresse sexual e falta de prazer». E isto, é inegável, é porque o prazer sexual é importante e a mulher pobre está reivindicando sua humanidade num mundo que a embrutece.

A ignorância e a desinformação sobre a sexualidade têm efeitos ainda mais dramáticos quando atinge a contraceção e o aborto.

Por um lado, o governo, invocando o argumento

da prevenção à gravidez de alto risco, trata de introduzir o controle da natalidade induzindo as mulheres a utilizarem anti-concepcionais sem no entanto proporcionar-lhes assistência médica necessária. A grande maioria das mulheres não está informada sobre os métodos anti-concepcionais, não os utiliza ou os utiliza de forma errada. Segundo uma médica do Hospital das Clínicas de S. Paulo a desinformação aumenta nas camadas de baixo índice de escolaridade mas existe também entre mulheres universitárias.

A consequência última da ignorância da maioria das mulheres sobre seu próprio corpo e sobre os métodos anticoncepcionais é o recurso ao aborto.

### O «crime» aborto

O tema, mesmo sendo tabu, começa a aparecer timidamente nos congressos de mulheres, nas discussões. Certamente a emissão de «Malu Mulher», o seriado da TV Globo, ajudou um pouco a trazê-lo à tona. Mas é ainda um assunto delicado: causa problemas de consciência, «prejudica alianças políticas», etc.

A realidade é que, além de ignorarem o uso dos anticoncepcionais e por conseguinte de não terem condições de decidir quando e quantos filhos querem e podem ter, as mulheres arcam quase integralmente com a criação, educação e muitas vezes com a subsistência dos filhos que põem no mundo e são julgadas criminosas quando recusam uma gravidez involuntária.

Julgadas criminosas por quem? Pela sociedade e

pelo Estado. O mesmo Estado e a mesma sociedade que são, estes sim, responsáveis pela inexistência de creches (na cidade de São Paulo há apenas 3 creches construídas e mantidas integralmente pela Prefeitura), pelo déficit de escolas, pela assistência médica precária quando não inexistente para as mulheres pobres e as trabalhadoras.

As operárias só são submetidas a exames ginecológicos antes de sua admissão porque as empresas não querem contratar mulheres grávidas que, por lei, têm direito à estabilidade nos primeiros meses depois do parto. A gravidez impede o acesso ao trabalho. Isto não é crime. Crime é interromper uma gravidez acidental quando não se tem condições, muitas vezes físicas, de se levá-la adiante.

As mulheres não resta outra alternativa senão abortarem com talos de mamona, sondas caseiras ou, na melhor das hipóteses, recorrer ao aborto clandestino. Segundo depoimentos médicos as infecções decorrentes de abortos provocados são a quarta causa de mortes por infecção no Hospital das Clínicas de São Paulo. E, mais ainda, o atendimento dado a estas mulheres que arriscam desesperadamente sua própria vida é desumano: curetagem a frio «para castigar as pecadoras».

Aparentemente este não é um problema geral. Atinge apenas as mulheres e por isto desaparece face às grandes questões sociais.

A sociedade e o Estado estão aí para apontar os criminosos, não para assumirem a dura tarefa de criar e educar as crianças.

Nisto as mulheres estão sózinhas.

## A mulher vista pelos (as) políticos (as)

Por Olga Modesto, Rosa Moisés e Elizabeth Souza Lobo

Inegavelmente a década de 70 foi marcada pelo ascenso dos movimentos populares e entre eles o movimento das mulheres.

As mulheres lutam por creches, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico, por salário igual a trabalho igual, contra a discriminação profissional, contra a violência e a opressão sexual de que são vítimas.

Estas lutas são levadas pelos grupos de mulheres, nos partidos e nos sindicatos — onde há até bem pouco estavam esquecidas. O feminismo está pois na ordem do dia.

Qual é sua opinião sobre ele e sobre a necessidade das mulheres se organizarem de forma autônoma?

### Almino Affonso

**Machismo: um atentado contra a cidadania**

Considero o movimento feminista, que se vem desenvolvendo nos últimos anos, um dos fatos mais significativos no processo de democratização da sociedade brasileira.

A discriminação contra a mulher, expressa tanto em normas jurídicas quanto nas relações sociais, atenta contra a natureza igualitária da cidadania.

Não é possível construir um grande país se metade de sua população, constituída de mulheres, é relegada a um segundo plano. Com frequência, ou seja, dizer que a questão feminina é um falso problema, tendo em vista que ela já está inserida na temática da exploração social.

Mas é preciso também ter consciência de que os padrões culturais ainda vigentes legitimam discriminações contra a mulher, nos mais diversos planos: na sua liberdade sexual, no seu direito de acesso ao emprego, na igualdade salarial, na posição secundária como dona de casa, e até no elemento direito de ir e vir.

Há, portanto, uma especificidade a ser tomada em conta na luta feminina, que se confunde, a meu modo de ver, com a resistência à dominação machista que existe, é bom lembrar, em todos os setores sociais, inclusive na classe operária e no campesinato.

### Mancuete Conceição

**O homem é a "envenenado"**

Se a mulher não continuar desenvolvendo suas próprias formas de organização, os seus interesses vão ficar mesmo esquecidos.

E a sua organização que garante que esses interesses vão ser levados na luta geral de todos os trabalhadores. Porque a mulher sofre, de um

lado, uma exploração pelos patrões, quando não recebe pagamento pelo trabalho doméstico que faz; se não fosse esse trabalho, como poderiam os trabalhadores comer, ter roupas limpas, criar os filhos, enfim, ter condições para trabalhar?

De outro lado, ela sofre uma opressão do seu próprio companheiro, que está "envenenado" pela ideologia burguesa e age dentro de casa como um explorador do trabalho da mulher.

Não considero o fato das mulheres se organizarem, como uma ação divisionista. Seria assim se elas se isolassem dos homens para lutar pela suas próprias reivindicações. Mas se elas se organizam para também fazer valer os seus interesses na luta de todos os trabalhadores, isso não é divisionismo.

Divisionismo é o de quem é contrário a essa organização.

### José Ibrahim

**Na direção do PT não há mulher**

Estou perfeitamente de acordo com a visão de que as mulheres devem se organizar enquanto mulheres para travar as suas lutas que têm aspectos gerais que estão ligados com outros setores também mas que têm aspectos específicos. Na minha opinião, pelo menos atualmente são as mulheres que devem, que tem a sensibilidade, que vivem estes problemas e podem ter imensa compreensão exata para melhor ter condições de atacar estes problemas.

Ao nível de um partido político digamos, o que eu não tenho claro é o seguinte: se mesmo dentro de um partido político elas devem se organizar enquanto mulheres.

Na direção do PT atualmente não há nenhuma mulher. Sinto que dentro do PT há uma abertura muito grande para a problemática da mulher: está se colocando a questão da mulher trabalhadora, da mulher que é muito mais explorada do que os homens porque existe a distinção de salários, as discriminações.

Se o programa do PT vai dar ênfase ou não à questão da mulher, isto é uma questão que não depende apenas de discussões, mas que depende fundamentalmente da luta ideológica que as mulheres façam lá dentro.

### Irma Pazzoni

**A luta é também do homem**

Para a deputada Irma Pazzoni, os movimentos populares que se desenvolveram em São Paulo na década de 70 — reivindicações por melhores condições de vida nos bairros, luta por creches, Movimento Contra a Carestia — em sua prática de enfrentamento dos diferentes níveis do poder constituído, tornaram evidentes "qual é a poli-

tica deles e qual deve ser a nossa política. A nossa resposta: a reação organizada de cidadãos e trabalhadores diante da crescente deterioração das condições de vida e da castração do direito de participação política".

A participação das mulheres nestes movimentos tem sido muito importante. Para Irma ela é mesmo fundamental. "É a condição para uma mudança social efetiva, consistente e duradoura".

Com relação aos problemas que dizem respei-

to diretamente às mulheres, Irma acredita que "a solução dos verdadeiros problemas das mulheres exige também a participação dos homens. Não se pode isolar a luta, a creche, por exemplo, é um problema dos homens e das mulheres, assim como os salários, a melhoria das condições de vida. A divisão das tarefas domésticas com os homens depende de todo um processo educativo. Não se deve institucionalizar a responsabilidade tradicional das mulheres", o que se corre o risco de fazer quando se levantam bandeiras de lutas específicas das mulheres, diz Irma.

## Os sindicatos aceitam a mulher?

Desde o I Congresso da Mulher Metalúrgicos de S. Bernardo, em 1978, onde se abordou pela primeira vez a necessidade da mulher ter formas próprias de organização dentro do sindicato, todos os congressos ou encontros de mulheres trabalhadoras discutiram essa questão.

Duas trabalhadoras químicas, que estão participando ativamente desse trabalho, fazem um "balanço".

"Ainda não somos muitas e a lentidão com que caminhamos tem várias razões. De um lado, as dificuldades que a estrutura do sindicato coloca às nossas iniciativas: as nossas propostas devem passar pelo consentimento da diretoria.

"Nisso, evidentemente, não nos diferenciamos de outras comissões ou grupos, que são colocados numa posição de dependência em relação à diretoria.

"Mas, a gente vai percebendo que é mais dependente entre os dependentes. Não passa uma de nossas reuniões em que alguém não venha insistir com a gente para "acabar logo com o papo" e se reunir ao resto do pessoal. Outro dia, vieram nos chamar, dizendo que os rapazes queriam que a gente descesse para o baile, porque tinha poucas mulheres.

"Aparentemente, não nos impedem de nada, mas as cartas que temos mandado para as companheiras que participaram do Congresso e não têm vindo às nossas reuniões, são seladas com o dinheiro do nosso bolso.

"Nos deram uma sala, mas está sempre fechada e ninguém nunca sabe com quem está a chave.

"De outro lado, o nosso trabalho é dificultado por outros motivos: muitas de nós têm que convencer maridos ou pais da importância que essas discussões têm para nós".

## Politizar o cotidiano!

Para nós feministas da Associação das Mulheres, o movimento de mulheres como um todo expressa a necessidade hoje inevitável de uma organização autônoma das mulheres em torno de seus problemas específicos. Não há como enfrentar questões como a discriminação, a opressão sexual e a violência de que são vítimas as mulheres no seio da família, nos ambientes de trabalho, nas ruas, nos sindicatos, nos partidos, senão reunindo mulheres em núcleos onde estes problemas sejam conhecidos, debatidos e enfrentados. As questões mais gerais que estão se colocando hoje: reorganização partidária e conquista da democracia ampla e sem adjetivos, colocam também o problema de que a cada uma de nós cabe um espaço de mobilização na construção de uma nova sociedade.

Acreditamos que as mulheres porque sofrem uma discriminação que as isola no âmbito privado do lar e as faz reproduzidas da ideologia através da educação dos filhos, porque estão imersas no cotidiano não político, são portadoras de uma nova concepção de fazer política que

se propôs a politizar o cotidiano, romper com as formas moleculares de poder, com o autoritarismo que impregna a nossa sociedade, que persegue prostitutas e impede a livre organização dos partidos e movimentos.

Hoje um número cada vez maior de mulheres sai às ruas para trabalhar e garantir suas condições de sobrevivência. Mas isso não é uma condição suficiente para que a opressão desapareça. O Movimento de Mulheres questiona não só as formas mais evidentes da opressão, o direito de livre organização e expressão, como também as relações interpessoais entre homens e mulheres, na família, nos sindicatos, nos partidos. Nós que somos feministas acreditamos que a opressão sexual nos atinge de forma mais direta mas que também os homens são vítimas dessa opressão. Por isso nossa luta não é divisionista, reivindicamos o direito de sermos cidadãs integrais: que nossos problemas sejam assumidos pelo conjunto da sociedade assim como fazemos nossas as lutas de todos os setores oprimidos.

(Olga, Rosa e Beth)

# Anos 70: uma década de

Por Vilma Amaro

O que salta imediatamente à vista numa retrospectiva da década de 70 é o desenvolvimento de uma situação favorável para as lutas dos trabalhadores de todo o mundo a partir dos significativos revezes sofridos pelo imperialismo, mergulhado numa crise econômica e política de graves proporções. Sua derrota na Indochina e na África (Angola, Moçambique, Guiné Bissau) acompanhada de uma desmoralização das instituições americanas (Watergate) e de um forte sentimento anti-guerra no interior dos EUA conduziu ao estreitamento relativo de sua margem de manobra que seria posteriormente decisivo para as vitórias iranianas e nicaraguense. (Ambas situadas em áreas estratégicas fundamentais)

Na América Latina, a década se inicia com duras derrotas — das quais o Chile de Pinochet será sempre o símbolo maior. No entanto, se cavarmos um pouco mais fundo veremos que a característica principal de todos os regimes ditatoriais nessa parte do globo foi a permanência sendo sua profunda instabilidade. As classes dominantes já não tem mais nenhuma esperanças de reeditar «milagres» no continente e se ocupam hoje, fundamentalmente de promover algum tipo de distensão controlada, precisamente para evitar a proliferação de novos Irãs e Nicaraguas.

No plano europeu, a reconquista de direitos

democráticos fundamentais em Portugal, Espanha e Grécia e o aumento da combatividade operária em oposição aos planos de austeridade imperialista indicam no mínimo que a retomada capitalista não se dará tão facilmente; embora seja importante registrar o descrédito geral em que se encontram as organizações operárias, sindicais ou políticas, depois das tentativas dos «compromissos históricos» de algumas delas com suas respectivas burguesias.

Já na área das burocracias operárias se verificam avanços da maior importância. O crescente desenvolvimento de oposições de esquerda que aparecem abertamente na maior parte desses países (A Carta 77 e o VONS na Tchecoslováquia, o KOR na Polônia, o núcleo de Rudolf Bahro na Alemanha Oriental, os vários movimentos pela democracia na China, entre outros) vem oferecer uma perspectiva socialista à luta dos dissidentes aprofundando de maneira inédita a crise geral do stalinismo. Soma-se a isto a manutenção da posição independente de Cuba que por seu apoio irrestrito às revoluções nicaraguense e coloniais em geral se distingue da URSS, enfraquecendo-a politicamente.

Todos esses dados em seu conjunto encerram a década com uma perspectiva objetivamente promissora para a luta dos trabalhadores. Que a década de 80 traga as condições subjetivas para levá-la a termo



Nixon e o escândalo Watergate transformam-se em motivo carnavalesco na Alemanha Ocidental

## 1970

### A vitória da Unidade Popular no Chile

#### AMÉRICA LATINA Argentina

Grupos guerrilheiros realizam uma ação espetacular em 29 de maio, sequestrando o ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu, um dos responsáveis pela queda de Perón em 1955. Seu cadáver é encontrado pouco depois, a 400 quilômetros da capital. O governo de Juan Carlos Onganía enfrenta violentos choques com operários comandados pela CGT e, para facilitar a repressão, decreta estado de sítio. Apesar disso, dá mostras de fraqueza diante do avanço das lutas populares e é derrubado em junho por um golpe militar. Quem assume é Roberto Marcelo Levingstone que inicia suas atividades dissolvendo os partidos políticos.

#### Bolivia

Em outubro é derrubado o presidente Ovando Candia, por uma junta que colocou no governo, Juan José Torres. Abre-se, então, um período democrático em que chegou a ser constituído o primeiro sovieta da América Latina. Lamentavelmente, Torres recusou-se a agir em diversas oportunidades contra militares golpistas, contrários ao regime. Um desses, Hugo Banzer, será depois responsável por sua queda.

#### Chile

Em 4 de novembro o povo comemora nas ruas até de manhã a vitória da coligação de esquerda - Unidade Popular - integrada pelos Partidos Socialistas, Comunista, MAPU, Partido Radical e com apoio crítico do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário). Salvador Allende, do PS obtém 36,3% dos votos e sua vitória é confirmada depois pelo Congresso. A CIA, através dos comandantes da Marinha e Aeronáutica e oficiais do Exército do Chile tenta evitar a posse de Allende com o assassinato do comandante do Exército René Schneider, em outubro. Mas o atentado resultou inútil.

#### ÁFRICA

Encerra-se em janeiro a guerra civil entre Biafra e a Nigéria, com a rendição da província rebelde. A guerra foi motivada pelo interesse das potências ocidentais no petróleo da região e termina com o extermínio de 90% de sua população. Enquanto isso, as Nações Unidas pedem a seus membros (março) que suspendam suas relações com o regime racista da Rodésia pela entrada em vigor da nova constituição. O texto assegura o poder à minoria branca, cuja relação é de um para vinte negros.

#### ÁSIA

##### Indochina

Cerca de 20 mil soldados norte-americanos invadem o Camboja. Antes, os EUA providenciaram a queda do príncipe neutralista Norodom Sihanouk (18 de março).

## 1971

### Golpe militar derruba Torres na Bolívia

#### AMÉRICA LATINA Argentina

Em 26 de janeiro é deposto o presidente Roberto Marcelo Levingstone e o cargo é assumido por

Agustín Lanusse, membro da Junta Militar que organizou o golpe. Lanusse é pressionado durante seu governo pelas constantes greves dos trabalhadores que reivindicam aumentos salariais, e procura uma saída ao impasse de vários anos de governo militar. As sanções contra Perón são paulatinamente removidas para permitir a volta do caudilho depois de 17 anos de exílio.

#### Uruguai

Os tupamaros realizam sequestros espetaculares: do embaixador britânico Geoffrey Jackson e Ulisses Pereyra Reverbel, diretor da empresa estatal de telefones. Em primeiro de abril, os trabalhadores decretam greve geral contra o fechamento do jornal de esquerda YA pelo governo de Jorge Pacheco Areco.

#### Chile

Apesar da campanha de terror feita pela direita, a Unidade Popular consegue maioria de 49,73% nas eleições municipais.

#### Haiti

Morre no dia 21 de abril o ditador François Duvalier. Quem assume é seu filho Jean Claude que segue a tradição paterna, reprimindo e torturando os adversários, através de sua Polícia Secreta, os tonton macoute.

#### Bolívia

No dia 22 de agosto, um golpe de direita liderado pelo coronel Hugo Banzer depõe o presidente Juan José Torres. Banzer é apoiado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e a Falange Socialista, de tendência fascista.

#### ÁFRICA Uganda

No dia 25 de janeiro, o major Idi Amin chefia um golpe de Estado e depõe o presidente Milton Obote, iniciando um dos mais sangrentos regimes do mundo.

#### Rodésia

São feitas pressões na ONU para que se cortem relações com este país. A Organização da Unidade Africana condena a Grã Bretanha por ter concluído um acordo com o regime racista de Ian Smith.

#### África do Sul

Forças do governo entram em choque com guerrilheiros da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Namíbia, território disputado pela África



Metalúrgicos portugueses exigem aumentos salariais. Metalúrgicos portugueses exercitam o direito de greve conquistado pela Revolução

ca do Sul e a ONU). A Organização da Unidade Africana condena o diálogo de qualquer país do continente com o regime racista de John Vorster.

#### ÁSIA

##### Cambodja

Lon Nol derruba o governo constitucional em 22 de outubro e assume poderes ditatoriais. Os EUA continuam armando 200 mil homens do Exército cambodjano que lutam com o Vietcong pela posse do rio Mekong. O ano de 1971 marca, no entanto, o recuo dos EUA no envolvimento direto no conflito da Indochina reduzindo seus homens no Vietnã, Tailândia e Laos. O Vietnã do Sul ataca Phom Penh e o sudoeste do Laos para evitar envio de suprimentos ao Vietcong. O mundo inteiro condena o ataque ao Laos.

#### China

Início do degelo nas relações com os EUA. Henry Kissinger e Williams Rogers visitam Pequim em meados do ano. No dia 25 de outubro, com o patrocínio dos EUA, a China é admitida na ONU.

## 1972

### A direitização do Egito de Sadat

#### AMÉRICA LATINA Equador

É deposto em 15 de fevereiro por uma junta militar o caudilho Velasco Ibarra que em 1971 havia assumido poderes ditatoriais. O novo presidente é Guillermo Rodríguez Lara que passa a administrar um país enriquecido subitamente pelas rendas do petróleo.

#### Uruguai

Juan María Bordaberry toma posse em primeiro de março e seu governo prepara o terreno para a tomada do poder pelos militares. O Congresso declara em 15 de abril estado de guerra contra os tupamaros e suspende as garantias constitucionais, em meio a greves gerais.

#### Oriente Médio

No Egito, o presidente Anwar Sadat inicia uma política de aproximação com o Ocidente, pedindo a União Soviética que retire do país, seus 20 mil assessores (18 de julho). Recrudescem as ações de palestinos contra judeus e vice-versa. No dia 5 de setembro 11 atletas judeus são assassinados em Munique, na Alemanha, durante a Olimpíada Mundial por um comando árabe (Setembro Negro). Em represália, Israel ataca com 80 aviões 10 bases de guerrilheiros na Síria e Líbano. Três mil soldados israelenses invadem o Líbano e matam 60 palestinos.

#### ÁSIA

##### Indochina

No dia 13 de julho são reiniciadas em Paris conversações de paz com os representantes das nações em conflito no Vietnã. Em agosto, os aviões B-52, dos EUA lançam uma violenta ofensiva contra o Vietnã do Norte e chegam a atacar a linha férrea que une Hanói à China. Os norte-vietnamitas, por sua vez, lançam uma ofensiva contra Saigon em 6 de outubro. O ano é encerrado com intervalos de bombardeios ao Vietnã do Norte pelos

EUA e anúncios de acordos de paz em Paris, sem resultado prático.

## 1973

### Golpe militar chileno faz 40 mil mortes

#### AMÉRICA LATINA Chile

No dia 11 de setembro, é derrubado por forças militares o governo de Salvador Allende. A repressão contra os trabalhadores causa 40 mil mortes, entre elas a do próprio presidente, assassinado dentro do Palácio de governo-La Moneda. O golpe foi a culminação de um processo dirigido pela CIA que envolveu setores de classe média como os "camioneros", responsáveis pela paralisação de todo o abastecimento do país, e a Democracia Cristã, partido do ex-presidente Eduardo Frei que apoiou inteiramente a ação militar, encerrando três anos de governo democrático e popular.

#### Argentina

O governo mobiliza em abril, 100 mil soldados para impedirem ações dos guerrilheiros contra as eleições gerais, provinciais e legislativas. A Frente Justicialista de Libertação (peronista) ganha quase todos os postos e Hector Cámpora é eleito presidente em 6 de maio. As guerrilhas prosseguem suas ações e o ERP - Exército Revolucionário do Povo se apodera temporariamente da delegacia de Polícia, dos Correios e da estação ferroviária de um subúrbio de Buenos Aires. Em 30 de abril é declarado o estado de emergência em cinco províncias e na capital. Perón regressa no dia 30 de junho, em meio a um intenso conflito entre as duas alas do peronismo que causa um saldo de 200 mortos e 300 feridos no aeroporto de Ezeiza. O presidente Hector Cámpora e o vice-presidente Solano Lima renunciam para dar a Perón a oportunidade de volta imediata ao governo, através de novas eleições.

#### ÁSIA

##### Indochina

Em 8 de janeiro, Henry Kissinger reinicia com Le Duc Tho, do Vietnã do Norte, novas conversações de paz em Paris, enquanto prosseguem os combates no Laos e Cambodja e os ataques aéreos de aviões americanos ao Vietnã do Norte. Em 27 de janeiro, os EUA e o Vietnã do Norte assinam em Paris o acordo que encerra as hostilidades no Vietnã: o pacto dispõe a retirada das tropas dos EUA, a troca de prisioneiros de guerra e a supervisão do armistício por uma comissão de quatro países. Em 31 de janeiro é realizado em Saigon a primeira reunião conjunta das duas comissões militares encarregadas de supervisionar o armistício. Mas a luta continua, embora menos intensa. Em 6 de fevereiro os navios dos EUA começam a limpar as minas dos portos do Vietnã do Norte, tarefa que é suspensa várias vezes, sob a alegação de violação do armistício por parte dos comunistas. Em 20 de fevereiro, as forças comunistas retomam ataques a Phom Penh, capital do Camboja, enquanto no Laos, o príncipe Souvana Bouphoua, chefe do governo e o Pathet Lao (organização comunista) assinam também um armistício, pondo fim a 20 anos de hostilidades. Em abril é iniciada a troca de prisioneiros civis. Novas conversações de paz são realizadas por Kissinger e Le Duc Tho, em Paris, devido a violações do armistício e ao ataque aéreo dos EUA ao Camboja.

# golpes e de revoluções

## 1974

### Caem as ditaduras em Portugal e na Grécia

#### EUROPA Portugal

O general António de Spínola lidera um golpe militar que depõe o governo do primeiro-ministro Marcelo Caetano, encerrando a ditadura salazarista que vinha desde 1926. (25 de abril). A partir daí abre-se um intenso processo político que terá como resultado uma instável hegemonia social-democrata no país.

#### Grécia

Em 15 de julho, o arcebispo Makarios é deposto em Chipre por um sangrento golpe inspirado pela ditadura militar grega. Em seguida tem início na ilha a guerra entre as partes turcas e gregas. A Turquia invade o território em 27 de agosto. 4 dias depois, uma divisão no exército grego leva à queda da ditadura naquele país e Karamanlis, exilado a 13 anos retorna ao país para assumir o governo.

#### EUA

No dia 30 de julho, o Comitê Jurídico da Câmara de Representantes decide recomendar ao plenário que submeta o presidente Nixon a juízo político diante do Senado por obstrução da justiça e abuso de poder. No dia 9 de agosto, Nixon renuncia a seu cargo, diante das pressões, em virtude do caso Watergate.

#### ÁFRICA Etiópia

No dia 12 de agosto, depois de 58 anos de poder, é deposto por um golpe militar o imperador Haile Selassie, acusado de matar de fome 100 mil camponeses.

#### Oriente Médio

Em 22 de novembro, a Assembléia geral da ONU reconhece os direitos dos palestinos de criarem um estado nacional e concede caráter de observador à OLP (Organização para a Libertação da Palestina), liderada por Yasser Arafat.

#### AMÉRICA LATINA Argentina

O presidente da Argentina Juan Domingos Perón morre em Buenos Aires com 78 anos de idade, aprofundando a crise do peronismo. É sucedido por sua esposa, a vice-presidente, Isabel Perón.

## 1975

### O imperialismo é derrotado no Vietnã

#### ÁSIA Indochina

Uma gigantesca ofensiva comunista põe fim à guerra do Vietnã, enquanto no Camboja, Phom Penh cai em poder do Kmer Vermelho (abril).

Nguyen Van Thieu, presidente do Vietnã do Sul renuncia, ao mesmo tempo que suas forças se rendem incondicionalmente ao Vietnã do Norte e Vietcong. Nos EUA, Gerald Ford ainda busca ajuda militar de mais de 700 milhões de dólares pra enfrentar a ofensiva do Vietcong, mas o Congresso recusa. O governo americano inicia então a retirada de seus cidadãos e de milhares de refugiados. As forças do Vietnã do Norte ocupam finalmente Saigon.



O generalissimo Chiang Kai-shek, Com. e o franquismo.



O líder palestino, Yasser Arafat numa conferência da OLP

#### EUROPA Portugal

Em 25 de abril, os partidos moderados obtêm vitória nas eleições para a Assembléia Constituinte. Um mês antes, o governo sufocara um levante direitista comandado pelo general Spínola, que abandona o país. Um levante de esquerda, em dezembro, também é sufocado.

#### ÁFRICA Angola

Em 11 de novembro Portugal, anuncia a independência de Angola. Em seguida explode a guerra civil entre as forças do MPLA (esquerda), a FNLA (apoiada pela CIA) e a UNITA.

#### AMÉRICA LATINA Peru

O presidente Juan Velasco Alvarado é deposto por um golpe branco e o poder é entregue a Francisco Morales Bermudez.

#### EUROPA Espanha

Morre o generalíssimo Franco. Sua lenta agonia é também a lenta agonia do franquismo. Assume o príncipe Juan Carlos de Bourbon comprometendo-se a efetuar no país uma gradual transição democrática. Seu primeiro ato político de importância é a decretação de uma anistia parcial que leva às ruas várias manifestações de protesto. (novembro).

## 1976

### A transição democrática na Espanha

#### ÁSIA China

Morre em 8 de janeiro, aos 79 anos de idade, o primeiro ministro Chu en-Lai. Ele ocupava o posto desde a fundação da República Popular, em 1949. É substituído provisoriamente por Deng Xiao Ping. Em setembro morre Mao tse-Tung e se inicia uma intensa luta pelo poder.

#### ÁFRICA Angola

Em fevereiro, o Movimento Popular pela Liber-



Pós-golpe, o exército chileno varre as casas em busca de «comunistas»

tação de Angola, de Agostinho Neto, consegue amplas vitórias sobre seus adversários da UNITA e FNLA, conquistando o poder definitivamente.

#### AMÉRICA LATINA Argentina

Em 24 de março, cai o governo de Isabel Perón, já bastante desgastado pelas denúncias de corrupção e o descalabro econômico e político. Assume uma Junta que escolhe como presidente, o general Jorge Videla.

#### URUGUAI

O presidente Juan Maria Bordaberry é deposto em junho pelos militares que nomeiam o senil Aparicio Mendez para presidente. Ele começa seu governo anunciando um ato institucional para punir milhares de pessoas.

## 1977

### O expurgo dos generais nacionalistas no Peru

#### Espanha

Recrudescer a ação terrorista de grupos parapoliciais contra operários das Comissões Obreras. Setores moderados advertem contra a «argentinização» do país (fevereiro).

#### AMÉRICA LATINA

#### Peru

O governo de Francisco Morales Bermudez prossegue o expurgo de oficiais ainda fiéis à primeira fase da Revolução, liderada por Alvarado. São expulsos do país, os generais reformados Leonidas Rodrigues Figueroa, Arturo Palacios e o contra-almirante Jorge. D. Ocampo. (janeiro)

## 1978

### As massas iranianas inviabilizam o regime do xá

#### ÁSIA Irã

O presidente Carter realiza conversações com o

Xá do Irã, enquanto a Polícia reprime milhares de manifestantes favoráveis ao aiatolá Khomeini em Teerã. Em novembro o Xá nomeia um governo militar para enfrentar a revolução em marcha. O Chefe da Polícia Secreta é morto por manifestantes e a situação do Xá torna-se cada vez mais insustentável.

#### AMÉRICA LATINA Paraguai

O ditador Alfredo Stroessner manda a Polícia deter o deputado do Partido Liberal Radical Autêntico, Domingo Laino, o principal dirigente da oposição (7 de junho). Laino vinha denunciando sistematicamente a entrega de terras paraguaias ao Brasil e as desvantagens para seu país do Tratado de Itaipú.

## 1979

### Irã e Nicarágua: duas revoluções vitoriosas

#### ÁSIA Irã

No dia 15 de janeiro, o Xá e Farah Diba deixam o poder e o país diante da Vitória da Revolução. Shapur Bakhtiar é deixado a frente do governo, mas o aiatolá Khomeini, líder dos muçulmanos xiitas não aceita o regime. As manifestações tornam-se mais violentas e o governo decide permitir a volta de Khomeini. É recebido no dia primeiro de fevereiro por dois milhões de pessoas. Declara, em seguida, ilegal o governo de Bakhtiar e assume o poder.

#### Cambodja

Com o apoio militar do Vietnã a Frente de União Nacional pela Salvação do Kampuchea (FUNSK) derruba o regime de Pol-Pot - Ieng Sarin responsável pela morte de mais de 3 milhões de cambodjanos. A presença das tropas vietnamitas no Camboja servirá em seguida de pretexto para a invasão do Vietnã pela China numa das mais vergonhosas operações político-militares da década.

#### ÁFRICA Uganda

Diversas tendências da oposição ugandesa sustentadas pelo exército da Tanzânia derrubam o sanguinário regime de Idi Amin Dada. Assume o governo o professor Yusuf Lule, presidente da Frente de Libertação Nacional da Uganda.

#### AMÉRICA LATINA Nicarágua

No dia 4 de junho, a Frente Sandinista de Libertação Nacional convoca uma greve geral de protesto contra o regime de Somoza. A greve se transforma em insurreição popular. Em junho a guerra civil atinge todo o país e violentos combates se travam nas principais cidades do país. Diante da derrota iminente de Somoza os EUA procuram formar novo governo para evitar que o poder caia nas mãos dos sandinistas. Somoza, no entanto, refugiado em seu bunker se recusa a aceitar a proposta norte-americana. Em 15 de julho é obrigado a deixar o país diante da ofensiva sandinista e se refugia em Miami. Depois de um breve intervalo em que o governo é assumido por Francisco Urcuyo, um somozista, os sandinistas tomam o poder definitivamente, iniciando o que um guerrilheiro chamou de uma nova era de ascenso revolucionário na América Latina.



As tropas norte-vietnamitas vitoriosas desfilam pelas ruas de Saigon.



# O stalinismo em crise

Ao fim dos anos 70, comemorando o centenário do nascimento de Stalin, o stalinismo faz água por todos os lados. Paradoxalmente mas como em tudo na vida, uma razão básica desta crise foi o seu próprio crescimento

Por João Machado

O stalinismo se formou como uma corrente do movimento operário a partir da revolução russa e da sua degeneração burocrática, isto é a partir da transformação do Estado operário da União Soviética em um Estado controlado por uma burocracia que retirou todo o poder da classe operária, embora mantivesse as bases econômicas do poder dos trabalhadores.

A raiz dessa dominação burocrática na URSS está no atraso industrial do país e no isolamento da primeira revolução operária vitoriosa. Depois dela, o povo sofreu ainda uma série de guerras, que agravaram a devastação da economia, e que esgotaram as forças da classe operária. Foi nesta situação que se desenvolveu uma poderosa burocracia. A partir da sua consolidação na URSS, ela se estendeu a todo um setor do movimento operário mundial através do domínio sobre a Internacional Comunista: de instrumento da revolução mundial, a IC foi transformada em agência da diplomacia do Kremlin.

A natureza dos partidos da Internacional Comunista era portanto profundamente contraditória: extraíam sua força da identificação com a revolução de outubro, apresentavam-se como os herdeiros de sua tradição e como a corrente mais profundamente revolucionária do movimento operário. Por outro lado tiravam sua força também do apoio político e material dado pela burocracia soviética. E os interesses desta, se são inconciliáveis em grande medida com os do capitalismo (já que a base da sua dominação é justamente uma economia não-capitalista), não são menos opostos ao avanço da revolução mundial, que fatalmente terminaria por engolir-la.

Os partidos comunistas ligados ao Kremlin tinham então um papel contrário à sua aparência. Mas manter esta aparência (de partidos revolucionários) era fundamental para poderem cumprir a tarefa de controlar o movimento operário (isto é, o setor que influenciavam), de acordo com os interesses da diplomacia soviética. Um elemento fundamental de todo este arranjo era o fato de que a única revolução vitoriosa existente era a russa, o que permitia que os seus supostos herdeiros exercessem um notável controle sobre o movimento comunista.

## As revoluções «não planejadas» do pós-guerra

É a importância que este monolitismo tinha para a continuidade da estabilidade stalinista que explica que sua crise tenha começado justamente a partir de sua expansão, no momento em que ele estava mais forte e parecia mais imbatível. Esta situação ocorreu após a guerra de 45. Por um lado a burocracia capitalizou a enorme esperança representada pela vitória do povo soviético contra o nazismo. Por outro lado, duas revoluções (a iugoslava e a chinesa) foram feitas independentemente de Stalin e mesmo contra a sua orientação e aos acordos firmados por ele com os governos dos EUA e da Grã-Bretanha. Isto garantia aos partidos dirigentes desses países tanto uma base de apoio firme (garantida pela sua condição de líderes de uma revolução vitoriosa) quanto a autonomia diante da URSS.

Por outro lado, a teoria do "socialismo em um só país", que havia sido elaborada por Stalin para justificar a condição da URSS como "pátria da revolução", base do socialismo mundial, e para definir como o primeiro critério do "internacionalismo proletário" a sua defesa, passou a ser usada pelos partidos dirigentes de outros países socialistas como justificativa para um "caminho próprio" para sua revolução. Fora do "socialismo em um só país", a extensão do socialismo só poderia ser causa de fortalecimento; mas com ele, paradoxalmente, passa a ser causa de crise.

Assim, o primeiro fato espetacular da crise do stalinismo foi a ruptura Tito-Stalin em 1948. A partir daí, o monolitismo que era um dos elementos chave do stalinismo estava rompido. Naturalmente, o mesmo fato se repetiria numa escala ampliada e com uma repercussão muito maior em 1960, com a ruptura Mao-Kruschev. O socialismo jamais poderia voltar a ser identificado com a URSS.

Mesmo o domínio exercido sobre países que não fizeram a sua revolução de maneira independente, como a Alemanha Oriental, a Hungria, a Polônia, a Tchecoslováquia, seria motivo de crise. Em todos estes países, respectivamente em 1953, 1956 (na Hungria e na Polônia), 1968, e novamente em 1970 e 1976 na Polônia houve levantamentos de trabalhadores contra a dominação burocrática, contra o domínio da URSS e por melhores condições de



vida. O fato de que estes levantamentos tenham sido controlados com a ajuda de uma forte repressão, e inclusive, como no caso da Tchecoslováquia em 1968, com a ocupação do país, desfechou um golpe irrecuperável no prestígio da burocracia soviética e dos partidos comunistas ligados a ela.

Uma outra razão que contraditoriamente contribuiu para a crise do stalinismo foi o próprio avanço econômico da URSS, sua industrialização, o crescimento do seu proletariado, sua elevação cultural. A base fundamental do domínio burocrático era a debilidade de uma classe operária numericamente fraca e esgotada por revolução e guerras. Com uma classe operária mais forte, a burocracia se viu confrontada com pressões muito maiores e foi obrigada a mudar seu estilo de dominação, adotando um "stalinismo moderado", por assim dizer, e se diferenciando dos métodos mais brutais e dos crimes mais absurdos de Stalin. O "relatório secreto" de Kruschev, de 1956, foi o marco mais espetacular desta manobra da burocracia.

## O surgimento do eurocomunismo

Por outro lado, eventos tão fundamentais e que colocam tantas interrogações como as rupturas com Tito e Mao, as invasões de Estados operários, as denúncias dos crimes da Stalin, não poderiam deixar de estimular o espírito crítico de muitos militantes comunistas que até a época aceitavam sem maior dificuldade as versões oficiais sobre o que ocorria no movimento operário comunista. Este espírito teria de ser fortemente estimulado por revoluções que ocorreram totalmente fora dos marcos stalinistas, como a revolução cubana, e por explosões como a de maio de 1968 na França e de 1969 na Itália. Com isto, diversas correntes se destacaram do movimento comunista oficial.

Na década de 70 o stalinismo viveu uma crise profunda, privado das vantagens do monolitismo e de

seus mitos. E nesta década ainda se manifestaria uma outra vertente desta crise, representada pelo fenômeno do que veio a ser chamado de "eurocomunismo".

A explicação básica para este fenômeno é a integração cada vez maior dos partidos comunistas dos países imperialistas no sistema político burguês, o que coloca como um problema seus laços materiais e políticos com o Kremlin. Esta integração, na verdade, não é nova: desde que o VII Congresso da Internacional Comunista oficializou a linha das "frentes populares", o que significa exatamente a tentativa de formar governos com partidos burgueses "liberais", "anti-fascistas", ou até (quem sabe) "progressistas", esta orientação tem sido amplamente predominante. O eurocomunismo não introduziu nenhuma grande novidade, apenas tornou mais sistemática esta política.

Por outro lado, o eurocomunismo não é apenas uma reação diante das pressões recebidas para que se integre mais nos Estados burgueses: é também uma tentativa de melhorar a própria imagem, bastante desgastada pela crise do stalinismo, pela divulgação dos seus crimes, pela divulgação das enormes deformações do socialismo da URSS. Fazia-se necessário tomar uma certa distância com relação a tudo isto.

Também esta razão contribuiu para que os laços com a burocracia da URSS sejam diminuídos. É neste contexto que podemos entender porque ao mesmo tempo que se introduzem novidades como a "revogação" do conceito de "ditadura do proletariado" (isto é, da necessidade de que o Estado na transição para o socialismo tenha uma forma radicalmente diferente da do Estado burguês) ou do próprio conceito de proletariado (como fez o PC Francês), que prefere falar em "união do povo da França"), fazem-se críticas à URSS, retoma-se uma defesa muito parcial e contraditória de temas da democracia operária que haviam sido totalmente soterrados pelo stalinismo triunfante. PCs mais integrados no sistema capitalista são menos sectários com relação às correntes de esquerda (chegando mesmo a reconhecer que Trotski, o inimigo número 1 do passado, foi um grande revolucionário, e a dedicar-lhe artigos no centenário do seu nascimento).

## Todo o cuidado é pouco

Outra questão é porque os eurocomunistas não chegam a uma ruptura total com o Kremlin, e porque inclusive recentemente moderaram as suas críticas. Aqui, coloca-se para eles a necessidade de se diferenciarem da social-democracia, de garantirem para si um certo espaço, próprio, no movimento operário, de manterem a referência privilegiada à revolução de outubro. É essa necessidade de diferenciação, de auto-preservação, que explica que, por exemplo, o PC Francês, tendo se aproximado muito das posições da social-democracia, nem por isso deixou de agir de maneira extremamente sectária (no episódio da ruptura da União da Esquerda). Ir mais longe na via da "social-democratização" significaria sua auto-dissolução como corrente política, perder sua identidade.

Mais complexo é dizer por que a própria URSS, embora tenha manifestado seu desagrado com esta evolução, preferiu não forçar a ruptura.

As críticas eurocomunistas às deformações do "socialismo" soviético e dos países do Leste europeu, apesar de limitadíssimas, tiveram um efeito sobre as oposições dentro desses países. Na medida em que estes partidos fazem parte do "movimento comunista oficial", suas críticas não podem ser facilmente atribuídas às intrigas do imperialismo. Este é um dos maiores riscos para as burocracias encasteladas no poder. Mas uma condenação com ruptura poderia ser ainda mais perigosa, e tornar ainda mais incontroláveis estes movimentos de oposição.

Além disso, um "cisma" eurocomunista deixaria a URSS sem nenhuma influência no movimento operário dos principais países imperialistas, o que, além de representar mais um golpe para o seu já combalido prestígio, a privaria de elementos de negociação importantes com os governos destes países. Tudo isto recomenda, de parte à parte, a prudência. Isto não quer dizer que seja impossível a ruptura: afinal, o processo tem uma lógica que é em grande medida alheia às intenções dos participantes do drama.

Esta relação do eurocomunismo com a oposição interna nos países do "bloco socialista" nos permite chegar, então, ao que é hoje o elemento decisivo da crise do stalinismo: o reforço destas oposições.

Se no plano do movimento comunista dos países capitalistas, as rupturas da Iugoslávia e da China, as invasões da Hungria e da Tchecoslováquia, a revolução cubana, a "desestalinização" de Kruschev, levaram a uma situação na qual o stalinismo não poderá jamais recuperar seu antigo brilho, no plano do domínio das burocracias dos Estados operários a coisa é ainda mais grave: eles não poderão recuperar jamais a estabilidade perdida.

## As oposições anti-burocráticas

Em dois países do Leste europeu isto é visível com toda a nitidez: a Tchecoslováquia e a Polônia. Funcionam importantes movimentos de oposição, que não podem ser simplesmente destruídos pela repressão, e que são cada vez mais difíceis de controlar. Especialmente na Polônia, as reivindicações de cunho mais político se ligam às reivindicações de cunho salarial, de nível de vida, e a participação da oposição intelectual se identifica com o movimento operário. Nesta situação, processos como o que houve recentemente na Tchecoslováquia (de membros do movimento da "Carta 77" e do VONS (Comitê de defesa das pessoas injustamente perseguidas) provocam uma grande repercussão negativa, e sofrem a condenação da totalidade do movimento operário dos principais países capitalistas, inclusive dos PCs.

Mas é a China o país onde a oposição anti-burocrática é hoje mais forte, e onde tem maiores bases populares. A razão é clara: apesar de todas as suas ambiguidades, a Revolução Cultural teve um nítido componente anti-burocrático, que foi reprimido, mas que nem o poder de Deng e Hua pôde aniquilar completamente. Os processos contra os dissidentes, que têm sido realizados, confrontam-se com uma grande oposição popular.

Enfim, o stalinismo é hoje um navio que faz água por todos os lados. Mas não está no fundo do mar. O que falta para isso é, principalmente, que apareça, quem possa lhe dar o golpe final, quem tenha força para isto, e uma alternativa a oferecer. Mas esta força ainda não está formada.

# Capitalismo central

## Lá também, o fim do "milagre"

Em sua passagem recente pelo Brasil, Pierre Salama\* concedeu ao EM TEMPO esta entrevista exclusiva sobre as implicações da atual crise econômica dos países capitalistas centrais.

**C**omo você caracterizaria a crise econômica do capitalismo central hoje e quais seriam seus principais indicadores?

— A crise atual é, evidentemente, uma crise que vem de longe. Ela é resultado tanto da superacumulação de capital quanto de uma modificação substancial das condições de trabalho a partir dos últimos 15 ou 20 anos nos países capitalistas desenvolvidos. Ela foi previamente anunciada por uma crise de tipo financeiro: a crise do sistema monetário internacional da qual tanto se falou no princípio da década. Seus principais indicadores hoje são um aumento brutal do desemprego com estagnação e até mesmo diminuição dos salários e falências extremamente importantes porque não estão se dando apenas nas pequenas mas também nas grandes empresas. Sua força e profundidade é indicada pelo fato de ela ser uma crise sintonizada, isto é, ela se manifesta simultaneamente em vários países capitalistas desenvolvidos. Esta sintonização não é ocasional. Ela indica precisamente a crise de um regime de acumulação que procurou se basear essencialmente sobre a capacidade de exportação de produtos intermediários e isto que está posto em xeque hoje.

— Essa crise está durando muito: ela já começa a se manifestar no início dos anos 70. Mas além de sua duração, o que indica que se trata de uma crise maior e grave?

“Carter foi quase mendigar no México e Lopez Portillo, um pró-americano convicto, o ridicularizou em público. No tempo de Kennedy ou de Nixon medidas repreensivas teriam sido tomadas imediatamente”.

— A instauração do regime de acumulação de que falamos antes significou uma superacumulação tão grande de capital que hoje frações inteiras de capital não conseguem mais obter os lucros necessários para se reproduzir. Tem de ser então liquidadas. Antes de 68, em alguns países europeus, o desemprego chegou também a crescer exageradamente, mas não por liquidação de setores mas apenas por baixa absorção de emprego. O grau com que hoje grandes empresas dispensam seus empregados, ou simplesmente fecham suas portas já indica que se trata de uma crise maior. O exemplo mais evidente é o do setor siderúrgico. Por outro lado, trata-se de uma crise maior porque a sua resolução necessita não só de uma destruição de capital mas também e principalmente de uma desvalorização da força de trabalho. Concretamente, hoje não é apenas o salário direto e o emprego que estão sendo atacados. Mas também o salário indireto representado pela previdência social e a própria maneira de se trabalhar. O que se discute hoje é a limitação em larga escala ao trabalho, a robotização de certas empresas e a utilização futura como exército industrial de reserva, de modo muito mais sistemático e cínico, do trabalhador emigrado. Socialmente portanto, a crise implica um violento combate às conquistas do movimento operário e portanto num recrudescimento da luta

de classe. Esta é a razão pela qual ela não pode se resolver por si mesma como as pequenas crises se resolvem (por exemplo como as crises que os EUA conheceram nos últimos 20 anos).

— As classes dominantes hoje têm um prazer especial em discutir a crise do petróleo e confundir a com a crise geral. Como você situa esse problema?

— Em primeiro lugar, todas as estatísticas mostram que a taxa de lucro nos principais países capitalistas já havia começado a baixar antes do início da crise do petróleo. Assim, evidentemente, ela não está na origem da crise geral como a burguesia pretende fazer crer. Entretanto, ela tem uma pequena parcela de responsabilidade no agravamento da crise geral porque provocou, de fato, um leve aumento da inflação e um desequilíbrio na balança comercial de alguns países capitalistas. O problema do petróleo na verdade é o problema anterior da necessidade de se encontrar mais divisas que a profundidade da crise geral já estava colocando para tais países. O petróleo tornou-se caro, precisamente porque eles não puderam responder a essa questão. Tanto isso é verdade que países como o Japão, a Grécia e a Alemanha o brutal aumento dos preços do petróleo não levou a um déficit mas a um superávit de sua balança comercial. Isto porque, sobretudo na Alemanha, a capacidade que a burguesia e o estado tem de impor à classe trabalhadora seu “diktat” faz com que as estruturas industriais sejam muito mais adaptáveis. Para além disso, a crise do petróleo é apenas uma oportunidade que a burguesia usa para se apresentar como capaz diante das outras classes sociais. Eu não conheço nenhum partido burguês que venha a público dizer “nós fizemos tudo errado e a culpa do desemprego é nossa”. Pelo contrário, o que se tenta o tempo todo é responsabilizar a classe operária ou outras frações da burguesia para fazer crer que “nós somos efetivamente os únicos detentores de uma solução capaz de trazer o bem estar social”. A esse nível, os árabes se tornaram então o bode expiatório da crise. Esse aspecto ideológico da questão do petróleo hoje tem de ser denunciado.

— Existe uma controvérsia hoje sobre o enfraquecimento ou não da hegemonia dos EUA no mundo capitalista. Como você vê essa questão?

— Penso que todos aqueles que defendem a tese de que a hegemonia dos EUA estava se reforçando no período recente — corrente que na França era representada por Nicos Poulantzas — erraram. Os fatos estão aí para demonstrá-lo. Há uma perda relativa e não absoluta de hegemonia — e Ernest Mandel foi um dos primeiros a defender isso. Em termos estritamente econômicos, a participação dos EUA na venda de material tem diminuído, o que significa um aumento nas vendas de materiais japoneses e alemães. Na minha opinião, isto é um sinal evidente de perda de posição. No entanto, as multinacionais norte-americanas e os próprios Estados Unidos detêm, em relação a certos produtos estratégicos, um avanço ainda absoluto. Mas o importante hoje é a verificação de que o lugar que ele ocupa na concorrência interimperialista está se

deteriorando e que a sua posição de força está se reduzindo porque isto tem implicações fundamentais na luta de classes. Em relação ao período mais recente, e particularmente na crise do petróleo, disse-se corretamente que os EUA brincaram com fogo. Inicialmente eles estimularam alguns países árabes a exigir o aumento do preço do petróleo, acreditando que isto teria como consequência o rebaixamento da competitividade dos produtos japoneses, alemães e franceses na medida em que os EUA estavam próximos da autosuficiência em petróleo. Isto ficou conhecido na época como a tática Kissinger para as Sete Irmãs. Só que ela se revelou uma tática incorreta porque na medida em que não se fez nenhuma restrição ao consumo de petróleo internamente nos EUA, seu preço aí aumentou também e hoje ele enfrenta os problemas que a França e a Alemanha já tinham vivido antes. Este é outro sinal revelador de perda de hegemonia. Mas no nível político, essa perda é evidente. Há alguns anos atrás seria impensável o desenvolvimento de situações como a do Irã e da Nicarágua. Isto sem falar do que aconteceu no México, onde Carter foi quase mendigar e Lopez Portillo, um pró-americano convicto, o ridicularizou em público. Se tais coisas tivessem acontecido na época de Kennedy ou de Nixon medidas repreensivas teriam sido tomadas imediatamente...

“Nos EUA o número de greves é praticamente o dobro do da França. Mas não é possível se dizer que o nível de consciência dos trabalhadores americanos seja também o dobro do dos franceses”

— Mudando um pouco o tema, como você vê a relação entre a crise e a combatividade da classe operária?

— Nessa discussão há duas análises que é preciso se rejeitar imediatamente. Uma primeira que consiste em dizer que o aumento do desemprego significa necessariamente uma derrota da classe operária e portanto, a longo prazo, um rebaixamento de sua combatividade. A outra, que também deve ser rejeitada, é a da política do quanto pior melhor, isto é, quanto mais golpes a classe operária recebe mais ela combate e mais a revolução se aproxima. Ambas são análises lineares e assim nefastas para a luta de classe. Penso que essas questões devem ser vistas com muito cuidado.

Inegavelmente, a crise e sua necessidade de golpear as conquistas da classe operária constitui um fator objetivo de elevação da combatividade operária. Porque? Porque quando os trabalhadores são golpeados eles começam espontaneamente a perceber a face real dos patrões, o que os patrões querem deles. Ao contrário dos períodos de prosperidade capitalista, quando os patrões podem desenvolver uma política paternalista, aparecer como próximos aos operários, interessados apenas em lhes propiciar empregos para garantir seu bem estar, a crise revela de modo brutal o caráter apologetico desse tipo de ideologia. Nela fica subitamente esclarecido que o seu interesse fundamental é o lucro, a extração da mais valia. Por outro lado, é importante ter em conta que a própria crise não tem um desen-

volvimento linear, tem altos e baixos, que fazem com que esse processo de tomada de consciência também não seja linear. Tudo isso no nível objetivo, vejam bem.

Entretanto, uma coisa é a combatividade e outra coisa é a consciência de classe. Com isso quero dizer que pode existir uma forte combatividade operária sem que necessariamente exista uma forte consciência de classe. Nos EUA o número de greves dos trabalhadores é praticamente o dobro do da França. Mas não é possível se dizer que o nível de consciência dos trabalhadores americanos seja também o dobro do dos franceses. O nível de consciência de classe depende essencialmente de dois fatores: o passado, a própria história do movimento operário — suas vitórias, suas derrotas e a traição de suas organizações — e a política atual das organizações operárias sindicais ou políticas. Assim, o problema da elevação da consciência de classe deve ser sempre colocado em relação ao problema da organização da classe. É dele fundamentalmente que vai depender o aproveitamento ou não da combatividade da classe durante a crise.

— Nesse sentido, como você vê a situação da França hoje?

— Na França a situação atual é aparentemente modesta. E a burguesia o compreende muito bem pois é agora que ataca e ataca com força. A situação é aparentemente má porque efetivamente houve maio de 68 e enormes esperanças que não deram em nada. Em 74 houve a assinatura do Programa Comum PC-PS que tentava esboçar uma outra saída, de tipo parlamentar para os trabalhadores. E numerosos trabalhadores esperavam que as eleições de 78 viessem resolver muitos de seu problemas como alguns partidos como o PC faziam crer. É evidente que com os resultados de 78 trouxeram então grande desesperança. Isto dito, acredito que o fenômeno seja passageiro. A classe hoje não está buscando suas soluções a nível muito elevado, a nível do poder, mas está tentando se defender contra o desemprego. E ao contrário do que aconteceu nos anos 30, o desemprego não está conduzindo a uma desmobilização da classe. Esse é um fenômeno novo e que não vale só para a França. Por outro lado há um certo desinteresse da classe operária pelas organizações, que vêm diminuir o número de seus associados. No entanto o interesse pela defesa de seus próprios direitos não está diminuindo. É por isso que me parece que estamos numa fase intermediária.

(\*) Pierre Salama, ex-professor da Universidade de Paris I, é atualmente professor titular na Universidade de Lille e no Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES). Como economista se dedicou especialmente ao estudo dos problemas dos países capitalistas periféricos, tema de sua tese de doutorado publicada na França sob o título “Le procès de ‘sous-développement’”. É membro do comitê de redação da Revista Critiques de l’Economie Politique onde possui inúmeros artigos publicados. É ainda autor dos livros Sur la valeur e Une introduction à l’économie politique, este último em colaboração com Jaques Valier e publicado no Brasil pela Editora Civilização Brasileira.

### Leia e assinie

REVISTAS EL VIEJO TOPO e TRANSICION (Espanha)  
Distribuição para todo o Brasil EDITORA COMBATE SOCIALISTA



EL VIEJO TOPO — \* Assinatura: 6 meses: 1 ano  
\* Números atrasados: .....  
\* Números EXTRAS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7  
\* Coleção completa: do nº 1 ao 37

TRANSICION — \* Assinatura: 6 meses: 1 ano  
\* Números atrasados: .....  
\* Coleção completa: do nº 1 ao 13

Respostas: Não é necessário pagar nada antecipadamente, o assinante pagará cada revista pelo reembolso postal, mensalmente.

Preço: EL VIEJO TOPO e TRANSICION C/5 125,00 cada exemplar (incluindo os números atrasados e números extras).

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... CEP: ..... Estado: .....

Preencha o cupom, ou escreva uma carta, e envie para  
EDITORA COMBATE SOCIALISTA — Caixa Postal, nº 10319  
— CEP: 90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

EL VIEJO TOPO — Números atrasados —

- Os herdeiros de Marx — Imprensa revolucionária na sociedade burguesa
- Mandel (entrevista) — Dossiê Anarquismo
- Sartre (entrevista) — Dossiê Eurocomunismo
- Anarquismo e comunismo — Fernando Claudin / Antipsiquiatria
- China depois de Mao — Louis Althusser
- Pela reconciliação popular — Imperialismo / Foucault
- Militância e revolução — Dossiê Stalinismo — Gramsci e os Conselhos Operários
- Filosofia de Underground / Homossexualidade
- Parlamentarismo ou Revolução — Marxismo e Liberdade
- Índios metropolitanos — Feminismo — FBI
- Novos filósofos — Dossiê sobre Ditadura do Proletariado
- Ernest Bloch — A Comuna de Paris
- Contra o cárcere — Rosa Luxemburgo
- A crise da esquerda revolucionária — Gramsci
- Alemanha: galáxia ocidental — O novo sub-proletariado
- Palavras e marxismo — O sujeito e o objeto — L. Althusser / P. Salama
- Escrevendo
- Poulantzas — Lucio Magri — Surrealismo
- Pierre Broué — Sartre — Eduardo Galeano
- Dossiê Maio de 1968 — Althusser e Colletti: A crise do marxismo
- Marxismo e irracionalismo — Debate no PCI
- Velha e nova política do PCI — Toucault
- Comunicação alternativa
- Autonomia operária — Ciência e Sociedade
- Lukács (reeditado) — Cinema e guerra civil
- L. Goussier — Agnes Heller — E. Balibar
- Samir Amin — Universidade contra a vida — Dossiê L. Althusser
- Comércio com a esquerda da esquerda — Dossiê L. Althusser
- Socialismo e revolução sexual — Militância de esquerda
- Cuba 20 anos — Dossiê Freud — Stalinismo, ideologia de esquerda e Estado

EL VIEJO TOPO EXTRA (números) — 100 pág.

- \* EXTRAS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
- \* EXTRAS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
- \* EXTRAS: Militância e Partido



# NICARAGUA LIBRE

Viagem à Revolução Sandinista (Final)

Por Bernardo Kucinski

## 10 - Um domingo na Revolução

O grupo, de pé, forma um pequeno semi-círculo na calçada, assim como fazem certos pregadores evangélicos. Roupas domingueiras, sapatos lustrosos. Na tarde anterior já haviam aparado a grama do jardim e colocado a pedra comemorativa, no canto mais próximo à esquina. A rua toda tinha sido varrida cuidadosamente. Cruzando o asfalto, de um poste a outro, a faixa de pano: **DOMINGO — NOVE E MEIA — BATISMO DA AVENIDA JULIO BUITRAGO.**

A antiga Av. 27 de Maio vai mudar de nome. — Hay una conferencia importante, por eso no vienen.

A cerimônia está atrasada. Um ou dois comandantes sandinistas que deveriam comparecer, afinal parece que não virão. As pessoas esperam em silêncio ou conversando em voz baixa. Há mais blusas brancas e mais brilhantina nos cabelos negros dos nicaraguenses no domingo. E violões, braçadas de flores, batucadas. Em toda a Nicarágua o povo está aproveitando os domingos para mudar os nomes das ruas e das praças.

**A JUNTA DO GOVERNO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL DECRETA QUE**

**Fica proibida em toda a Nicarágua a manutenção de efígies, cartazes, retratos, pinturas, quadros e similares, que representem a figura ou a triste memória dos membros da família Somoza, ou de sua administração; (...)**

Tais nomes serão substituídos principalmente com os de mártires, heróis e combatentes que caíram na luta contra a ditadura somozista;

Nesse momento estão ocorrendo muitas outras cerimônias semelhantes, em que tomam parte os familiares do homenageado, seus amigos mais chegados, vizinhos e antigos colegas de escola. São

**Aos domingos o povo toma conta das ruas e se põe a apagar os vestígios culturais do somozismo.**

**As ruas e as praças vão sendo rebatizadas numa homenagem aos que tombaram na luta contra a ditadura.**

milhares de ruas e praças para serem rebatizadas; mas são cinco mil, também, os mortos, dentre eles centenas de combatentes que caíram ainda jovens. Aos domingos o povo toma conta das ruas, e se põe a apagar os vestígios culturais do somozismo. Não há dúvidas de que pelo menos uma nova cultura está nascendo. Popular, nacionalista, sandinista.

**Apontamentos sobre a vida de Julio Buitrago**

Na tarde do dia 15 de julho de 1969, muita gente presenciou a batalha desigual entre mais de 300 efetivos da genocida Guardia somozista, e um **HOMEM, assim mesmo, com maiúsculas. Julio Cesar Buitrago Urroz. Tinha 25 anos. Ao morrer, ele era encarregado da insurreição urbana em Manágua. Admirador ardente do gesto de Sandino, caiu como um herói, cumprindo seu lema: "meus homens nem se vendem, nem se rendem". E de deu, como muitos, seu sangue generoso para regar com ele a semente da liberdade da Nova Nicarágua.**

O pequeno folheto mimeografado termina com a saudação padrão:

**Patria Libre o morir!**

Chegam crianças em uniforme escolar. Alguns soldados da delegacia de trânsito próxima improvisam uma guarda de honra. Mas eu preciso ir porque foi anunciada uma importante entrevista coletiva da Junta de Governo no aeroporto, ainda naquela manhã. A partida da delegação nicaraguense para a Assembléia Geral da ONU havia sido antecipada de um dia, porque os membros da Junta receberam um convite para visitarem o presidente Carter. No noticiário da manhã o comentarista da rádio lembrou que Fidel Castro, ao participar de Assembléia geral da ONU em circunstâncias semelhantes, teve que sair do seu hotel escoltado e diretamente para a sede da ONU. Vou para o aeroporto de táxi. Nas ruas há bandeirinhas por toda a parte. Festas, quermesses, cerimônias de batismo de ruas. Muitas são organizadas pelos Comitês de Defesa Sandinista — CDS.

— Eu não aguento esses CDS, porque se eu preciso viajar, sair do país, e se sou seu inimigo e você não me deixa sair, eu não posso sair. Não foi para isso que lutamos. Por que isso aí é o comunismo, e



Reunião na Central Sandinista de Trabalhadores

comunismo não é para nós, por que como dizemos, ou ter a pátria livre ou morrer. Você não concorda?

Digo ao motorista que não sei. Que sou estrangeiro.

— Sabe o que? Querem nos manter oprimidos, por meio desses CDS.

Pergunto se ele lutou contra Somoza. A resposta não é convincente.

— Si, claro. Mataram um sobrinho meu. Meu patrão me mandou embora por que eu era organizado. Organizado, mas sem coloração.

Pergunto o que ele vai fazer se as coisas segundas as suas concepções, não melhorarem. Será capaz de brigar?

— Não só eu como muitos outros. Por que temos gente, gente organizada para derrubar esta Junta de Governo. Não aguentamos esta Junta de Governo.

Perguntei como se chamava. Ele riu alto, desconversou.

**Faremos ver ao presidente Carter a necessidade**

**da ajuda econômica, pois o governo dos Estados Unidos, todos sabem, foi responsável pela manutenção da ditadura somozista e portanto pela destruição da Nicarágua».**

— A mi me llaman el catito bonito.

Chegamos ao aeroporto.

— O que se passa é que esta junta de governo, com esses CDS quer nos manter rígidos: rígidos e organizados. Mas nós, os nicaraguenses, nem a puta que os pariu conseguiu organizar e manter rígidos. Muito menos vai ser essa Junta que vai conseguir.

A entrevista coletiva da Junta já começou há uns vinte minutos, no salão de eima, do aeroporto. Foram lidos novos decretos importantes para o setor de habitação. Moises Hassan em seguida passa a palavra a Alfonso Robello. No sofá apertados uns contra os outros membros da delegação: Miguel D'Escoto, o ministro do Exterior, Daniel Ortega, e Sergio Ramirez. Daniel Ortega veste o seu uniforme de campanha. Robello, o antigo presidente do Conselho Superior da Iniciativa Privada, em mangas de camisa, apresenta uma pequena surpresa:

— Desde ontem existe um decreto da Junta do Governo de Reconstrução Nacional congelando o preço do gás propano. É importante que se controlem produtos como o gás propano, usado na cozinha. Como esse é um produto derivado do petróleo, os nicaraguenses devem se conscientizar sobre a necessidade de usar racionalmente o gás de cozinha.

Se no futuro o preço do petróleo subir mais ainda, as companhias que vendem o gás terão que consultar o Ministério da Indústria e Comércio antes de qualquer alteração de preço.

Outra novidade, dessa vez anunciada por Daniel Ortega:

— Queremos anunciar que todas as pensões de favor dadas pelo somozismo estão anuladas, e que o dinheiro dessas pensões reverterá ao Ministério do Bem Estar Social.

Miguel D'Escoto anuncia que é iminente a partida da delegação. Agora, sobra pouco tempo para perguntas sobre a viagem. Principalmente sobre o encontro com Carter, com o Council of Americas, o organismo que representa as mais poderosas multinacionais norte-americanas. A leitura dos decretos ocupou quase todo o tempo da coletiva. D'Escoto faz um rápido relatório sobre a agenda da delegação nicaraguense.

— Amanhã pela manhã, haverá um encontro com o presidente Carter, no qual estarão presentes também o vice-presidente Mondale, e o Ministro das Relações Exteriores, Warren Christopher, e o assessor para Segurança Nacional Zbigniew Brezinski.

Há outras reuniões. Com senadores americanos. Com deputados americanos. Depois, a participação na Assembléia Geral da ONU, quando Daniel Ortega, em uniforme de campanha, marcará a entrada da Nicarágua sandinista na comunidade das nações. Surgem algumas perguntas. Qual será o teor das conversas com Carter? Que posição a Nicarágua defenderá na Assembléia Geral da ONU?

Daniel Ortega:

— Nossa posição internacional foi definida na sexta reunião de cúpula dos não alinhados em Havana. Na ONU chamaremos a atenção dos países desenvolvidos para que participem de alguma maneira na reconstrução da Nicarágua. Também chamaremos a atenção, sobretudo para buscar apoio internacional, contra as manobras que setores reacionários do governo norte-americano e a CIA, estão tramando em áreas de Centro-América, e concretamente em nosso país.

É a primeira vez que percebo no discurso de membros da Junta, essa diferenciação de setores "reacionários" do governo norte-americano, que pressupõe existirem setores não reacionários, ou progressistas. Imagino as discussões que devem ter precedido o embarque, as reações ao convite de Carter.

— Faremos ver ao presidente Carter as dificuldades que enfrenta a Nicarágua, sobretudo provenientes das ações desses setores reacionários; também mostraremos as necessidades de ajuda econômica pois o governo dos Estados Unidos, todos sabem, foi responsável pela manutenção da ditadura somozista e portanto pela destruição que essa ditadura trouxe ao povo da Nicarágua.

Ninguém mencionou o encontro com o Council of Americas. Pergunto se esse encontro vai ocorrer de fato. Pergunto mais: sobre a dívida externa, sobre a extradição de Somoza. Responde Alfonso Robello: Aceitamos um convite do Council of Americas para fazer uma apresentação à comunidade de

homens de negócios dos Estados Unidos membros do Council, em que se explicará nossa política quanto a investimentos estrangeiros e a natureza de nossa economia mista. Sobre sua segunda pergunta, podemos dizer que estamos atualmente identificando a dívida externa contraída pela ditadura somozista. A maior parte diz respeito a bancos americanos e vence a curto prazo. Nós vamos necessariamente colocar a questão da renegociação dessa dívida. A alternativa seria pagar de imediato 300 milhões de dólares, o que nos é impossível.

Robello, então levanta o timbre da voz, torna-se veemente:

— Queremos reiterar que aceitamos a obrigação financeira de pagar até o último centavo dessa dívida, por uma questão de imagem externa do país, mas que não temos nenhuma obrigação moral de pagar a dívida somozista. Além disso, estamos investigando a forma pela qual os empréstimos foram contratados, se as taxas e comissões estão de acordo com as leis. Nos casos em que não estejam os contratos serão revisados.

A coletiva está terminando. Robello fala ainda sobre os processos de extradição de Somoza. Diz que estão sendo encaminhados pela via judicial, não só os de Somoza, mas de centenas de seus auxiliares mais diretos. E que a Junta pedirá também o congelamento de bens somozistas.

**«Queremos reiterar que aceitamos a obrigação financeira de pagar até o último centavo da dívida, por uma questão de imagem externa do país, mas que não temos nenhuma obrigação moral de pagar a dívida somozista.»**

— Advogados que conseguiram congelar muitos bens do Xá do Irã estão nos assessorando nos Estados Unidos.

A delegação levanta-se dirigindo-se para o embarque. Eu volto para o antigo centro de Manágua, tentando pegar ainda uma parte da cerimônia de fundação do Partido Social Democrata, o primeiro novo partido a se lançar na Nicarágua após o triunfo sandinista. Significativamente, um partido burguês. A burguesia também se movimenta aos domingos. Vou de táxi, folheando o La Prensa dominical que acaba de chegar ao aeroporto. A manchete principal fala do convite de Carter à Junta: A página 2, inteira é uma homenagem a Pablo Neruda, morto seis anos antes, nesse mesmo dia 23 de setembro - **"sacudido por la vorágine que ahogó en sangre el proceso revolucionario del pueblo chileno, presidido por Allende, Neruda, com quien dijera Miguel Angel Asturias, "murió de dignidad nacional"**.

Fué quando em tierra nuestra se enterraron las cruces, se gastaron, inválidas, profesionales Llegó el dolar de dientes agresivos a morder territorio, en la garganta pastoril de America

Os versos que eu tão bem conhecia. Só agora me dava conta de que falavam de Sandino. A história vinha demonstrar que não fora desmesurado o espaço dedicado por Neruda ao distante herói nicaraguense em seu Canto General. Um canto inteiro contra o imperialismo, contra os yankees.

Corrieron hacia Nicaragua, Bajaran, vestidos de blanco, tirando dolares y tiros. Pero allí surgió un capitán que dijo: no, aquí no pones Tus concesiones, tu botella. (...) Augusto C. Sandino se llamaba Y en este canto quedará su nombre estupendo como una llamada. (...)

Sandino colgó a los intrusos. Los heroes de Wall Street fueron comidos por la ciénaga, un relampago los mataba, mas de un machete los seguía, (...)

Sandino estaba en silencio, en la Plaza del Pueblo, en todas partes estaba Sandino, matando norteamericanos



«os sandinistas vão por etapas. É uma velha tática: não fazer tudo de uma vez; vão solapando pouco a pouco. Mas nós vamos estar vigilantes para que se cumpra a plataforma básica do governo provisório, que já está sendo violada.»

Nós nos consideramos sandinistas porque entendemos que Sandino foi um herói nacional, que pertence a todos os nicaraguenses.

Wilfredo Montalván, fundador do novo Partido Social Democrata da Nicarágua. No salão não muito grande senhoras bem vestidas, jovens de classe média, homens de pele macia e branca. Há uma fila para a assinatura do livro de fundação do partido. É notável o nervosismo, a tensão nas fisionomias. Música de baile é tocada alto para imprimir um ar festivo à ocasião. Montalván é jovem, 34 anos, dono de uma pequena gráfica. Foi preso nove vezes durante a ditadura somozista. Agora foi obrigado a apagar o adjetivo "sandinista" que havia colocado no nome do partido (Partido Social Democrata Sandinista), pelo decreto da Junta que reservou exclusivamente para a Frente Sandinista de Libertação Nacional e suas organizações, o uso da expressão "sandinista". A burguesia, é claro, tenta dar o seu conteúdo de classe à cultura "sandinista", que começa a nascer.

#### PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA DECLARACION DE PRINCIPIOS

El Partido Social democrata es una organización democrática anti-imperialista y revolucionaria, que busca la eliminación de la explotación del hombre mediante la satisfacción de las necesidades humanas dentro de un orden pluralista y de amplias libertades públicas...

El Partido Social Democrata persigue liberar a nuestro pueblo de la dependencia económica de una minoría que posee y controla los medios de producción. Opta por cambios estructurales en todos los ordenes...

El Partido Social Democrata hace su próprio el ideário del general de Hombres Libres, Augusto Cesar Sandino, porque está convencido de su orientación pluralista, democrática, revolucionaria y anti-imperialista...

O programa é extenso. E a palavra "sandinista" aparece muitas vezes borrada com tinta mágica. Quando chegou a proibição da Junta, o programa já havia sido mimeografado.

— Aceitamos a decisão da Junta como imposição, mas não concordamos com ela. A própria Junta havia dito que todo o povo era "povo de Sandino." Montalván fala aos solavancos tentando vencer o barulho.

— Tivemos grande receptividade. Já recebemos convites para aparecer em 12 departamentos. Aqui, hoje vieram mais de 400 pessoas. Já há milhares de afiliados.

Peço a Montalván que fale um pouco sobre o processo político.

— Vejo a situação muito obscura. Nos últimos sessenta dias aumentaram os sintomas de que os sandinistas tendem a querer instaurar um sistema totalitário. Por exemplo, a criação da central única de trabalhadores, a futura criação do partido sandinista, quando já existe a polícia nacional sandinista, o exército sandinista, a força aérea sandinista. Estamos pedindo que a Junta fixe um prazo para sua extinção mas ela recusa-se. Propusemos três anos de prazo.

Em tom mais grave e reservado:  
— O que se passa é que eles vão por etapas. É velha tática; não fazer tudo de uma vez; vão solapando pouco a pouco. Nós vamos estar vigilantes para que se cumpra a plataforma básica do governo provisório, que já está sendo violada.



O general dos homens livres

Pergunto se esse "nós" representa um grupo político organizado há muito tempo.

— Somos um grupo de jovens que combate Somoza há muito tempo e sempre fomos social-democratas. Vislumbramos que o futuro da Nicarágua oscila entre duas correntes, o marxismo-leninismo e a social-democracia.

— Como essas correntes aparecem na Junta?

— Na Junta acreditamos que contamos com o apoio de Violeta Chamorro e Alfonso Robello. Por outro lado, um setor muito importante da Frente Sandinista em que predominam os terceiristas, é favorável ao caminho social-democrata proposto por nosso partido.

Defronte ao salão, sob uma árvore gigantesca, no terreno baldio, dois soldados discutem com alguns dos fundadores dos novos partidos. Falam todos ao mesmo tempo.

— O que se passa é que tem um monte de gente morrendo de fome porque a economia não se mexe, e quando a economia não se mexe não há trabalho e vamos todos comer merda.

— Por qualquer coisa hoje se interrompe o trabalho. Fomenta-se a luta de classes o ódio entre as classes.

— Eu acho que os objetivos políticos tem que se subordinar aos ditames da insolvência econômica. A triste realidade é que hoje não há confiança dos investidores e portanto não há investimento, e sem investimento não vamos gerar divisas para comprar os carros, os tratores, as colhedoras, tudo isso que precisamos e que não produzimos na Nicarágua.

— A Nicarágua sempre foi dependente, e não é fácil passar por um guerra.

O soldado tenta rebater os argumentos mas é sobrepujado com facilidade pelo poder de articulação verbal dos outros. A maioria são pequenos empresários.

— Ontem eu estava indo para Jinotega e viajei com um garoto, armado de fuzil e tudo, não era mais do que um garoto e sabem o que ele me disse? Disse que aqui vamos para um socialismo radical, e que isso de eleições como na Costa Rica, não serve para nada, porque o sufrágio universal está em decadência.

— A Frente é a vanguarda, certo...

— Eu, para vender um terreno, tenho que pedir autorização ao CDS; para viajar tenho que pedir o visto do CDS. Há uma semana preciso ir ao Panamá e nada, o pedido nem foi discutido, quando mais chegar ao comando. Digo a vocês uma coisa, amanhã eu vou lá e se não sair essa porcaria de visto eu me declaro auto-réu, digo que me investiguem que digam qual é o crime que pratiquei.

— Vocês sabem que a contra-revolução está infiltrada em toda a parte, porisso é preciso investigar.

A discussão aos poucos torna-se mais calma. O soldado enfim encontra uma conceituação aceitável por todos:

— O nosso povo fez a guerra e venceu, mas não está acostumado ao jogo político. Porque nunca teve liberdade para se educar politicamente. De forma que todo nicaraguense responsável deve tomar a si a tarefa de conscientizar o povo, porque se não nunca vamos conseguir nada.

Os outros concordam.

— Ademas, temos que lutar contra todos os vícios que quedaran del regimen anterior.

Almoço numa cervejaria perto do bairro Bologna 2. Bologna 1 é bairro burguês. Bologna 2 é muito pobre uma enorme favela, com seis mil habitantes.

«Os trabalhadores e os camponeses são as classes dominantes, a classe que tem que governar. Por que são eles que constroem, que criam, que fazem mover a fábrica. E tem que permanecer unidos, para que o programa dessa Revolução se cumpra.»

Ali houve muita luta durante a insurreição e muitas mortes. Na cervejaria um tipo bem falante me conta a complicada história de seus dois casamentos e 11 filhos. Entre cervejas e ovos de tartaruga, (o tira-gosto nacional), ele faz um balanço da revolução.

— Los ricos tienen miedo. Los pobres no tienen miedo pero están quebrados; los ricos no están quebrados pero tienen miedo; esta es la contabilidad del país.

O tipo já está meio bebado. Rimos.

Da cervejaria saímos caminhando uma boa distância. Procuro um Comitê de Defesa Sandinista, e acabo encontrando um "encarregado de abastecimento". Cada CDS tem encarregados eleitos pelos moradores do bairro, para diferentes tarefas, como limpeza, saúde, abastecimento.

— Fui eleito pelas 34 famílias deste quarteirão. Renê Usedas Corea, 35 anos, seis filhos. Tipo magro, sofrido. O lugar é extremamente pobre. Barracos de madeira; as crianças brincam na terra. A rua foi varrida e está enbandeirada; debaixo de uma árvore na entrada do acampado, há um jazigo com flores semi-murchas. O sujeito dispõe-se a me levar até o encarregado geral do setor, que compreende vários ajuntamentos como aquele, e quarteirões, num total de 29 quadras. No caminho se queixa.

— Em todas as reuniões dizem que no CDS não se pode protestar porque o protesto é contrarevolucionário. Então não falamos mais em comida.

Os altos cargos continuam sendo dos ricos e eles não sabem o que é fome.

Diz que foi despedido do Instituto Nacional do Comércio depois que a Junta tomou posse. Era carregador.

— Por todo lado procuro emprego e não há.

Fico imaginando que era um tipo servil, ou qualquer coisa, que agora está na pior porque não prestava.

— Todos los empleados son los mismos, apenas lo gerente. Alejandro Martinez fue cambiado.

Diz que apenas uma vez o CDS distribuiu comida. Foram 5 quilos de arroz, meio litro de azeite, e meia libra de sal.

— Passamos dias sem comer.

Chegamos a uma quarteirão bem ajeitado, casas de alvenaria, quintais com árvores de fruta já crescidas, ruas alinhadas.

— Aqui, 40 por cento das casas são de madeira. E pequenas, insuficientes. Os moradores em sua totalidade são trabalhadores, a maioria da indústria, só uns dez por cento do comércio. Mas agora não há trabalho. As pessoas estão sem trabalho.

Eduardo Rodrigues, mestre de obras. Gordo, na casa dos 50 anos. Conversamos no pátio da casa. Estranho que seja encarregado do CDS. Diz que não lutou na insurreição, nem seus filhos lutaram. Foi eleito pelas 29 famílias do quarteirão.

— Como membro do CDS eu passo a ser membro do movimento sandinista, claro. Peço que fale um pouco do CDS e da Revolução.

— Penso que a revolução foi feita pelo povo e temos que cooperar com o governo. Mesmo porque todo mundo está de acordo com a revolução e com o governo.

O meu acompanhante, que se queixara abertamente há pouco, fica quieto. Pergunto se é fato que o povo está passando fome.

— Há bastante escassez de comida. O que se passa é que as pessoas não saem por aí pedindo



As bandeirolas indicam que esta rua será reabilitada no domingo.

comida, mas que sofrem necessidade sofrem; tanto assim que vivem perguntando ao CDS quando é que vão ser distribuídos mantimentos do novo.

De Zamora vou de ônibus a Masaya, onde está programada uma reunião na Central Sandinista de Trabalhadores. Em toda a parte há reuniões sindicais, formam-se novos sindicatos, sindicatos velhos são reativados. No ônibus vou folheando o Barricada, que traz um artigo triunfalista sobre os CDS:

#### NOTICIA DE JORNAL BARRICADA OLHOS E OUVIDOS DA REVOLUÇÃO O QUE SÃO OS CDS

A participação dos CDS dirigidos pela vanguarda do povo, a FSLN, foi muito importante para a insurreição vitoriosa do povo sandinista. HOY SON MAS NECESARIOS DO QUE NUNCA

Organizando el CDS vamos organizando o poder popular, isto é, as massas vão criando seus próprios meios para resolver seus problemas políticos sociais e econômicos.

Para um povo em revolução o mais importante é se organizar, porque por maior que seja seu entusiasmo, seu espírito combativo, se não está organizado, unido, suas forças não se coordenam...

CADA HOMBRE CADA MUJER CADA JOVEN DEBE ORGANIZARSE DONDE TRABAJA DONDE ESTUDIA, DONDE VIVE. ORGANIZARNOS PARA VENCER.

O artigo relaciona as várias tarefas propostas para os CDS, e como eles se organizam por quarteirão ou grupo de casas. Cada grupo de 15 CDS formam um Conselho da CDS encarregado de coordenar as atividades de toda a área compreendida. Os Conselhos formam comitês de comarca, e assim por diante. Os representantes são sempre eleitos por voto popular.

— Nesta etapa da revolução, temos a tarefa da reconstrução material, no sentido de que temos que construir moradias, reconstruir os meios de produ-

ção, consertar as estradas. Nesta etapa também estamos instituindo os organismos que vão dirigir a política econômica, a política de exportação e importação, a política habitacional, a política educacional.

Sindicato dos trabalhadores em Masaya. Sala pequena, umas setenta pessoas, desacomodadas com esse tipo de reunião, ouvem atentamente o orador. Na primeira fileira muitos estudantes tomam notas. Nos fundos o quadro negro anuncia uma série de "charlas" sobre os princípios da teoria marxista." O orador é um advogado de 55 anos, Henrique Aleman Flores. Fala pausadamente, um discurso longo, previsível, que começou no império espanhol, para chegar muito vagorosamente no "imperialismo yanque", e depois nos problemas da reconstrução.

— O somozismo não educava, não dava uma educação consequente com o desenvolvimento nacional, era a educação imposta pelo imperialismo.

Uma educação com a qual não concordavam os trabalhadores intelectuais, o povo nicaraguense. Portanto, a tarefa de reconstrução, nesta etapa

revolucionária, inclui a revolução no ensino, dando ao ensino seu conteúdo de classe.

O discurso é construído com lógica, didático. O advogado é obviamente um velho militante de esquerda, ortodoxo. Talvez em toda a sua vida, seja essa a primeira vez que possa fazer esse discurso em voz alta.

— Os trabalhadores e camponeses são a classe poderosa, porque é a classe que constrói, é a classe que cria, que faz mover a fábrica a classe dominante, a classe que tem que governar. Os trabalhadores das fábricas e os camponeses que produzem a terra, tem que permanecer unidos, para que o programa desta Revolução se cumpra.

A palestra aproxima-se do fim.

— El sindicato es el baluarte del proceso revolucionario. Todo trabajador, todo camponés deve se organizar em um sindicato. Deve-se promover a coordenação e a comunicação entre todos os sindicatos; o sindicato organizado e forte nesta etapa do processo revolucionário é fundamental para que o programa da Revolução seja cumprido. Porque a Revolução já está sendo lesada, dentro e fora da Nicarágua. Os setores reacionários, os setores capitalistas, que estão sendo prejudicados pelo processo revolucionário, que já não podem explorar à vontade a classe trabalhadora, já estão fazendo a contra-revolução. O imperialismo já começa a manobrar contra a nossa Revolução.

Dois garotas distribuem cópias mimeografadas do manifesto comunista. Apresso-me para tomar o ônibus de volta, antes do toque de recolher, e de fato acabo apanhando a última jardineira. Quando chegamos em Manágua, já é noite; dos lados de Montoya ouvem-se tiros. Tomo uma última cerveja antes de dormir. A cervejaria já está baixando as portas, com o toque de recolher. Um bebado faz um longo discurso para um auditório imaginário:

— Esta revolución, sy me dá la capacidad de decir-lo es un proyecto. Yo digo que es un proyecto. Un proyecto de alimentar a un niño para que crezca bien, para que sea sano y que sea gordo. Este es la revolución.

O "marxismo ocidental", ou ...

## Marx encantando os saraus da burguesia

Hoje, é moda a burguesia se divertir e dar mostras de erudição em torno a um novo tema: Marx. Seu prato predileto não é, obviamente, o "espectro vermelho" que rondava a Europa no século passado e começos deste. Mas sim o "marxismo ocidental" cevado por décadas nas universidades e longe da política. Como foi possível produzir, vender, e agora consumir, esta extravagante mercadoria?

Por Voltaire Schilling (\*)

Qual a razão do crescente hermetismo dos textos marxistas? Quais os postulados que regem o marxismo contemporâneo? Como se deu este enorme distanciamento entre a teoria socialista e a prática da classe trabalhadora?

Uma saudável resposta a essas questões foi elaborada por um dos principais colaboradores da New Left Review, Perry Anderson, num pequeno-grande livro: "Considerations ou Western Marxism" publicado faz três anos em Londres.

Dividido em cinco capítulos, Anderson aborda sinteticamente o que denomina a tradição clássica do marxismo e estabelece suas diferenças para com o "marxismo ocidental", sobre o qual recaem suas atenções.

O que haveria de comum entre os "pais fundadores", Marx e Engels, com a segunda (Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhanov) e a terceira geração de marxistas (Lenin, R. de Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrazhensky e Bukarin)?

Anderson observa que seus trabalhos teóricos estão intimamente ligados com a prática revolucionária e a organização das massas. Todos eles militavam ou lideravam partidos e participavam ativamente das Internacionais. Sua preocupação não era somente lançar as bases de uma nova concepção de sociedade como aprofundar o estudo do capitalismo paralelamente ao trabalho de estabelecer uma estratégia de tomada do poder pelo movimento das massas. A estratégia e a tática são o centro dos seus ensaios periodísticos e a polêmica fazia parte do seu cotidiano. Foram célebres as de Marx com Proudhon e com Bakunin e Engels contra Dühring, etc. A erupção do revisionismo de Berstein atendeu a artilharia dos "puros" — de Rosa de Luxemburgo a Lenin, não se omitindo Plekhanov. Sem contarmos as toneladas de panfletos, artigos e ensaios extremamente criativos provocados pela cisão da social-democracia russa, em bolcheviques e mencheviques a partir de 1903. O caráter internacionalista dos clássicos era predominante. Qualquer cisma interno automaticamente desencadeava a participação ativa de todos.

Descontando-se os notáveis trabalhos científicos, como o "Capital" de Marx, o "Capital Financeiro" de Hilferding, a "Acumulação de Capital" de Rosa de Luxemburgo ou "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" de Lenin, os clássicos tinham um extraordinário domínio da abordagem jornalística e o dom de transmitirem complexas análises da realidade histórica do capitalismo em linguagem acessível. Conjugavam simplicidade e profundidade.

Qual melhor prova disso que o "Manifesto" de 1848, ou o "Dezoito brumário"? Ou "A situação da classe trabalhadora" de Engels? Ou a gênese do bolchevismo exposta por Lenin no "Que fazer?" Ou a vigorosa prosa política de Trotsky que irá maturar nos anos posteriores da Revolução, premiando a moderna historiografia com sua insuperável "História da Revolução Russa"?

Enfim, conviviam harmoniosamente com o científico e seu talento de divulgação. O aforisma da



"prática teórica" lhes era absolutamente estranho.

A trajetória daquilo que Anderson denomina "marxismo ocidental" é totalmente distinta. Esboçando-se na década dos anos vinte, o marxismo ocidental se estruturará num outro contexto. Observa-se o abandono da temática político-econômica e uma aproximação com a filosofia. Novas abordagens são introduzidas, transcendendo da infraestrutura para os aspectos superestruturais (estética, arte, crítica literária, ...ou do gosto, sexualidade, alienação, etc.)

A polêmica intra-partidária cedeu seu lugar para o debate com o pensamento burguês. Procurou-se antecipadores filosóficos de Marx. Joga-se o jovem Marx contra o velho e vice-versa. Outros abominam Hegel e privilegiam Kant, quando não Fichte e outros idealistas alemães menores.

A Escola de Frankfurt (Marcuse, Adorno, Benjamin, Horkheimer) utiliza-se do marxismo para compreender o capitalismo; como uma "Teoria Crítica da Sociedade", não mais para transformá-la. O caráter internacionalista dos clássicos terminou substituído por "igrejinhas", denunciando seu "provincianismo" segundo Anderson. A polêmica praticamente morreu, ou apenas surge como um epifenômeno. O "marxista ocidental" geralmente não toma conhecimento dos trabalhos fora do seu universo de atuação teórica. De certa forma nos parecem uma ressurreição dos "socialistas de cátedra" novecentistas. Apartados das massas, seu público limita-se ao mundo estudantil e a inteligência radicalizada.

Em síntese, os trabalhos de Colletti, Althusser, Marcuse, Adorno, Della Volpe, Lefebvre, e outros não alteram nenhum milímetro sequer as estraté-

gias e táticas dos movimentos populares. Sua própria prosa, obscura e esotérica os impede de obter resultados políticos profícuos. Tornaram-se prisioneiros de sua gramática, de sua "prática teórica". Seus epígonos, embrenharam-se pela estrada do marxismo talmúdico, onde a citatologia, ou um .not d'esprit, reduziram Marx a um pensador que encantaria os saraus da corte de Justiniano em Bizâncio.

Como pode ocorrer tal transformação? O que se passou com o marxismo ocidental nesses cinquenta anos? Naturalmente que Perry Anderson não cai no erro de apontar essas transformações como fruto do voluntarismo desses intelectuais. Foram fatores históricos que determinaram essa trajetória. E quais foram eles?

Em primeiro lugar, o fracasso da Revolução no

Ocidente. As sucessivas derrotas porque passaram os movimentos socialistas (Alemanha em 1919 e 1923, Hungria em 1919 Itália em 1921/2, Espanha em 1936) abriram a estrada para a reação fascista. De 1922 a 1939, Mussolini, Hitler, Franco, Salazar, Horthy, Pilsudski e Dolfuss, esmagaram definitivamente a possibilidade das esquerdas chegarem ao poder — mesmo pela via reformista.

No período do pós-guerra, a pujança militar e econômica norte-americana propiciou a restauração capitalista na Europa destrozada, evitando a vitória das esquerdas. Seguiu-se um período de extraordinária e desconhecida expansão do capitalismo (a época dos "milagres") que só recentemente dá sinais de exaustão.

Paralelamente a esse processo, o stalinismo inviabilizava qualquer margem de atuação independente dos quadros da IIIª Internacional ou dos interesses diplomáticos da URSS. A estratégia do "socialismo num só país" teve como contrapartida a paralisação da prática teórico-revolucionária no exterior.

Apartados das massas e das lideranças partidárias, os marxistas ocidentais embrenharam-se numa espécie de "marxismo pelo marxismo", reduzidos ao circuito universitário e aos cursos de pós-graduação.

O começo da crise do sistema capitalista é sinal de que o marxismo começará a sofrer novas transformações. Anderson é otimista prevendo para breve a retomada da sua vocação histórica — isto é, a junção da teoria com a praxis revolucionária, dotando-o a responder aos grandes desafios da nossa época.

(\*) Voltaire Schilling é professor de História Contemporânea no Rio Grande do Sul.

## EM TEMPO

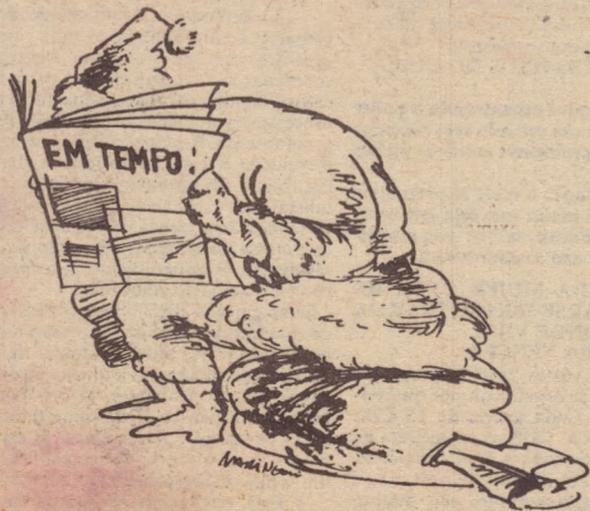
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Gula, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Ali, Tom Duarte. — Suplentes: Lucil Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.  
DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.  
EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.  
DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARIE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Pappi.  
SUCURSALS: BELO HORIZONTE — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Tel: 335-7773;  
PORTO ALEGRE — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; RIO DE JANEIRO — Praça do Botafogo, 316, sala 209; SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44; FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel: 226-8004.  
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel: 278-9010.

Rya Matheus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo CEP: 05415

Telefones: 280-4759 — 853-6680



Nesse natal dê EM TEMPO de presente até para você mesmo!

1 assinatura = Cr\$ 800,00  
2 assinaturas = Cr\$ 1.200,00  
3 assinaturas = Cr\$ 1.500,00

Estou enviando o cheque nº ..... do banco ..... por ..... assinaturas anuais, em nome da Editora Aparte S/A — Rua Mateus Grou 57 — CEP 05445 — São Paulo SP (Fones: 280-4759 e 853-6680). Em anexo, envie os dados abaixo referentes a cada assinante em separado — Nome/profissão/endereço/(Rua/bairro/cidade/Estado/CEP)

E não perca o número especial de 20 de dezembro. São 32 páginas contendo coisas incríveis!

# O boom da imprensa nanica

Nesse ano que passou, a imprensa de esquerda definiu-se claramente quanto aos matizes políticos de cada jornal. Novas publicações surgiram nas bancas e nas bocas, embora continuem ainda nanicas e limitadas em sua penetração.

Por F. Pereira

Nanico é o contrário de grande. Sinônimo de anão. Adjetivo inseparável do substantivo banana. E é também o qualificativo com o qual o escritor João Antonio — com uma dose dupla de irreverência e carinho — batizou os jornais oposicionistas que começaram a proliferar nas bancas após 1977. Nanico pelo porte tablóide, pela carência de dinheiro, e sobretudo, na identificação com os mais fracos. O oposto da imprensa grande.



A situação deste tipo de imprensa mudou desde a época em que João Antonio resolveu botar-lhe o apelido. E, o ano de 79, inaugura uma nova etapa na sua história, uma história cheia de atropelos que já motivou até teses acadêmicas de mestrado.

No começo do ano, o apocalipse ameaçava a imprensa nanica. Várias correntes de esquerda diagnosticavam um estado de coma nos pequenos jornais, numa lógica irreversível — com os ventos da abertura, a amplitude cada vez maior dos movimentos de oposição e as novas existências da conjuntura nacional, estaria esgotado o papel de órgãos como Movimento e Em Tempo, pelo menos enquanto jornais que destinavam-se a um público mais iniciado na militância política de esquerda.

Entretanto, este raciocínio catastrofista não encontrou guarida nos fatos. O que se viu ao longo de 79 foi uma espécie de boom da imprensa nanica. Novos títulos entraram regularmente nas bancas e na praça: **Enfim, Hora do Povo, O Companheiro, Tribuna Operária, Ponto de Partida**. Outros, já existentes, estreitaram sua periodicidade, como **O Trabalho** e o **ABCD Jornal**. Ressurgiram



alguns títulos que andavam fora de circulação como **O Trabalhador** e **Convergência Socialista**. Experiências fugazes, do tipo de **Rio Grande** e o **Bloco** deixaram um sabor de quero mais. Além disso, continuam regulares muitos dos membros da tradicional família nanica (**Pasquim, Repórter, Movimento, Coojornal, Em Tempo**, etc.). E o fôlego ainda não mostrou suas sete faces: para breve está previsto o lançamento de **A Voz da Unidade**, que terá em seu quadro de colaboradores diversos membros do Comitê Central do PCB. Esses são dados suficientes para reverter as expectativas dos pessimistas de sempre e de ocasião.

Ao lado do diagnóstico apocalíptico que se fazia, argumentava-se também que o desdobramento da imprensa sob a égide da abertura controlada seria evidentemente a inauguração de uma fase retumbante para jornais que atingissem 30, 50 e até 100 mil leitores. Bastava evitar o sectarismo grupista, aliar-se o mais amplamente possível, de preferência ao MDB, e veicular as posições verdadeiramente populares, que os últimos suspiros dos agonizantes nanicos seriam substituídos pelo cacarejo matinal de uma vibrante imprensa de massas. O avanço do movimento popular absorveria com naturidade o seu legítimo porta-voz. Mais uma vez, essa idéia não vingou ao longo de 79, comprovando que o ufanismo não é exclusividade da direita conservadora (na esquerda recebe o rótulo de triunfalismo).



Na verdade, embora tenham se multiplicado exponencialmente os títulos, não houve uma correspondência na vendagem e na penetração dos jornais de esquerda. Os nanicos continuaram nanicos. Quem já vendia bem (**Pasquim, Repórter, Coojornal**) continuou vendendo bem, dentro dos parâmetros também nanicos. O resto vende ainda muito pouco, sem passar da faixa dos 10 mil exemplares, no caso de bancas. O hábito de compra e de leitura de jornais por parte do povo não é determinado (felizmente) pelo grau de jactância e arrogância da corrente de esquerda que produz o periódico — não basta dizer que a nossa linha é a mais correta, para que um semanário esgote nas bancas. Se esse raciocínio fosse válido, **Estadão, Globo** e **O Dia** deveriam ser glorificados no altar da marcha ao socialismo.

Se a imprensa nanica experimentou um novo e vigoroso surto, quais são as características marcantes dessa fase de 79? Em primeiro lugar, o estabele-



cimento de matizes claros e contornos políticos bem definidos. Hoje, praticamente já existe um jornal para cada paladar ideológico, no aspecto de correntes da esquerda tupiniquim. Por bem ou por mal, o que se verificou foi um esgotamento não da imprensa nanica, mas das frentes políticas que vários títulos representaram.

O saudoso semanário **Opinião**, talvez o mais importante jornal de oposição da década, era uma espécie de coração de mãe: abrigava a todas as tendências. **Movimento** fez um ligeiro corte, mas, nos seus primeiros tempos, também se aproximava da frente retona: sempre cabia mais um. **Em Tempo** é um capítulo decisivo no caminho da fixação dos matizes, agrupando o que na época se chamava de «esquerda socialista». Assim, enquanto caminhava para frente o movimento de oposição, num ritmo crescente, verifica-se nos jornais da esquerda uma impossibilidade de convivência entre os parceiros das diversas frentes formadas. Ou melhor, o mesmo processo de estabelecimento de divisores de água que gerou por exemplo, cinco chapas nas recentes eleições para a UNE, ou pelo menos quatro alternativas partidárias egressas da oposição que se aglomerava no MDB, reproduziu-se inevitavelmente na imprensa nanica.

Qualquer julgamento dessa nova fase que enfatiza a busca de uma resposta à indagação «isso é bom ou isso é mau?» é uma ingênua briga com uma realidade mais que irreversível, no seu conjunto. Os matizes vieram para ficar — são uma decorrência política saudável dos novos tempos que começamos a viver. Também não dá mais para cogitar daquelas antigas propostas: «por que não se juntam todos os nanicos e fazem um grande diário?», em geral acompanhadas de algo cândido como



«eu não consigo perceber as diferenças entre um e outros».

Ora, se tomarmos o principal pomo da discordia atual, que é a reordenação partidária, constata-se que há tantas posições diversas e inconciliáveis quanto o número de jornais à disposição nas boas bancas de revista. Além disso, já imaginaram uma reunião entre Raimundo Pereira, Armeônio Guedes, Paulo Moreira Leite, Ivan Lessa, Flavio Andrade, Tarso de Castro, Julio de Gramont e Jorge Pinheiro, para discutir um «jornal unitário»? Não passaria da discussão da pauta da reunião — rachariam antes!

Mais que lamentar essas cisões na imprensa nanica, é preciso compreender que elas são uma condição necessária para o que, na falta de outra expressão, poderia ser qualificado de fortalecimento da sociedade civil. Cada corrente política, particularmente nesta análise as de esquerda, devem ter o direito reconhecido e assegurado de dizer o que pensa, através de um jornal. Elementar, não? Se os frentões entre as correntes de esquerda saírem de moda, é ilusão querer frentões para fazer jornal. Para quem se interessa em ficar bem informado sobre o ponto de vista das esquerdas, não adianta choramingar, tem mais é que desmembrar semanalmente uns Cr\$ 300 para comprar a saravada de nanicos. É o ônus da abertura.



Uma segunda característica, essa sim negativa, é que nesse boom quem perdeu foi o jornalismo, entendido como uma atividade que se sustenta na descrição da realidade, das conexões entre os fatos, na cobertura do cotidiano (é claro que sem neutralidade, mas a partir de um ponto de vista ideológico qualquer).

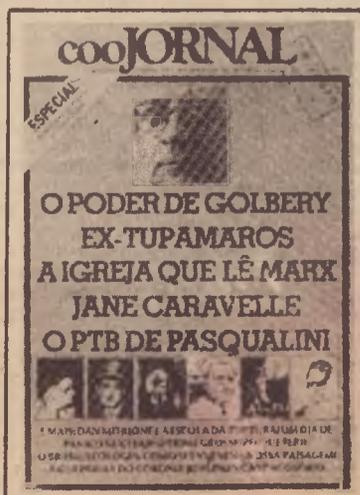
Nessa etapa que se abriu agora para a imprensa nanica, continua prevalecendo mais a máxima: «não me venha com seus fatos, que eu já tenho as minhas idéias». O noticioso cede lugar ao opinativo. E quem perde é o leitor, que no caso destes periódicos em geral já tem opinião própria, formada. Esse fenômeno ocorre em graus variados e alguns escaparam a ele, como **Repórter** e **Coojornal**. Muitos, entretanto, aproximaram-se mais da imprensa partidária, uma espécie de porta-voz oficioso daquela corrente política que lhe dá sustentação e vida. Há menos preocupação em revelar fatos novos, os ângulos novos de fatos corriqueiros, e mais a ênfase no comentário idiossincrático (argh!) dos fatos que chegam até a esquerda via imprensa burguesa. Mesmo aqueles eventos que a grande imprensa não cobre, ou cobre sem destaque, a saber, os movimentos populares, os nanicos fornecem mais análise do que pro-



priamente fatos para propiciar uma análise. Exemplo: o leitor que quiser saber o que se passou num congresso da carestia, as polêmicas, as resoluções, o clima, terá que assisti-lo de corpo presente, pois a grande imprensa fará uma cobertura pífia e os nanicos meterão o pau no Figueiredo que-não-resolve-o-problema-da-panela vazia, dirão que o povo-demonstrou-que-unido-jamais-será-ven-cido, e coisas do gênero.

Em alguns casos, trata-se na verdade da falta de estrutura jornalística — um periódico de cobertura (mesmo de esquerda) demanda recursos e profissionais, hoje fora do alcance da pobreza de Jó em que se encontram as «empresas» que produzem estes nanicos. (Uma equipe como a de **Opinião** ou de **Movimento**, nos primeiros tempos, está longe ainda de ser recomposta). Em outros casos, a ausência de jornalismo é uma opção consciente, em geral traduzida na visão de que «jornalismo é coisa da burguesia». O mesmo se pode dizer quanto aos aspectos técnicos da linguagem — há aqueles que preferem, para maior eficácia de comunicação, um maior refinamento no uso da chamada língua pátria (o que não quer dizer intelectualismo ou erudição) e há os que acham que quanto mais raiosos, mais mal-humorado e mais grotesco for o português, mais certo se trilhará o caminho revolucionário.

Numa avaliação da imprensa nanica, o ano de 79 significará um lixo para aquelas correntes que se consideram condutoras iluminadas e exclusivas da trajetória concreta e consistente rumo à democracia e ao socialismo. Mas, para aqueles que acreditam que esse caminho pressupõe o concurso e a intervenção de todo o espectro da esquerda (existente e em vias de surgir), 79 foi um período rico e fértil, quem sabe um bom prenúncio para os anos oitenta.



**F**ilosofia: uma reflexão consumida ou um artigo fora-de-moda? Depois de 1968 as universidades brasileiras sofreram um grande expurgo em quase todas as áreas, desde a Medicina, passando pela Física e terminando, com todo furor, na chamadas ciências humanas. Nessa última área estava a Filosofia, e curiosamente (ou não) foi esse o campo mais afetado pelos tempos memoráveis de Gama e Silva, um dos "duces" do novo regime. Da Universidade de São Paulo quase nada sobrou, a não ser alguns heróicos combatentes. Da Universidade do Rio Grande do Sul não sobrou nada. E o ritmo foi esse.

Em São Paulo alguns núcleos de pesquisa se formaram e passaram a funcionar à semelhança da universidade. O CEBRAP foi o primeiro, o CEDEC depois... Hoje, dizem, os tempos são outros. Muito bem. Então, como andam as

ciências, especificamente a cantada musa, a Filosofia? Foi entrevistado o Professor Gerard Lebrun, que ensina em Aix-en-Provence, e atualmente faz parte do quadro de ensino da USP e da UNICAMP; foi feita uma mesa-redonda com professores de filosofia que trabalham em instituições não oficiais. São perspectivas que se apresentam, por vezes, convergentes, por vezes, não, o leitor poderá tirar suas próprias conclusões. A Filosofia no Brasil, afinal, é um artigo de antiquário, guardada carinhosamente por alguns estranhos espécimes, a portas fechadas? Ou, após o "milagre" brasileiro, nossa cultura abre as portas ao consumo de uma "literatura de idéias", dando o golpe de misericórdia aos antiquários preciosos? Se o Brasil — cuja tradição filosófica é inexistente se pensada fora das instituições — entrou, de uns anos para cá, na tal da "modernidade", o movimento

editorial deve estar bem ansioso para colocar-lhe as mãos. Aliás, parece que isso já vem acontecendo. A Editora Abril, via Coleção Pensadores, tem seduzido esse "novo público" publicando Platão, Aristóteles, Rousseau, Hegel... (até Epicuro e Lucrécio, que dificilmente chegam aos ouvidos dos jovens universitários de filosofia).

O jogo do capitalismo abriria espaço às ciências humanas e à filosofia, no mais límpido estilo social-democrata? Todos poderão ter seu Platão em casa, ler seus diálogos, mesmo que no minuto seguinte tenham que colocar um terno e uma gravata e ir até o banco operar com uma máquina calculadora? Nessa linha viria, ao que dizem, a volta da filosofia ao secundário. Como ela volta? Com o status de "nouveau riche"? O artigo fora de moda, a ser consumido, teria que passar por uma estratégia de "marketing"? Poder-

-se-ia pensar que a produção filosófica aqui nestas plagas, já teria conseguido superar-se enquanto "saber filosófico puro" e teria arregaçado as mangas e enfrentado o campo de significação que a circunda. Desse modo, teríamos a possibilidade "produzir" intelectuais de altíssimo nível que "produziriam" uma reflexão original, e não importada. A Filosofia, assim, longe de estar em crime (como está no mundo), estaria, no Brasil, em pleno viço.

EM TEMPO — Cultura abre à discussão esse assunto, prometendo entrevistar, ainda, os Profs. Arthur Gianotti e Bento Prado Jr. (afastados da universidade em 68) que terão, sem dúvida, muito a nos dizer. Finalmente, não podemos nos queixar: hoje, estamos com nosso Platão, Descartes, Kant, etc., a embelezar nossas estantes, comprados na banca de jornal da esquina. (R. de A.).

## As incertezas da Filosofia

Quatro professores de Filosofia, que ensinam fora da área universitária oficial, debatem a relação entre Filosofia e poder desde sua origem, e a ação efetiva da produção filosófica e do ensino nas universidades.

São eles Celso Favaretto (Faculdade Medianeira e PUC), Francisco Benjamin de Souza Netto (Medianeira e FAI), Roberto Romano (Medianeira e UNESP) e Urias Corrêa Arantes (Medianeira e PUC)

**EM TEMPO** — Como vocês vêem a situação da Filosofia, hoje, se comparada com a de outras épocas?

**BENJAMIN** — Na Idade Média abria-se um espaço para a filosofia no interior do próprio discurso cristão: é ela a sua grande articuladora. Historicamente ela é vista como uma de suas preparações. Santo Agostinho dizia que a Filosofia é um seio a que nenhuma idade quer renunciar. No século XII, tanto os dialéticos quanto os anti-dialéticos rejeitaram a Filosofia, e para sobreviver ela se submeteu à condição de serva. Claro que por detrás desta disputa há toda uma política, e na origem a luta não se trava entre filósofos e não filósofos, mas entre o discurso de poder do bispo e o do teólogo. Por razões de segurança, o teólogo não pode reivindicar um saber superior ao do bispo e vai se defender no nível da articulação do discurso, o que será dado pela Filosofia. O discurso do bispo é o da autoridade, e portanto o teólogo não pode reivindicar um discurso da verdade. Ele se ergue, então, fora dessa esfera que deve ser superada. Aí é que se inscreve o espaço para a Filosofia. Desse ponto-de-vista, para muitos autores da época, mesmo para os não-racionalistas, sem o filósofo permanecer-se-ia estacionado no domínio da autoridade: assim, a teologia medieval dos compêndios vai depender diretamente de uma sujeição às exigências da Filosofia como serva. A posição da Filosofia era, portanto, boa, se comparada à atual. Isso não quer dizer que a situação era ideal; talvez, se pudessem, os teólogos teriam pleiteado para ela uma posição melhor. Interessante ressaltar é que a teologia cristã preservou seu ideal de conhecimento contra a autoridade.

### A Filosofia e as outras ciências

**EM TEMPO** — Haveria hoje um apelo das diversas ciências com relação à Filosofia, no sentido da busca de seus fundamentos?

**ROBERTO** — Isso seria pensar a Filosofia como mera técnica, reduzir a dialética a uma espécie de pragmática, enfim, repetir Locke e prendê-la nos limites do empirismo, transformando o "real" em físico, a política em prática, o símbolo em semiótico.

**CELSO** — Penso que os estudantes voltam a considerar a Filosofia como a única coisa que tende a dar um fundamento para as coisas. Tudo está tão fragmentado, tão intrincado e cheio de velas, que a visão tradicional da Filosofia possibilita um entroncamento. Eu tomo essa "volta" à Filosofia como um sintoma, não sei exatamente do quê. Esperam-se coisas da Filosofia.

**B** — Desse ponto de vista, dada a representação que a nossa cultura faz da ciência como algo que dispersa, o interesse pela Filosofia estaria na preocupação com a unidade.

**C** — Neste nível de sintomas culturais — o aparecimento da filosofia no espaço jornalístico, nos discursos políticos, científicos, etc — reflete que este "saber" não está dando conta de si mesmo, e a Filosofia vem como resposta à fragmentação da vida e do social.

**URIAS** — Esse renascimento do interesse pela Filosofia no Brasil — o debate público está aí, a

volta da Filosofia no curso secundário também — não tem muito a ver com a unidade, mas é o preço da perda, nas ciências humanas, de seus objetivos.

**C** — Com a fragmentação da Filosofia, que perde áreas para as ciências humanas, reacende-se, hoje, quase que seu sentido metafísico, seu ideal metafísico.

**R** — Concorro com o Celso, mas acho que isso é danoso; acho que isso aparece muito mais como a afirmação crítica de um saber que está aí. Quer dizer, há um espaço para a Filosofia dentro do saber estabelecido, mas, ao se colocar em questão seu fundamento, ela é expulsa. O que se procura na Filosofia é que ela dê a fórmula breve daquilo que o sociólogo ou o historiador teriam que dar conta. Só procuram os fundamentos daquilo que a prática social imediata exige.

**B** — É esta a posição propriamente servil da filosofia e não a ancilar (de servidão) que lhe cabia na Idade Média.

**R** — Esta é a posição que está dominando. Só se aceita a materialização do existente.

**C** — Os filósofos não podem mais realizar a unidade porque descrevem dela, e também não podem dar os fundamentos que lhes são pedidos. Daí a auto-ironia.

**U** — Acho que ao lado disso que está sendo dito, há um tipo de Filosofia que é uma espécie de "exercício de liberdade", que se pode localizar em pequenos trabalhos, na grande imprensa mesmo, e que não se confunde com esse tipo de proposta.

**R** — Penso que se exige do filósofo aquela fundamentação. A auto-ironia é danosa porque na realidade não há condições de nos voltarmos contra os pressupostos. Daí a ironia. De onde partem essas exigências? Com relação à direita, sabemos muito bem o que ela espera da Filosofia. E a esquerda? A esquerda não espera que a Filosofia diga que certos pressupostos do materialismo histórico e dialético são pura mistificação. Ao dizer que a atuação da filosofia no mundo moderno é sem maior significado, coloca-se em questão os filósofos e não o objeto ou os pressupostos: não se compra a briga. Quando a esquerda diz que tudo isso é fantasmagoria, que se trata só de malhar a direita, que o inimigo principal é, por exemplo, o imperialismo e não o stalinismo, isto é não enfrentar a briga. Sartre e Merleau-Ponty, em particular Merleau-Ponty, enfrentaram o stalinismo até com ambiguidade, para mostrar que o objeto não é monolítico.

### Liberalismo e autoritarismo

**C** — Acho que quando o historiador, por exemplo, fala na perda da função da Filosofia, é no sentido, talvez, de que as categorias filosóficas migraram para outras coisas. Então, o discurso tradicional da Filosofia, tanto quanto a auto-ironia, vem dessa dificuldade de se lidar com essas categorias que estão migrando não sei para onde; mas abre-se uma "liberdade de pensamento". É isso, talvez, que aqueles psicólogos ou sociólogos esperam das conferências de filosofia.

**B** — Quando as categorias filosóficas migram para a Ciência, a filosofia está migrando de suas condições.

**R** — Neste sentido, vejamos o que está acontecendo

no Brasil em termos de debate. Não existe nada mais autoritário do que o conceito de sociedade civil. No Brasil ele aparece imediatamente como um conceito libertário, contra o Estado. Não se pensa que é a partir das contradições da sociedade civil que se constitui o Estado, que é nela que está implicado o Estado. Não se consideram as ambiguidades e as dificuldades nessa passagem da sociedade civil ao Estado. Se o Estado é iminente a ela, por que parece vir de fora? Pretende-se uma boa sociedade civil que venha corrigir o Estado. Quem quiser criticar isso não vai poder fazê-lo publicamente. Se você o fizer, vai passar por autoritário e reacionário, por alguém que tem relações com os mantenedores do poder, ou por uma bela alma, um purista da revolução. Retomemos as discussões da época da guerra fria. A obra de Mc Pherson, que representava uma reação salutar ao anti-comunismo disfarçado da literatura ocidental, circula hoje para fundamentar a dita sociedade civil, o que é uma loucura. Um texto que tem uma origem determinada, que mostra como os valores do liberalismo são autoritários, aparece como o fundador do liberalismo contra o Estado. Então, qual o nosso papel enquanto filósofos? Ou continuamos numa corrente crítica que vai contra a corrente da história, ou seguimos, como diz Adorno, atrás dos exércitos mais fortes. Temos que buscar os elementos libertários fora disso tudo.

**C** — Tem razão. Há migração da Filosofia, mas essa migração tem um sentido. É preciso provar o sentido libertário, ver até que ponto essas tendências no interior da grande imprensa, da sociedade civil, procuram apenas continuar a perspectiva dada.

**U** — A Filosofia pode ter elementos libertários, como a que está nos bares...

**R** — Essa perspectiva da filosofia do bar pode ser anti-acadêmica, certo, mas também pode reiterar os valores autoritários. Por isso, mesmo correndo o risco da ingenuidade, valeria a pena continuar nesse núcleo da Filosofia que é a busca da verdade, essa vontade de verdade. Carl Schmitt, por exemplo, que tanto serviu a Hitler, retoma Hobbes e busca a autoridade e não a verdade como pressuposto da lei, em nome da decisão e da eficácia política. Não se pode "perder tempo" nem dizer sempre a verdade. Isso valeu tanto para o nazismo quanto vale hoje para a esquerda.

**B** — A esquerda eclesiástica é hierárquica e autoritária, disso não escapa boa parte dos leigos a ela ligados. A partir do que o Roberto disse, eu acho que é preciso que a Filosofia reivindique um desvelar-se do Ser na verdade contra o que quer que seja.

**R** — Fazer a crítica, hoje, desse tipo de coisas, do pragmatismo político, do autoritarismo, é ser "anarquista". Os intelectuais "orgânicos" são a ponta de lança desse autoritarismo que existe na sociedade. Para eles não interessa nem o novo nem o verdadeiramente moderno; só importa reiterar o existente, o pensamento que fundamenta os pressupostos "reais". Esse tipo de saber tem ódio do pensar. Por isso criticam os "teóricos de gabinete", desqualificando seu discurso, mesmo que não o reprimam. Se você faz, por exemplo, a crítica das comunidades de base da Igreja, você não pode criti-

car porque não está lá. Não se pode criticar a esquerda porque se é "teórico de gabinete", e eles é que estão fazendo um trabalho sério.

### O ensino da Filosofia

**ET** — E quanto ao ensino da Filosofia na nossa conjuntura?

**R** — O fato de haver um crescimento em número de alunos nos cursos de Filosofia pode significar uma dessubstancialização da cultura, mas não da Filosofia. É preciso estar atento para perceber se isto é um fenômeno puramente histórico — no sentido em que quinze anos de ditadura desestruturaram a Universidade e o campo da cultura — ou se isto é a "modernidade" no que há de pior — quer dizer, se o que prevalece não é o ensino da Filosofia no seu sentido técnico, o que significaria nos colocarmos nessa lata de lixo que é a "modernidade".

**U** — A Universidade é inútil do nosso ponto de vista e do ponto de vista do sistema. Ao sistema só interessa utilizá-la para neutralizar a gente, para transformar "revolucionários potenciais em revolucionários imaginários".

**R** — Não sei se é bem isso. A UNICAMP e a USP são um caso à parte. Em outras universidades acontecem coisas como programas de pesquisa em agricultura visando fornecer tecnologia barata para substituir a importada. A instalação de institutos como esse choca-se contra nossa perspectiva de universidade, mas do ponto de vista do sistema é coerente.

**U** — Mas esse plano não está isento de contradições. Mesmo esse projeto de ponte entre a tecnologia importada e uma local ao nível das grandes indústrias fracassa.

**R** — As Universidades são pressionadas pelas empresas. Por exemplo, o Departamento de Filosofia de Marília estava em Assis. A Associação Comercial pede para expulsá-la de Assis. Foi então que a Filosofia foi para Marília... para acabar. Ela foi para lá como um corpo estranho, mas a faculdade inteira pôs-se contra essa política de extinção. Daí o ricochete, e não deu para acabar com a Filosofia. A UNESP só tem um departamento de Filosofia, que é o de Marília, e só o mantém para compensar sua precariedade no ensino de Ciências Humanas. Então eu acho que se estes fossem intelectuais indecisos, um rebanho, essa resistência não teria ocorrido. Esse pessoal foi formado através da leitura constante e escrupulosa de textos filosóficos e teve mais presença do que teria gente formada sem maiores exigências. Assim acho que o ensino da Filosofia deve ir da discussão ao texto para poder voltar à discussão. É preciso conhecer o conceito para ser crítico, senão a única coisa que se vai fazer é, por exemplo, ensinar noções como a de sociedade civil e não voltar a ponta crítica contra ela. É preciso, para passar por Locke, Hegel etc. Pode ser que a FIESP não precise da Universidade, mas nós precisamos. Nós precisamos proporcionar, por assim dizer, "conceitos". Precisamos criticar a noção de sociedade civil na trilha de Marx quando escreveu a "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel". *Entrevista dada a Oligária Matos*

## Fim da década: uma proposta e não uma solução

Dia treze de dezembro, numa comemoração do fim da década, a Praça da Sé transformou-se em palco-platéia de um evento que "não se comportava numa sala de cinema, concerto ou exposição".

O IDART financiou (68 mil cruzeiros); o pessoal da FAU, da ECA, do "Viajou sem passaporte", do "De Magrela" e de outros grupos independentes entraram com a idéia, o trabalho e a boa vontade. Resultado: um evento que embora possa ser criticado em alguns pontos, teve o mérito de colocar em prática fora do seu espaço habitual, os ateliers de teatro, artes plásticas e as escolas de criatividade, idéias que andavam por aí, a portas fechadas, sem nunca terem saído às ruas, ao menos a um praça como a da Sé, durante 8 horas seguidas. Quem passou por esse poluído local, no centro da não menos poluída São Paulo, na última quinta-feira 13 de dezembro, saiu correndo, esbravejou, assistiu ou participou de uma espécie de "happening" denominado "Fim de década", que segundo seus organizadores não se tratava de uma síntese retrospectiva mas de uma "intervenção urbana", uma proposta e não uma solução cultural.

Durante a manhã e a tarde, este grupo de atores, pintores, cineastas e artistas em geral, tentou transformar a Sé, endurecida e suja pelo ritmo alucinante das milhares de pessoas que por ela caminham, num espaço de socialização da cultura, entendida como um processo criador e transformador do cotidiano brutal do cidadão paulistano.

Treze bases, que correspondiam a treze atividades diferentes, se alternavam solicitando a participação do público, seja para montar restos de copões e assim elaborar um curtametragem improvisado, seja para a expressão de dotes literários nas "Edições extraordinárias" que eram impressas ali mesmo com o auxílio de mimeógrafo a álcool.

Um mural convidava a população a manifestar-se. As duas da tarde já se podiam ler frases como "Governo assassino" e "Pelo amor de Deus, Figueiredo", ou "cumprimentos" ao Maluf em mau mas sincero português. Alternadamente, dois grupos propunham uma série de jogos dramáticos, à la Teatro do Oprimido de Augusto Boal, em que o público era convidado a descontrair-se; enquanto num espaço em frente à Catedral, um conjunto musical incitava o público à improvisação. Um dragão negro, recheado de pessoas atravessava aos gritos, a praça.

Bem, pode-se pensar, e daí? O que significa tudo isto? Para que ou para quem é feito? O povo está preparado para participar de atividades que fujam completamente ao seu código cultural, ou tudo isto só serve para intimidá-lo e criar um distanciamento ainda maior entre os "produtores" e os consumidores da cultura?

A meu ver, mais do que salienta o abismo evidente entre estes dois grupos, abismo intelectual, social, econômico, deve-se perguntar se o nosso esmagado paulistano está habituado a participar de alguma coisa, se algum dia durante esta década lhe foi dado o direito à palavra, ao gesto livre, ao lazer ou à descontração. Se ele, espectador passivo institucionalizado, não é o mais autêntico fruto dos anos 70 do que todas as propostas que possam ser feitas para enterrá-la definitivamente? Assim, se os office-boys, trombadinhas, bancários e desocupados não conseguiram se expressar física ou verbalmente e o máximo que conseguiram dizer quando entrevistados era "Um barato", "Um troço diferente" ou "Acho legal mas não entendo nada", atribuir este estado de coisas aos idealizadores do evento é cerrar o alvo de ataque.

Qualquer tentativa honesta que comece a propôr o rompimento da barreira autor-público, que não seja de uma forma paternalista ou doutrinária, que objetiva abrir um canal de expressão, mesmo que a duras penas para ambos os lados, deve ser analisada cuidadosamente. Afinal o apelo à criatividade é um fator preocupante. Assim, mesmo que a municipalidade tenha cedido o local para a realização do evento, não faltaram figuras policiais "sondando o ambiente" e que seguramente não foram atraídas pela necessidade íntima de expandir sua criatividade.

Embora aparentemente um "microfone aberto" onde as pessoas possam cantar improvisadamente pareça como algo sem maiores problemas dado o nível geral dos que se encorajavam a participar, na medida em que os organizadores se esforçavam para não repetir o fenômeno calourosos Sílvia Santos ou Bolinha, os participantes se viam impedidos a sair do marasmo repetitivo e imitativo que grassa por aí.

Se das 400 pessoas que se aglomeravam alternadamente em torno das atividades somente umas 20 se dispunham a participar, certas manifestações primavam pela qualidade crítica (como algumas músicas onde o governo era colocado em questão, por exemplo) e deixavam claro que a luta por um espaço cultural não é piração de alguns desocupados mas o fruto de uma preocupação de uma geração sufocada por 15 anos de manipulação ideológica.

Quem sabe o enterro de uma década, não seja o início de outra que "não precisa de favores mas que cobra do Estado o que lhe cabe?"

(Miriam Goldfeder)



## Filosofia: ensino e destino

O professor Gérard Lebrun, membro do Departamento de Filosofia em Aix-en-Provence, do Departamento de Filosofia da USP e da UNICAMP, fala da crise na filosofia européia e brasileira e de seu futuro.

A partir de 68, houve no Brasil um expurgo muito forte na área das chamadas Ciências Humanas, em particular na área de Filosofia, que sofreu mais do que qualquer outra disciplina. Como você vê esse fato?

Lebrun: Sem o expurgo a situação da filosofia no Brasil já era bastante difícil. E hoje, quem se dedica à História da Filosofia não tem como exercer sua profissão.

ET: A Filosofia não estaria caindo no campo da Teologia? Ou estaria sendo pensada com ócio?

Lebrun: Na Europa a Filosofia é sentida como algo inútil. O declínio da Filosofia alemã, por exemplo, é algo incrível. Hoje, em Frankfurt não se acham livros de Filosofia... As prateleiras se abarrotam com livros tecnológicos e às vezes, em algum pequeno canto, encontramos edições de Filosofia. Isto é significativo se lembrarmos que o pensamento filosófico tem sido algo especificamente alemão.

ET: E na França?

Lebrun: A França é, ainda, o baluarte da Filosofia. Ela é presença no ensino universitário e no secundário, ensino que o Partido Comunista Francês tem defendido. Na Alemanha já não há Filosofia no secundário, e no Brasil ela foi eliminada nesse nível. Ora, com isso há o fim de uma profissão — a de professor de Filosofia — cuja utilidade social é inexistente. Uma certa curiosidade a envolve, como se fosse o estudo de alguma língua morta.

ET: Por que o esvaziamento da Filosofia?

Lebrun: Na França houve o desaparecimento da tradição grega de reflexão com Vitor Cousin — que praticamente institucionalizou o ensino da Filosofia. O que está havendo, agora, é o afastamento progressivo da Filosofia da área universitária. Isto não é necessariamente mau. Poderíamos perguntar se isto significaria o fim da reflexão filosófica? Não, não é o caso. Descartes, por exemplo, foi considerado, por muita gente, como o grande assassino da Filosofia, como a Filosofia da Ciência, hoje, é pensada como fim da Filosofia. A Filosofia não deve ser confundida com a forma universitária que ela tomou (no caso, à maneira de Vitor Cousin).

ET: E no Brasil, como pode ser pensada a Filosofia?

Lebrun: Aqui, me parece, a Filosofia foi uma idéia "fora do lugar", usando uma expressão conhecida... Sempre foi objeto de círculos fechados e divididos. Poderíamos falar em grupo de tecnicistas de Filosofia e outro Isebiano, este animado pelo desejo de pensar a realidade nacional, afinal, refletir sobre uma possível ontologia brasileira; o outro, tentando criar ferramentas conceituais elementares ao nível do ensino. Há no Brasil uma desconfiança, que vem de longe, e não há falta de argumentos pra isso. O pecado brasileiro é que a Filosofia aqui foi sempre um artigo importado de luxo, e isto é real, não se pode esconder.

ET: Em outros países, o que se vê é uma ampliação das ciências humanas (Sociologia, Psicologia, etc.) e a Filosofia fica meio de fora.

Lebrun: Sim. Há um aumento da produção das ciências humanas que vão se tecnizando cada vez mais. A Filosofia fica de fora pelo menos a nível universitário. No Brasil é necessário uma reflexão filosófica mais próxima aos problemas reais do País. Não que eu não seja partidário do ensino de Descartes, Kant ou Hegel. Sou a favor!

Filosofia no Brasil, pois talvez com isso possa haver um deslocamento, uma metamorfose na Filosofia e que se possa falar dela, aqui, como algo finalmente original. Não quero ser profético, mas aí sim o destino da filosofia, se quisermos falar assim, não é forçosamente ruim. Afinal, paradoxo da Filosofia é estar sempre em crise, é este seu movimento! Ela pode deslocar-se para outros pontos. Ora, Einstein é um filósofo.

### Marketing e Filosofia

A Filosofia terminaria como profissão?

Lebrun: Já no começo da "Lógica", Hegel chama a atenção para uma certa Filosofia de cunho universitário. Nesse nível o que se mantém como algo que mereça ser ensinado são as especialidades mais técnicas (História da Filosofia, Epistemologia ou o estudo de problemas através dos autores). O discurso sobre o universal (o tempo, o espaço, etc.) está bem morto. O que ainda pode acordar os alunos pressupõe um mínimo de tecnicidade. Há um fenômeno novo europeu que pode atingir o Brasil (Deleuze analisou-o muito bem): pela primeira vez uma "literatura de idéias" é lançada com a estratégia de marketing. Começa a ser submetida às mesmas leis de sondagem de público, de Ibope, de T.V. E a Filosofia poderá até ter seus "chacrinhas" (risos). Já as editoras podem, ainda, editar livros de Filosofia. São esses fatores que acabam influenciando a produção de obras filosóficas. Na Alemanha, como eu já disse, é essa a estratégia usada e a Filosofia dentro dela acabou se transformando em artigo de antiquário. Na França existem, ainda, uns quatro editores que publicam obras filosóficas sem entrar no marketing.

ET: Na Alemanha, poderíamos dizer que há uma reflexão "clandestina", e no Brasil, um deslocamento da reflexão filosófica para outros pontos?

Lebrun: No campo sociológico há, evidentemente, pressupostos filosóficos. Quando os sociólogos, por exemplo, dizem "nós fazemos a ciência" em contraposição aos "historiadores de filosofia", não acredito nessa colocação pelo simples fato de que não acredito que uma obra de ciência humana possa ter peso sem alguma formação filosófica; fatalmente cairá na superficialidade. Veja Max Weber. Como pensá-lo dispensando Kant e Nietzsche? A esquematização básica filosófica para outras áreas é fundamental. Uma certa "pobreza" da sociologia americana que acha que pode dispensar a Filosofia é um fato (não querendo ser muito intelectualista...)

ET: Parece que nessa linha há uma produção sendo feita. Por exemplo, Foucault e Vernant (trabalhando a civilização grega).

Lebrun: Sim, bem lembrado. Penso que o rumo mais otimista para pensar a filosofia é apostar no rumo dessas metamorfoses. Afinal, os limites da filosofia foram forçados através de um trabalho francês e alemão, principalmente, limites que dão a idéia de a Filosofia ser uma "outra coisa". Hoje ela está "perdida" em tudo. A toupeira acaba sempre trabalhando em silêncio, não é?

(entrevista a Olgária Matos e Rachel de Andrade)



# cultura

## Nosferatu: a ameaça em nova "performance"

# 30

Uma homenagem de Werner Herzog  
ao que ele considera

o maior mestre do cinema alemão.

Filme em cartaz nos cinemas de São Paulo

A homenagem de Herzog ao mestre F.W. Murnau — cujo *Nosferatu* de 1922 foi a visão profética da emergência do nazismo — é uma bela e intrigante "nova versão". Klaus Kinski, figurando o novo Nosferatu, está perfeito, conseguindo expressar nos seus momentos mais apavorantes, aquele fundo silencioso de vampiro triste, sabedor de que sua força é derrotada diante da ausência eterna de sua morte. Ele é o que não morre nunca, um condenado à vida: "... os séculos vão e vêm... o tempo é um abismo profundo como mil e uma noites... e há coisas piores que a morte..." diz ele num cadenciado ritmo de cansaço e derrota.

Percorrendo com os olhos os canais da cidade de Weimar, "canais que dão voltas e vão a lugar nenhum" — e que acabam por levar Jonathan (Bruno Ganz), marido de Lucy (Isabelle Adjani) à aventura de viajar até os Cárpatos para negociar com o Conde Drácula (sim, o dinheiro também o impele a isto) — Herzog inicia todo o jogo de símbolos e de frases densas que vão tecendo a trama de seu velho-novo *Nosferatu*. O diretor persiste em mostrar o Drácula como símbolo da destruição, da morte, do poder ameaçador do dinheiro, como mestre Murnau, porém esse vampiro herzogiano, mais triste que terrificante, que mal articula frases, não provoca tanto medo quanto todos os outros vampiros cinematográficos, desde o de Murnau, passando pelos americanos e ingleses. Afinal, se o *Nosferatu* de 22, com seus caninos característicos e sua agressividade explícita, pré-figura o nazismo, este de Herzog, com dentes de roedor e alquebrado pela repetição de seus atos e pela pré-vidência do "futuro", sempre o mesmo (seu tempo não tem história), esse *Nosferatu* não oré-figura nada, mas nos lança ao rosto nosso próprio cotidiano, niilista, ameaçante, violento, corroendo todos os alicerces como fazem os ratos no silêncio da noite. Os animais-símbolos que Herzog utiliza são, além dos ratos, a serpente, na voz sibilante do Conde Drácula e no grande relógio de seu castelo, e o morcego, que filmado em câmara lenta nos deixa mais a impressão das asas de uma águia em seu vôo.

O roedor trabalha devagar e eficientemente. Não há necessidade de procurar detectar nenhum vampiro com caninos proeminentes — ou, o nazismo não precisa, para ser percebido, de suásticas, marchas militares ou mitos arianos. Ele pode aparecer vagando nos meandros dos canais da cidade (em todos os canais que vivemos), na forma de um barco vagaroso que aporta, aparentemente sem ninguém a bordo, trazendo a peste e a morte. Um barco que nos remete à Nau dos Loucos da Idade Média.

Herzog, como em obras anteriores, insiste uma vez mais em ressaltar as produções de uma certa racionalidade marginalizada como "irracional", em oposição a uma outra, institucionalizada ("Kaspar Hauser", "Aguirre", são exemplos). A introdução dos ciganos como aqueles "... que já estiveram do outro lado... eles sabem e dizem que o castelo de Drácula não existe senão na imaginação das pessoas..." é uma boa elaboração da mensagem que o diretor pretende. E como em seu último filme entre nós, "Coração de Cristal", Herzog utiliza belíssimas imagens da natureza bruta, labiríntica, como se num rito de passagem o homem, podendo atravessar esses estranhos caminhos não trilhados, chegasse a alguma coisa, a alguma outra coisa.

Efetivamente, Jonathan percorrerá esses caminhos tortuosos, verá águas em fluxo constante, nuvens em movimentos tempestuosos, penhascos deslizando, até vislumbrar as ruínas do castelo do Conde Drácula, no crepúsculo, ao som de Wagner. Pouco importa se Jonathan chegou às ruínas do castelo ou se as produziu; pouco importa se o monstro existiu ou existe realmente, ou se deixou seus sinais indelévels para que, a partir deles, sua vida fosse assegurada. O que Herzog parece assinalar é o fato da inexistência de um abismo entre real e imaginário, mantendo nessa ambiguidade esteticamente trabalhada toda sua brilhante criatividade.

*Nosferatu*, que nunca está presente durante o dia, e que sente o uivar do lobo como música de criança, na tristeza de seu eterno poder e solidão, terá que enfrentar uma mulher ao desejá-la, ao amar sua beleza, e serão essas mãos femininas que conseguirão segurá-lo até a luz do dia. O amor e a astúcia das lições de como matar vampiros, ensinadas nos velhos livros do passado, serão as armas? Não. *Nosferatu* reviverá sempre (agora, na figura de Jonathan), pois enquanto um é desvelado aos olhos do dia e morto com a fatal estaca enterrada no coração, outro estará nascendo, com os mesmos dentes roedores... Diante da mensagem anterior que Herzog coloca na boca da etérea Adjani... "a salvação vem de nós mesmos...", uma outra lhe é aposta: o vampiro pode ser barrado mas nunca morto. Questão de tempo, de oportunidade, o seu ressurgimento. E então, que nova "performance" terá? Seguramente, nem será o *Nosferatu* de Murnau, nem o de Herzog. O novo *Nosferatu* que o diretor deixa entrever é a imagem do vampiro roedor terrivelmente diabólico, que ao invés do olhar triste, quase manso, do *Nosferatu* anterior, nos gela com olhos frios e agressivos. A nova ameaça criada é, fundamentalmente, ... astuciosa. (Rachal de Andrade)

## As vítimas do prazer

A Partir de um roteiro notável, Cláudio Cunha realizou um filme cheio de poesia, suspense e violência, um filme comercial que se permite ter idéias

Em *Vítimas do Prazer*, o falso americano Michael (Hugo Bidet) une-se ao americano Bob e, servindo-se de um produtor falido da Boca do Lixo (Carlos Vereza), consegue montar uma produção pornô destinada à venda no estrangeiro. Escorado no sotaque estrangeiro de seu sócio e na honestidade do produtor brasileiro, Mike consegue ludibriar todo mundo e filmar um assassinato de verdade.

Por trás dessa idéia relativamente óbvia de que toda representação é um fato original e vice-versa, de que toda mentira encerra uma verdade (e vice-versa), Carlos Reichembach conseguiu criar para o diretor e produtor Cláudio Cunha um dos melhores roteiros já escritos no Brasil. Um roteiro que, a rigor a nessa época cheia de vanguardismos supérfluos, deveria ser mostrado em nossas escolas de cinema: 1.º) como modelo de economia, equilíbrio e eficácia; de como expôr e em seguida desenvolver uma idéia prendendo a atenção dos espectadores por aquilo que Samuel Fuller certa vez, e de uma vez por todas, definiu como sendo a essência do cinema: a emoção; 2.º) pela capacidade de, a um só tempo, situar os problemas do cinema, oferecer ao mercado aquilo que lhe cabe e oferecer ao espectador uma diversão que ao contrário de degradante — como quase toda a produção atual — constitua para ele um estímulo e uma aventura.

Então, nada me impede de acreditar que estamos diante de um dos mais belos filmes eróticos produzidos no Brasil ultimamente e é uma feliz coinci-

dência que ele esteja sendo reapresentado ao mesmo tempo que o fatigado *Nosferatu* de Herzog. É uma boa oportunidade para os cinéfilos compararem a maneira mais artificial do que abstrata como o diretor alemão encara o conflito entre a vida e a morte e a discricção muito mais poética como o mesmo problema é tocado por este pequeno filme nacional. Assim, enquanto Herzog faz da espectral Adjani sua idéia de vida (e esse é um dos problemas do filme: para Herzog a vida já é uma forma de morte e a função do vampiro recobre mais ou menos a dos seres vivos), "Vítimas do Prazer" parte da oposição nítida entre os agentes de vida (a exuberante Nadyr Fernandes, a sonhadora Rossana Ghessa) e os de morte (o fossado Vereza, o vampiresco Mike e Bob/bobo, imperialista angustiado).

Esta função negativa do homem, que Carlão já tinha apresentado em "Lilian M", aqui toma forma em uma narrativa tradicional, ao longo do qual esse diálogo entre vida e morte oferece viravoltas e nuances, se enriquece ao refletir o papel do dinheiro, do amor, do poder e da farsa, da ignorância e da fraqueza.

A direção de Cláudio Cunha resente-se de uma certa superficialidade: quer dizer, nitidamente, ela serve ao roteiro em vez de servir-se dele. Tivesse Cláudio ousado mais, criando linhas de força pessoais, fazendo da direção um criador de sentido, e estaríamos hoje vendo um filme comparável a "O Fantasma do Paraíso", por exemplo. Quando ele

ousou no entanto (é o caso do magnífico travelling da entrada de Nadyr Fernandes na casa de campo), tirou seu filme do convencional. Outra remarca negativa é quanto à relação entre Mike e a Miss São Paulo que, por convencional e não desenvolvida, não permite mostrar como o amor se introduz na vampiresca existência de Mike (pois vampiro é quem viver do sangue dos outros).

Os méritos de Cláudio Cunha são inúmeros e talvez fosse interessante relacionar alguns deles nessa época em que o respeito (exijamos pouco) ao cinema e o cinema parecem se decompor: 1) mandar para os ares o mito de que não se pode, ao mesmo tempo, satisfazer o mercado e ter idéias; 2) fazer um filme dentro dos recursos de que dispu-

nha; 3) cercar-se de uma equipe técnica excepcional, do consagrado montador Renoldi ao novato (no longa-metragem) iluminador Buzzini; 4) uma excelente direção de atores. Já para não falar de Carlos Vereza, resalte-se as interpretações de Hugo Bidet, um Vincent Price nacional; Nadyr Fernandes (Tati) e até mesmo a normalmente fraca Rossana Ghessa (Lia), cujo desempenho na cena em que contempla sua própria morte é antológico.

O filme está sendo reapresentado na sala menor do cine Rio Branco, em programa duplo com "A Dama da Zona". Quem for esperto telefona antes ao cinema, para não correr o risco de ver filme errado (Ignácio Araújo).



# A classe operária vai ao inferno

EM TEMPO consegue entrar numa das instituições de tratamento correccional de menores: o Instituto de Psicopatologia e Estudo do Menor (IPEME) em Barbacena — MG. Um verdadeiro inferno, igual a outros tantos existentes no país e por onde passam milhões de filhos de trabalhadores.

O Ano Internacional da Criança vai chegando ao fim silenciosamente, em contraste com o estardalhaço inicial com o que se tentou abafar as denúncias sobre a situação da maioria das crianças brasileiras.

Os dados da CPI do Menor demonstram a magnitude do problema. Segundo o relatório final da CPI existem atualmente no Brasil 13.542.508 menores carentes, concentrados na Região Nordeste (37,68%) e Sudeste (37,31%). Número que é, na realidade bem maior, já que os dados foram colhidos junto aos prefeitos, chegando a 25 milhões segundo a CPI.

O que tem, efetivamente, preocupado o regime quanto ao problema do menor é a questão da criminalidade. Isto por que ela atinge diretamente as classes dominantes e assusta-as com o espectro de um bando de famintos, intocáveis perante a lei e ameaçando cotidianamente suas propriedades e vidas. A CPI aponta na sua pesquisa a ocorrência de 111.812 delitos praticados por menores no Brasil em 75 com maior incidência na Região Sudeste (44,17%), a maioria crimes contra o patrimônio (83%). A sociedade, as classes dominantes reagem pedindo mais repressão, advogando inclusive a responsabilização criminal para menores de 16 anos. Para saber o que acontece com esses menores dentro da legalidade já existente e quem são eles EM TEMPO conseguiu penetrar numa das instituições de "tratamento correccional" — o Instituto de Psicopatologia e Estudo do Menor (IPEME) de Barbacena.

## Uma instituição modelo.

Tido como bem sucedido modelo no tratamento correccional de menores, tendo sido inclusive elogiado na Imprensa pelo atual Secretário do Interior e Justiça, Denio Moreira, o IPEME foi criado no Governo Aureliano Chaves, pelo então Secretário daquela pasta, hoje deputado federal, Bonifácio José — o Andradina — no intuito de dar guarida a menores "contraventores com características psicopatológicas". Estas "características psicopatológicas" são apenas uma outra forma de enquadrar os mais perigosos trombadinhas e pivetes, que lá são diagnosticados como portadores de distúrbios mentais de média e menor gravidade. O primeiro lugar na incidência de doenças mentais dentro do Instituto deve-se pois "a um processo sócio biológico que ainda não foi batizado "explica o seu Diretor, psiquiatra Rubens Metello, consequência do estado de carências proteicas da mulher durante a gravidez, isto é, fome.

Os dados dos arquivos do IPEME possibilitam traçar um perfil desses menores. A maior parte das contravenções penais praticadas pelos internos são de crimes contra o patrimônio (50%) e contra a pessoa (30%). Estes menores são na sua esmagado-

ra maioria (94%) filhos de operários não qualificados (80%) e qualificados (14%). Provém na sua maior parte da Região Metropolitana (Grande BH) — 65% — e apenas 4% da Zona Rural. 53% das famílias recebem até 2 salários mínimos e 61% vivem em casebres (favelas) com apenas 12% vivendo em casas de um cômodo.

## "fico tonto e com vontade de dormir"

Instituições como o IPEME servem também para manter este quadro, contendo a explosão dessa parcela hipereexplorada da classe operária. O IPE-



ME funciona como uma espécie sui-generis de presídio, hospital e escola. O "tratamento" consiste numa intensa impregnação neuroléptica que perturba ainda mais o sistema neuromotor dos menores: muitos deles mexem incessantemente as duas pernas, num movimento semelhante a um pêndulo de relógio. Por qualquer motivo, inclusive tentativa de fuga, são retirados do Pavilhão dos Menores e colocados no Isolamento. No Pavilhão eles já vivem guardados por policiais armados do 9.º Batalhão Policial de Barbacena, atrás de suas pesadas portas de ferro. Lá nada podem fazer a não ser assistir à televisão, ou deitar-se ao sol no pátio cercado de muros altos. Sempre severamente vigiados por "monitores", na verdade guardas, tudo lhes é vedado pois até mesmo um lápis é considerado arma perigosa. Já no Pavilhão do Isolamento, os menores ficam em cubículos de 6 m<sup>2</sup>, com portas, grades e janelas altas. Frente às celas um paredão de concreto obstrui o contato: pode-se falar, mas não podem se ver uns aos outros. Recebem diariamente uma ração de psicotrópico que não é muito apreciada: "fico tonto e com vontade de dormir o dia inteiro" diz E.B., um mulato forte de 16 anos, condenado a dois meses por pederastia. Mantido em certa clandestinidade (seu acesso por uma pequena porta pode facilmente passar despercebido) esta é apontada explicitamente como repressão pelo Diretor, "para os casos em que os menores agem não por delírio, mas por maldade pura e simples". A própria Psicóloga do IPEME, Hermínia Moreira, acha que o Isolamento é tratamento e não punição, pois "para eles punição é o que recebem nas delegacias onde passaram como pau de arara, choque elétrico e pancadaria". Já o Juiz de Menores Alirio Cavalieri-Presidente da Associação Brasileira de Juizes de Menores e Vice da Internacional se diz surpreendido com essa forma de tratamento: "daquilo que li e estudei nunca vi nada de semelhante".

No IPEME estão 83 menores de 14 a 18 anos, do sexo masculino. O Instituto — além da equipe de profissionais de nível médio e superior — mantém convênios com FUNABEM e FEBEM e também com o Instituto de Assistência Social e Estudo Psicopatológico, unidade da Fundação Pres. Antonio Carlos, "fantástico patrimônio público colocado durante os nebulosos dias da Junta Militar a serviço do clã familiar dos Andradins", segundo Sebastião Nery, e denúncia no jornal Última Hora.

## "Meu pai foi o culpado: vou matá-lo"

Os depoimentos abaixo, de internos do IPEME, são testemunhos eloquentes da enorme roda-viva de violência a que é submetida a classe trabalhadora no País, a qual cabe a imposição de soluções próprias e definitivas à chamada "questão do menor".

J.B.A. treme muito — por causa do medicamento — acende o cigarro e vai contando com muita dificuldade sua vida. Parece cansado, tem a respiração curta e no meio das frases se mistura uma espécie de ronco, que lhe vem da garganta. Filho de um motorista de caminhão, nasceu num bairro da periferia de S. Paulo. Durante uma "bebedeira" seu pai expulsou a mulher de casa, que acabou vitimada por um descarrilhamento de trem. J.B.A., que ela carregava nos braços, escapou ficando com uma enorme cicatriz na cabeça como recordação. Criado na rua, pelas constantes ausências do pai a quem mal suportava, logo transfere-se para o interior de Minas. Lá começa a "meter os canos" — fazer assaltos a mão armada, inclusive um banco. "Foi nesse assalto que quase acabaram comigo. Era choque de 5 em 5 minutos. Quando sair daqui vou atrás deles. Entrei para a carreira do crime sabendo que um dia vou morrer. Nasci num segundo e morro num segundo também".

Há um ano e meio no IPEME, J.B.A. diz que tem 8 meses e 10 dias de isolamento, quando lhe tinham dito que iria ficar só um mês. Sobre os monitores José Marujeiro, Milton Hélio e "seu" Felix: "Eles fazem a gente desmaiar e depois batem. Só porque a gente vai batalhar um cigarro no corredor levam para a cela". Perguntado se as coisas poderiam ser diferentes, ele baixa os olhos: "Meu pai foi o culpado por eu estar nessa vida. Se ele não tivesse tocado nós de casa, ela não teria morrido. Quando sair daqui vou matá-lo".

J.P.P. traz uma atadura no braço direito: "Pedi para fazer a barba e cortei o pulso. Estava de saco cheio de ficar no isolamento, queria ir para a enfermaria. "A mãe coube a guarda de 8 filhos com uma renda mensal de 2 salários mínimos, pois o pai morreu assassinado. Aos 9 anos foi morar com o irmão e a amante deste, num barraco na periferia de BH. Mandado para Febem, de onde fugiu umas 30 vezes, em pouco tempo aprendeu os macetes: durante o dia roubava e à noite voltava. Saí de lá aos 16 anos e formamos, eu e meu irmão, uma quadrilha de 6. Num assalto a uma mercearia dei uns tiros nos peitos de uma mulher. Fui visitar minha mãe no interior e dei um tiro num porteiro de clube que me impediu de entrar num baile. Passei então a ficar "na leve", pois estava ficando perigoso demais e comecei a cafungar cocaína. Quando estávamos assim, cafungando coca lá prás bandas do Horto, a Metropól veio. Era pau de arara, choque em toda a parte do corpo e porretada em cima.

Desconfiado do destino que lhe será dado J.P.P. indaga como é o "cadeião" e diz que prefere a morte a ir para lá: "Eu não sou doído e lá só tem maluco. Também sei que de lá ninguém foge.

## III Congresso Mineiro de Psiquiatria Assumindo a causa dos Loucos

De 15 a 21 de novembro os gritos, gemidos e revoltas daqueles a que se chama loucos ecoaram mais alto nos amplos salões da Associação Médica de Minas Gerais, rompendo por momentos com a política cotidiana das camisas de força, drogas, choques e torturas com que são tratados.

Por Ricardo Rabelo

Durante 6 dias mais de 600 trabalhadores da saúde mental participaram dos polêmicos debates do III Congresso Mineiro de Psiquiatria. De acordo com César Rodrigues Campos a grande falha dos dois primeiros Congressos foi ter abordado o problema da Assistência Psiquiátrica apenas no âmbito restrito dos técnicos e propôr soluções técnicas, como passar o atendimento em manicômios para o modelo comunitário. Por esta razão o III Congresso teve uma preocupação essencialmente político-social abrindo a participação não só aos profissionais em saúde pública como a todos os interessados.

O Congresso serviu também para desmascarar o "plano de humanização da psiquiatria, anunciado com grande alarde pelo Secretário de Saúde Eduardo Levindo Coelho. O plano pretende desativar todos os hospícios até 1980, com a substituição do confinamento asilar pelo tratamento ambulatorial através dos Centros Regionais de Saúde existentes no interior do Estado. Desde a realização de um seminário de psiquiatria em julho do ano passado (ver Em Tempo n.º 73) que a situação dos manicômios vem sendo denunciada pelo jornal Estado de Minas. Isso porque diante das denúncias surgidas naquele período o Secretário da Saúde resolveu abrir os hospícios à imprensa. Diante da grande mobilização em torno do assunto, de que o Congresso foi o desaguadouro, o anúncio do plano procurou esvaziar as denúncias da política oficial de saúde mental. Os limites dessa "abertura psiquiátrica" ficaram bem demonstradas no Congresso. Apesar da disposição dos psiquiatras em "assessorar o governo, sem convivência" tendo por isso convidado

o próprio Secretário para participar do Congresso, a atitude oficial foi, nos últimos dias, de boicote. Começaram as limitações do acesso à imprensa aos hospitais tendo a equipe de TV do Programa Flávio Cavalcanti sido impedida de entrar. O Secretário da Saúde não compareceu ao Congresso e parou de dar entrevistas, só se manifestando através de notas de sua Assessoria. E a atitude mais "esquizofrênica" ficou por conta da bancada estadual da Arena, num de seus últimos atos antes de se tornar o Arenão. Convidado pelo líder do MDB, Deputado Dalton Canabrava, o psiquiatra italiano Franco Basaglia não pôde fazer um pronunciamento na Assembléia Legislativa pois a Arena simplesmente proibiu a visita. Para Basaglia "esse foi um grande erro político. Com isso a Arena deu à oposição a chance de assumir a causar dos loucos, que é justa, boa e humana".

Essa causa, pelo seu próprio sentido que assume na busca da solução para a assistência psiquiátrica, não está certamente do lado do governo, nem muito menos dos patrões. Pois além do governo não compareceram o presidente da Associação Mineira de Hospitais (particulares) nem o do Conselho Regional de Medicina, identificado com a política de privatização da medicina. Esse sentido geral anti-regime e anti-patrão que assume a luta pela humanização da assistência psiquiátrica no país ficou bem claro nas resoluções do Congresso, e no depoimento de Helvécio Rattón, que com suas câmaras e microfones documentou no filme "Em nome da razão" um poderoso libelo contra a loucura da opressão.



O filme de Rattón, pelas minorias

## Em nome da razão

Depoimento de Helvécio Rattón, diretor do Filme "Em nome da razão", sobre o Hospital Psiquiátrico de Barbacena, produzido pelo Grupo Novo de Cinema e pela Associação Mineira de Saúde Mental.

A idéia do filme não é nova. Um perigo que havia ao fazer o filme era se produzir um panfleto, o que é muito fácil na situação de Barbacena. É só chegar lá e filmar aquelas pessoas nuas, pegar o grotesco etc. Eu sempre defendi que isso não deveria ser feito. O filme deveria servir para propiciar uma reflexão sobre o que Barbacena significa dentro de um determinado contexto social. A preocupação era mostrar como Barbacena não é uma deformação, é uma parte integrante e necessária desse sistema, porque o que queríamos discutir no filme é a forma de controle social que é exercida através do manicômio. O que se tem em Barbacena, ao nível de extração social? Camponezes sem terra, operários improdutivos, abandonados sociais do tipo mendigos, alcoólatras, rejeitados, crianças sem família. É como um depósito de lixo humano, onde todos os dissidentes sociais são despejados. Os loucos são uma minoria como os negros, como os índios. Mas uma minoria que é isolada com base num discurso racional. Diz-se o seguinte: a maioria das pessoas age de certa forma, esse cara age diferente, estatisticamente é diferente então deve ser excluído. Ao chegar a Barbacena o paciente passa a ser mais um interno, totalmente despersonalizado. O que se faz é empurrá-lo ainda mais para a sua doença. Lá ele vive junto com 400 pessoas, não há um canto para ele se isolar, os dormitórios são aquele horror. Tem pessoas lá com 50 anos de internação e que não tem para onde ir, apesar de poder até ter alta. Então eu acho importante que esse filme seja exibido em Sindicatos, em associações, no meio rural para que possa ser discutido e haver mais consciência sobre o assunto.

## Uruguai

# 1400 presos políticos podem ser massacrados

As forças armadas uruguaias tentam forjar um motim no maior presídio do país com vistas à eliminação de toda uma população de presos políticos.

Por Beatriz Lerner

Certamente qualquer um de nós já teve ocasião de ver e ouvir, seja na TV, seja nas matinês de domingo, o mocinho ianque referir-se aos índios como "índio bom é índio morto".

A mesma filosofia agora modificada para "rebelde bom é rebelde morto" marca a atuação das forças repressivas que "guardam" esta nossa América Latina. O caso mais recente está se passando neste momento no Uruguai, podendo ter sua conclusão em semanas ou dias, ou nunca, dependendo também de nossa resposta. Falamos do plano de militares uruguaios para assassinar os presos políticos de Libertad a 50 km de Montevideo, por ironia a maior instituição penal daquele país, um verdadeiro campo de concentração, para presos políticos.

Esta informação, trazida por refugiados do vizinho país, se funda na descoberta de dois planos, o plano Ática e o plano Málaca, que serviram recentemente como base de estudos e a um curso para oficiais do referido presídio.

O plano Ática estuda o massacre havido na penitenciária da Ática em Nova York, onde as forças da repressão, a pretexto de sufocar um motim dos presos comuns, aproveitaram-se para eliminar fisicamente mais de 100 presos políticos que lá se encontravam.

Já o plano Málaca estuda as técnicas utilizadas pelo exército inglês para debelar a guerrilha na Malásia, em 1973. Entre elas, há a recomendação para o assassinato dos líderes, como forma de exterminar a guerrilha. Estes dois planos, em conjunto, é que já começaram a ser aplicados em Libertad, com o objetivo de eliminar um grande número de dirigentes de organizações revolucionárias que lá se encontram presos.

### As condições carcerárias

As condições carcerárias de Libertad são duras: apenas 1 hora de recreio por dia, no pátio, passando o resto do tempo trancado nas celas, para quem não trabalha em nenhuma atividade da prisão; visitas apenas de 15 em 15 dias, durante 45 minutos, 1 pessoa apenas e com vidros separando os prisioneiros das visitas (fala-se por interfone, com um guarda perto); castigos que variam da suspensão de visitas até a prisão em células especiais sem direito a banho de sol, durante um a três meses, formam o cotidiano dos 1000 presos recolhidos nas 500 celas neste prédio (Libertad compõe-se ainda de barracões, onde estão recolhidos mais 400 presos, em condições um pouco melhores).

Estes 1400 presos são guardados por 700 homens, encerrados atrás de duas cercas, com torres a cada 200 metros e metralhadoras antiaéreas. Se as condições são duras em todo o campo, no segundo andar do prédio são ainda mais: é lá que estão concentrados os principais dirigentes das organizações de esquerda do país, em células individuais com exceção de 9 dirigentes tupamaros que estão como reféns

em quartéis do interior. Os habitantes deste andar têm que enfrentar perseguições e provocações diárias.

É lá também que ocorreram os primeiros fatos significativos de que este plano está em marcha: os militares conseguiram comprar 4 dos presos para que colaborem com eles. Um deles, porém, comentou com outros prisioneiros o plano de autoridades militares, e foi agredido pelos outros três colaboradores durante o recreio, com armas brancas dadas pelos guardas.

Enquanto o agredido ia ao hospital, os agressores foram premiados com a sua transferência para o quarto andar, onde as condições carcerárias são menos rigorosas, e lá continuam a desenvolver seu "trabalho", insultando e ferindo mais dois prisioneiros (também com armas brancas) por motivos aparentemente racistas.

### As provocações

Na verdade, tudo faz parte da tentativa de, com provocações, incitar os presos a uma revolta interna, o que daria justificativa às Forças Armadas para perpetrar a chacina contra os presos. Os militares tem certeza que por sua própria conta os prisioneiros de Libertad não iriam se rebelar, pois, dadas as condições de segurança do presídio, isto equivaleria a um suicídio.

Mas há outros indícios igualmente reveladores da disposição das autoridades: de uns tempos para cá, conhecidos torturadores foram transferidos para Libertad, tais como o coronel Correa, tenente-coronel Nievés, major Nunes, capitão Curuchaga, soldado Romanelli e outros.

Por outro lado, os alarmes de rotina, para treinamento, agora são realizados sem prévio aviso às tropas, as quais, pelo contrário, são avisadas que esta é uma "situação real" e que a qualquer movimento devem abrir fogo. Os alarmes, que anteriormente duravam apenas 5 minutos (devendo os detidos permanecer deitados no chão com as mãos na nuca) passaram a se prolongar por duas ou três horas, elevando ao máximo a tensão e o nervosismo tanto entre as tropas quanto entre os detidos.

A intenção é com isso provocar um incidente que dê aos militares a justificativa desejada para a matança.

### O suborno e os presos comuns

Alguns presos do segundo andar, tais como Antonio Mas, Samuel Blixen e Ricardo Perdomo estão sendo sistematicamente provocados pelos guardas, sendo ainda às vezes durante a noite arrastados ao pátio para fuzilamentos simulados. Há ainda outros indícios como o desencadeamento de uma campanha de perseguições e provocações contra negros e judeus por parte dos oficiais e da tropa, além dos já citados colaboradores.

E, por fim, há um último indício, não menos significativo: recentemente ocorreu a remoção, para Libertad,

até então exclusiva para presos políticos, de um preso comum, da cidade de Colonia.

No massacre de Ática e no plano estudado pelos oficiais da Libertad, os presos comuns jogam um papel

fundamental: o de através de um motim fornecer a justificativa adequada para a repressão poder eliminar grande parte, senão a maioria, dos dirigentes políticos e demais elementos lá presos.



### O plano Ática

No cárcere de Ática se mantinham presos comuns juntamente com presos políticos. Atualmente em Libertad, os oficiais recebem um curso com base no que se sucedeu em Ática e que consta de três fases:

- Preparação: cooptar e subornar presos comuns por meio de ofertas para que se prestem a seus objetivos (inciar uma revolta entre os presos);
- Desenvolvimento do motim: promove-se o motim levado a cabo de forma exclusiva por elementos colaboradores;
- Repressão ao motim: centrada fundamentalmente sobre os presos políticos (em Ática morreram mais de 100 presos políticos).

### O plano Málaca

Sob este título, os militares uruguaios estudam o desmantelamento da guerrilha na Malásia, composta de 100.000 homens, por parte do exército britânico em 1963. A metodologia empregada foi:

- Eliminação física dos dirigentes;
- Para os elementos de base, tempo curto de prisão, mas em condições muito duras;
- Tortura aplicada de forma sistemática, em especial nas mulheres;
- Aparição de corpos mutilados nas ruas, utilizando o terror com o fim de isolar a guerrilha da população;
- Utilização dos desaparecidos como uma variante a mais para criar o terror na população.

EM TEMPO: